

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

UM-EQUÍVOCO SEMPRE POSSÍVEL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GUSTAVO MÜLLER

Santa Maria, RS, Brasil

2005

UM-EQUÍVOCO SEMPRE POSSÍVEL

por

Gustavo Müller

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Discurso e Enunciação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Pires

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

UM-EQUÍVOCO SEMPRE POSSÍVEL

elaborada por
Gustavo Müller

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Pires
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr. Valdir Flores (UFRGS)
(Argüidor)

Prof. Dr. Francisco Franke Settineri (APPOA)
(Argüidor)

Santa Maria, 8 de Julho de 2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dr^a. Vera Lúcia Pires pela confiança e pela orientação na produção dessa pesquisa. Agradeço, também, à Pós-Graduação em Letras da UFSM, em especial à Dr^a. Tânia Regina Taschetto pelo estímulo no momento de qualificação. Gostaria ainda de agradecer à Márcia Regina Scalcon, pela cumplicidade amorosa. Assim como lembrar de todos os amigos, colegas e a minha família que, de diferentes formas, me auxiliaram. Por fim, agradeço a banca examinadora pela disponibilidade em avaliar a presente pesquisa.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

UM-EQUÍVOCO SEMPRE POSSÍVEL

Autor: Gustavo Müller

Orientadora: Vera Lúcia Pires

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 8 de julho de 2005.

Esta pesquisa visa a uma apresentação da noção de equívoco na língua, dando uma ênfase na característica “singular” do elemento equivocante. Nesse sentido, sua abordagem implica uma intersecção entre lingüística e psicanálise, constituindo assim um *corpus* que, na língua cotidiana, expõe a língua a uma outra dimensão, a do não-idêntico, em que o dizer é produzido pela falha (falta); assim, as homonímias, os lapsos, os duplos sentidos representam extratos da língua que não recobrem a universalização do idêntico e do repetível. Esta dimensão da língua passa a ser representada por uma topologia, que rompe com nossas certezas geométricas do que está dentro e fora da língua. O espaço e o tempo passam a ser outros, evidenciando na enunciação a irreduzibilidade da singularidade de um equívoco. A pesquisa apresenta-se dividida em duas partes. A primeira é constituída de três capítulos, com a intenção de apresentar o campo teórico, as rupturas de paradigmas e a meta da investigação. A segunda parte é formada de cinco capítulos, que visam a desenvolver a dimensão de Um-equívoco. Nossas conclusões apontam para a relevância de se pensar o singular quando o Universal não mais sustenta, nem satisfaz as exigências de um saber, sobretudo no domínio das ciências humanas, em particular, quando a língua toca o inconsciente.

Palavras-chaves: enunciação, singular, equívoco.

ABSTRACT

A MISTAKE IS ALWAYS POSSIBLE

Author: Gustavo Muller
Advisor: Vera Lúcia Pires

This research aims a representation of the notion of mistake in language, giving an emphasis in the “singular” characteristic of the mistaken element. In this sense, its approach implicates an intersection between linguistic and psychoanalysis, constituting, thus, a *corpus* which in the ordinary language exposes the language to the dimension of the no-identical, in which the saying is produced by the failure; thus, the homonyms, the lapses, the double senses represent extracts of the language which do not recover the universality of the identical and of the repeatable. This dimension of the language is represented, therefore by a topology which breaks with our geometrical certainties of what is inside and outside the language. Space and time become others, evidencing in the enunciation the impossibility of reduction of the singularity of a mistake. The research is divided in two parts. The first part is constituted of three chapters, with the intention to present the theoretical field, the rupture of paradigms and the aim of investigation. The second part is constituted of five chapters which aim to develop the dimension of a mistake. Our conclusions point out to the relevance of thinking the singular when the Universal does not support any more the exigencies of a knowledge, above all, in the dominion of human sciences, particularly, when the language touches the unconscious.

Keyword: enunciation, singular, mistake.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
-------------------------	----

PRIMEIRA PARTE

CAMPO, RUPTURAS E META DA INVESTIGAÇÃO	09
---	----

<i>Capítulo 1.</i> Da heterogeneidade à heteridade.....	11
---	----

<i>Capítulo 2.</i> Implicações em teoria da enunciação.....	23
---	----

<i>Capítulo 3.</i> O equívoco: dimensão do problema.....	36
--	----

SEGUNDA PARTE

A DIZ-MENSÃO DO EQUÍVOCO	42
---------------------------------------	----

<i>Capítulo 1.</i> Da homonímia à homonímia generalizada.....	44
---	----

<i>Capítulo 2.</i> O inconsciente como Um-equívoco.....	58
---	----

<i>Capítulo 3.</i> O real da língua como integral dos equívocos.....	70
--	----

<i>Capítulo 4.</i> Uma topologia do equívoco.....	85
---	----

<i>Capítulo 5.</i> Um-equívoco na enunciação: sentido e heteridade.....	102
---	-----

CONCLUSÃO	110
------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
---	-----

ANEXOS	119
---------------------	-----

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca trabalhar a noção de Um-equívoco. Não sobre o equívoco em geral, mas sobre o que o singulariza um dizer para cada sujeito falante. Nesse sentido, nosso campo de investigação não visa ao universal, mas sim à possibilidade da articulação de um elemento da língua com o singular.

Se a língua cotidiana é, como sabemos, permeada por equívocos de todas as espécies, tais como as homônimas, os lapsos, os trocadilhos, tudo que pode ser entendido como duplo sentido, essa materialidade por si só já desfaz com a idéia de uma língua harmônica, homogênea. Mas essa mesma materialidade, muitas vezes, não permite que possamos sair de seu negativo; ou seja, tudo aquilo que podemos reunir como equívocos da língua ou da linguagem, muito pouco foi valorizado para pensar o que é próprio da língua. Sempre existiu por parte da ciência uma espécie de repúdio ao equívoco, tratando-o como forma grosseira de um simples erro, ou delegando-o ao fazer do poeta.

Nossa abordagem objetiva elaborar outra perspectiva diante de um equívoco, que é a de tomá-lo em um sentido positivo, conceitualmente, o equívoco como um elemento estrutural. O equívoco está no centro de uma negociação do sujeito com sua língua, lugar de descentramento.

Nossa posição visa à conjectura de tratar a possibilidade de um dizer equivocante, como a positividade de uma singularidade de um sujeito em sua língua. Para isso, tentaremos tomar o Um-equívoco em uma materialidade do significante, isto é, uma materialidade enunciativa. Mas essa materialidade em si não nos basta, é necessário um saber que possa nos dizer o que é o singular, e este saber é o do inconsciente, ou seja, a psicanálise freudo-lacaniana.

Nossa pesquisa aparecerá dividida em duas partes. A primeira tratará de expor o campo onde se dará a pesquisa, o da heterogeneidade, que aponta para um novo significante, o da singularidade, definido como heteridade. Nesta parte também trataremos das rupturas imanentes ao avanço das teorias, mas sobretudo das relacionadas ao encontro de duas ordens do saber (lingüística e psicanálise). E, para terminar a primeira parte, definiremos nossa meta de investigação.

A segunda parte tratará da hipótese do Um-equívoco propriamente dito, juntamente com a exposição de um *corpus*, com base em diferentes aspectos, desde o gramatical, passando

pelo inconsciente, delimitando um Real da língua, com a ajuda da topologia, tentaremos mostrar o que seria esse Um-equívoco na enunciação, uma possibilidade de um novo sentido, mas sempre singular.

PRIMEIRA PARTE

CAMPO, RUPTURAS E META DA INVESTIGAÇÃO

O campo em que buscaremos situar a abordagem de Um-equívoco é de constituição heterogênea. A heterogeneidade podendo ser vista não apenas nas teorias convocadas a compor esse campo, mas, sobretudo, constituinte do próprio objeto a ser investigado. Em outras palavras, abordar um equívoco em sua materialidade lingüística exige, no nosso entender, um olhar em perspectiva. É um modo de proceder que concebe a abertura de um objeto que não se deixa facilmente ser capturado pelo modelo de ciência clássica, que, de forma *a priori*, toma todo objeto como sendo estático, repetível e passível de descrições.

A ciência lingüística, forjada nos moldes de uma tradição que buscou a ciência ideal, pouco se interessou pelo que há de heteróclito em seu objeto, deixando de lado toda uma problemática que os elementos equivocantes efetuam na regularidade da composição sintática, morfológica e semântica de uma língua. Mais do que isso, a lingüística, como sabemos, passou a operar com exclusões de tudo aquilo que não compete à homogeneidade de seu campo, tratando, às vezes, esses elementos como dejetos científicos, como erro de um proceder lógico, como jogos lúdicos, extravagâncias poéticas, etc, delegando, dessa forma, aquilo que é da língua, a outras áreas do saber.

Buscaremos, sobretudo, abordar o Um-equívoco em uma dimensão limítrofe entre o intra e extralingüístico, em que o dentro e o fora da língua passam a sofrer torções, em que o sistemático é assistemático e vice-versa. É a partir do eixo enunciação-psicanálise que vemos a ciência se interessar pelo heterogêneo. Estes saberes pensados lado a lado, não deixam de produzir rupturas conceituais, remanejos na forma de se conceber o equívoco. As rupturas afetam também o seu próprio campo, ou seja, mais do que a idéia de uma multidisciplinaridade, estes saberes se atravessam, produzindo espécies de conceitos híbridos. Essas rupturas não visam a destituir a especificidade de seus saberes, nem retirar o lugar que cada um deles ocupa na cultura, em especial na cultura acadêmica, mas sim tencionar seus limites, para a composição de um campo heterogêneo, em que o objeto investigado possa transparecer, sem a pureza e os véus do modelo científico clássico.

Dessa forma, temos, como meta, abordar a produção de Um-equívoco, sua dimensão a partir da abertura que estas teorias permitem pensar na passagem do Outro ao Um. O Um-

equivoco, em sua materialidade enunciativa, irreduzivelmente demonstra sua singularidade, sua característica de ser sempre Um, impossível de ser generalizado.

CAPÍTULO 1

DA HETEROGENEIDADE À HETERIDADE

o ato falho é um discurso bem-sucedido
(Jacques Lacan)¹

Diferentes caminhos podem levar o psicanalista e o lingüista a analisar e descrever as rupturas na e da linguagem, assim como a relação de um sujeito com a sua língua. Cada um impõe a essa investigação restrições, metas e abordagens específicas. Tentaremos traçar uma via para percorrer, explicitando a origem de nosso interesse por aquilo “que não anda bem quando falamos”, pelo tropeço, pelo ato falho; enfim, tentaremos definir as propriedades do que se chama “integral dos equívocos”², colocando aí a posição de onde interrogamos.

1.1. A Heterogeneidade³ é uma trilha aberta entre dois campos, um lingüístico e outro psicanalítico. Que este caminho percorra mais um lado do que o outro é lícito, ainda mais quando faltam as cercas que delimitam cada terreno e que indicam que ali há um proprietário. Assim é que pensamos a aventura de percorrer essa relação entre a linguagem e o inconsciente, a qual, por não ser sexual, pode existir. Intimidade que às vezes intimida, diante do desejo de alguns em sobreporem esses dois campos, e o desejo de outros em não reconhecer que ali possa se dar um feliz encontro. A heterogeneidade aparece aí como uma noção que permite a circulação de estratos, conceitos, axiomas, sem a pretensão de almejar uma ciência total, em outras palavras não visa ao impossível da união entre a lingüística e a psicanálise, e sim produzir uma troca, tentar um diálogo.

Tratar a heterogeneidade, nesse entremeio, é em parte acompanhar a pesquisa de Authier-Revuz, sobretudo sua abordagem na teoria enunciativa, tomando como objeto as rupturas no fio enunciativo, como aquilo que não é homogêneo, que não é passível de uma

¹ *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953).

² Este termo serve para designar aquilo que na língua é da ordem do impossível, noção forjada por Lacan a partir da idéia de real da língua (*lalangue*). A noção de “integral dos equívocos” pode ser vista também nos trabalhos de Milner (1987) e Authier-Revuz (1990, 1998).

³ Tomamos aqui a noção de heterogeneidade a partir da teoria de Jacqueline Authier-Revuz, mas também em um sentido amplo, como uma categoria que permite operar com teorias e lógicas distintas, sem homogeneizá-las. Acreditamos ser uma noção possível, operatória no contato entre lingüística e psicanálise.

descrição homogeneizante, tentando, nesse sentido, encontrar na heterogeneidade um projeto passível das descrições de certos segmentos (rupturas) na e da língua. Para a autora, a dimensão do heterogêneo implica dois planos: “de um lado o da observação, o dos *atos da heterogeneidade* nas realizações lingüísticas; de outro lado, o da *heterogeneidade teórica*, que, relativamente à lingüística, afeta necessariamente o campo da enunciação”⁴. Estes planos são desdobrados, aprofundados, fazendo com isso emergir conseqüências, dentre as quais destaca-se a própria razão para se pensar o elemento heterogêneo como constituinte do próprio objeto, ou seja, nas realizações lingüísticas o heterogêneo se faz presente, e, de outro lado, temos o não fechamento do lingüístico sobre si mesmo, em que o campo da enunciação é percorrido por teorizações (saberes) externas ao seu campo.

Ao reconhecer uma *heterogeneidade teórica*, Authier-Revuz não rejeita o que é específico de seu campo, seu objeto: a língua. Porém, na sua perspectiva, esse objeto é radicalmente constituído pela falta daquilo que a lingüística abandonou para se configurar como ciência. Nesse sentido, passa a ser tarefa da lingüística explicitar sua relação com o exterior, visto que esse “inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isso sob forma ‘natural’ de reprodução, na análise”⁵; isto é, aquilo que a lingüística pretendeu excluir de seu campo, o sujeito, o singular, a alteridade, etc, retorna, e isso não sem problemas. Assim, as escolhas por exteriores teóricos, no campo da enunciação, devem conter no mínimo uma característica, a de não serem abordagens totalizantes, e sim teorias que possam denunciar a evidência narcísica do sujeito como fonte de seu dizer e senhor de seu sentido.

Nesse momento, vemos um diálogo com a psicanálise freudo-lacaniana e o dialogismo bakhtiniano, teorias convocadas a compor o quadro do estudo da enunciação, na exata medida que suas especificidades lidam com aquilo que foi abandonado pela lingüística na sua constituição. Ambas teorias, com bases diferentes, questionam a imagem de um enunciador fonte consciente da produção de sentido, que ele supostamente traduziria, nas palavras de sua língua como instrumento de comunicação.

Estes dois pontos de vista promovem a idéia de um sujeito descentrado na teoria da heterogeneidade enunciativa, são saberes que não se inscrevem como uma soma de disciplinas

⁴ “Celui, d’une part de l’observation, dans les réalisations linguistiques, de *faits d’hétérogénéité*; celui, d’autre part, de *l’hétérogénéité théorique*, qui, relativement à la linguistique, affecte nécessairement le champ de l’énonciation” (AUTHIER-REVUZ, 1991, p. 139).

⁵ Id., 1990, p. 25.

que almejam dar conta de um objeto total, nem como um semblante de ciência ideal, mas sim saberes que são afetados, atravessados um pelo outro. Essas abordagens não-lingüísticas estão no centro da idéia de uma outra heterogeneidade, a constitutiva da palavra e do sujeito.

Podemos dizer que, de certa forma, a idéia de uma *heterogeneidade constitutiva* deriva do trabalho do lingüista sobre as heterogeneidades mostradas, descritíveis – discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, etc. – que contestam a suposta homogeneidade do discurso, pois inscrevem o outro, a alteridade, na linearidade do enunciado.

Em 1982⁶, Authier-Revuz expõe sua teoria sobre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva, concebendo as diferentes formas de negociação do sujeito falante com o elemento heterogêneo. O leque de descrições das formas, marcadas na língua pela heterogeneidade, aponta basicamente para o lugar do “outro” no discurso, o outro do discurso relatado, cujo locutor oferece lugar, de maneira explícita, ao discurso de um outro em seu discurso. O outro aparece nesse caso, como alteridade para todo discurso, marcado ou não. Portanto, o que a autora propõe é articular a realidade, ou materialidade lingüística das formas marcadas de heterogeneidade a uma realidade (estrutural) constitutiva.

Vemos, então, que a heterogeneidade constitutiva aparece como uma estrutura resultante da heterogeneidade mostrada; todavia, ela também é constitutiva de uma realidade em que se torna possível abordar o elemento heterogêneo; ou seja, existe uma implicação entre essas realidades, uma negociação do sujeito falante com o outro, a fim de tentar se representar em um discurso. Reconhecendo ou não esse outro, o sujeito é tomado em uma relação de alteridade, que altera a idéia de um discurso homogêneo, colocando em evidência a presença do outro em seu enunciado, com “palavras dos outros”, ou como “outras palavras”.

1.2. Partindo dessa reflexão sobre as heterogeneidades, tentaremos trabalhar com um axioma, que não deixa de comprometer a ordem dos saberes lingüísticos. Tal axioma pode se escrever da seguinte forma: existe o Não-Um na língua, o que de saída nos indica que existe, em algum lugar, o Um⁷. Essa ordem do Não-Um serve para representar aquilo que não

⁶ Ano em que a autora torna pública sua pesquisa sobre a *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva*: elementos para a abordagem do *outro* no discurso. Artigo que corresponde a uma série de conferências realizadas no seminário do DRLAV, entre novembro de 1980 e janeiro de 1982. Em torno dele, outros foram escritos, entre os quais temos *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)* (1984), traduzido para o português em 1990.

⁷ A notação Um e Não-Um, utilizada por Authier-Revuz, visa no nosso entender a uma aproximação do uso que Lacan faz das noções de Todo e não-Todo. É importante salientar, desde agora, que, diferente da autora, Lacan, em seu último ensino, faz outro uso do Um, que deriva da afirmação de que “há o Um”.

pertence a um conjunto; no caso da enunciação essa notação marca os fragmentos, os estratos, as marcas do heterogêneo. Segundo Authier-Revuz, diante do heterogêneo, devemos ter outro procedimento, não devemos “tomar o heterogêneo, a ruptura sobre o fio da enunciação, como uma simples *escória*, perdas, equívocos, defeitos, dejetos, etc... de desempenho, mas ao contrário, de lhes atribuir, na sua aparente irregularidade, uma *regularidade estrutural* de outra ordem que é da *ordem de um não-um*”⁸.

Em que consiste esta ordem do não-Um? Principalmente, esse operador lógico designa aquilo que na enunciação se representa localmente alterado, no sentido de alteração e alteridade, funcionando como fato pontual de não-coincidências. São elementos alterados, sobretudo, no seu valor semântico, não compondo o quadro ou o conjunto das descrições que perfazem o Um da gramática, o Um do significado contido no dicionário. Esse Um também está no centro da fundação de toda ciência, formando um ideal de coincidência, é a crença no Um unificante. No caso da lingüística⁹, o Um provém de seu método e de seu objeto, no qual o signo é pensado em uma rede diferencial. É a língua tomada como objeto científico, não podendo deixar de ser Toda em um sistema. É nesse sentido que a língua faz parte do universo, podendo universalizar-se. Mas, para tanto, é necessário que a língua dê provas constantes de sua regularidade, tendo que sempre afirmar seu caráter de ser repetível e com isso sempre idêntica a ela mesma.

Se a homogeneidade de um campo se produz pelo que garante a constância uniforme de seu objeto, o que fazer com o que não é uniforme, que não é repetível, nem regular? Vemos, portanto, que o procedimento da ciência lingüística, nesse caso, não faz outra coisa senão excluir aquilo que aparece sobre a forma de não-Um. Poderíamos dizer que quanto mais se tenta excluir o irregular, o irrepetível, mais ele passa a compor o objeto. Uma modalidade de lidar com aquilo que se pretende excluir é produzir partição, tal como o dentro e o fora, o interno e o externo. Dessa forma, teríamos o que pertence ao interno do objeto, o intralingüístico e aquilo que está fora dele, o extralingüístico. Essa é uma lógica oriunda da geometria espacial euclidiana¹⁰, que vigora nas ciências modernas, operando divisões entre o

⁸ “considérer les « hétérogènes-ruptures sur le fil » comme de simples *scories*, ratés, bavures, défauts, fautes, déchets, ... etc... de performance, mais au contraire, de les assigner dans leur apparente irrégularité, à une *régularité structurelle* d’un autre ordre, régularité qui est de *l’ordre d’ un non-um*” (AUTHIER-REVUZ, 1991, p. 142).

⁹ Para uma melhor contemplação dessa questão, indicamos a leitura de *A circunscrição do Um na lingüística*, em Flores (1999, p. 21-48).

¹⁰ Euclides (séc. III A.C) é considerado o “pai da Geometria”, seus postulados e aforismos vigoram ainda hoje na matemática contemporânea. Em *Elementos de Geometria* (13 volumes) e *Superfícies Lugares-Geométricos*,

dentro e o fora, não permitindo, com isso, uma maior visualização dos limites daquilo que tem de externo em seu interior. Encontramos essas divisões em formas de dicotomias por todos os lados; a principal, sem dúvida, é a que separa a fala da língua. Nesse sentido, o que vemos é uma constante relação da língua com o que ela não é, ou seja, sua relação com o sujeito, com o sentido, com as práticas sociais, com as circunstâncias, etc, que constituem fenômenos lingüísticos externos, cujo estatuto deve ser rigorosamente separado daquele da lingüística interna, a que inscreve a língua como um sistema que conhece apenas sua ordem própria.

Refletindo sobre essas questões, Authier-Revuz chama atenção para o fato de que, quando se abre o objeto língua para outra coisa além do seu estrito sistema, não se busca encontrar ali o sujeito, e sim o apagamento da especificidade desse objeto como ordem própria, pulverizando a língua com questões de aspectos psicológicos, sociológicos ou biológicos, de modo a não ameaçar a homogeneidade teórica e a completude de seu campo.

Nesse sentido, temos a emergência da segunda incidência do Um, aquela que é proveniente da abordagem do sujeito no quadro lingüístico. Se os estudos enunciativos buscaram, sobretudo, incorporar o sujeito em suas teorias, elemento este que até então se achava excluído do projeto saussuriano, isso não se deu sem riscos, pois sabemos que são várias as abordagens dentro dos estudos lingüísticos e enunciativos que tratam o sujeito como um sujeito origem, proveniente do pensamento cartesiano, o qual se tornou ferramenta operatória para a garantia de um campo homogeneizado.

Em contraposto, a enunciação que reconhece o campo heterogêneo é síncrona do corte efetuado no homem moderno a partir de Freud. Em outras palavras, o indivíduo afetado pelo inconsciente denuncia a ilusão imaginária que garante sua existência, a existência de um “eu” a partir de um pensamento. Se o sujeito que compõe a teoria da enunciação heterogênea é o sujeito dividido (tal como define Authier-Revuz), a própria idéia de enunciação deve ser revista, já que lidar com um sujeito e não com o seu “eu”, é levar, para o estudo enunciativo, no mínimo, duas marcas desse sujeito: o fato de ele não saber o que diz, e outra, ainda, mais radical, o fato de ele não saber quem é, com isso não podendo se representar a partir de um eu, isso é, fora das suas representações imaginárias.

encontramos as bases de uma matemática das superfícies, da esfera, das secções cônicas, descrevendo os limites da épura. Foi a partir de Euclides que as dimensões do dentro e do fora, do interno e do externo, passaram a ganhar uma notação real, matematizando o espaço de um objeto.

Nossa preocupação até esse momento foi em demarcar a incidência dessa outra lógica, em que o não-Um, enquanto não-todo, incide justamente a partir da existência do fantasma do Todo, nesse sentido concordamos em:

abandonar um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do **repetível**, do UM, por um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela **heterogeneidade teórica** que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e ao mundo, e pelo caráter **não-repetível** da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 166).

1.3. A partir deste campo duplamente marcado pelo não-Um, pela heterogeneidade teórica e pelo caráter não-repetível do elemento heterogêneo, falta-nos ainda mais um ponto para situarmos nossa posição em uma investigação sobre o equívoco.

Tendo partido da problemática da heterogeneidade, o que vemos é a desconstrução de um modelo epistemológico, que basicamente objetiva circunscrever o homogêneo pela exclusão do não-Um, a heterogeneidade parece proceder no sentido oposto, pois o não-Um opera como constituinte do Um. O que temos aí é uma outra lógica, que inclui em seu campo a dimensão do Real¹¹, “por permitir o acesso à modalidade do impossível”¹². Essa outra lógica de que fala o psicanalista é, no nosso entender, o móbil para uma abordagem das rupturas, para as não-coincidências do sujeito e de seu dizer em um campo como o da enunciação. Authier-Revuz, ao relacionar uma estrutura ao que chama de “fio” enunciativo, que é a própria linearidade do significante, tenta articular esse “impossível” do real como aquilo que não é acidental, mas fundamental e estruturante. Associa, assim, o que dá condição de existência ao fato enunciativo, àquilo que emerge como ruptura, desvio, lapso, tropeço, enfim, com o equívoco.

Se essa lógica inclui o Real, a idéia de representação do sujeito e de seu dizer na enunciação passa a ser outra, pois existe aí um impossível de ser representado, fazendo com que o sujeito, devido a sua divisão, não se mostre todo, não se evidencie ali onde se escreve seu “eu”, tal como revela o uso do *shifter*¹³, que representa um “eu”, “que designa o sujeito da

¹¹ O Real, na teoria lacianiana, é o terceiro registro de uma lógica do inconsciente, diferente do Simbólico e do Imaginário. O Real sobretudo designa aquilo que é “impossível” de ser simbolizado, antinômica a categoria de “possível” de Aristóteles.

¹² LACAN, 2003, p. 317.

¹³ O shifter ou elemento dêitico é uma noção usada por Jakobson (*embrayeurs*) e por Benveniste (*shifter*, indicadores de subjetividade), para o trabalho de uma nova perspectiva sobre a linguagem, deslocando o estudo sistêmico imanente, para o enfoque do exercício da língua.

enunciação, mas não o significa”¹⁴. O mesmo ocorre com seu dizer, dizendo sempre mais do que aquilo que se gostaria e sempre menos do que se pretendia. “Pode-se, assim, independentemente das formas de representação, reconhecer no processo enunciativo, *no plano real*, não-coincidências fundamentais, irreduzíveis, como condições inevitáveis, permanentes, da constituição do dizer e do sentido”¹⁵.

Temos, segundo Authier-Revuz, quatro eixos sobre os quais, na enunciação, e de forma geral, na lingüística, inscreve-se o heterogêneo ou a não-coincidência.

1) Não-coincidência interlocutiva.

Forma em que o elemento heterogêneo evidencia uma desconstrução de uma estrutura simétrica entre o enunciador e o interlocutor, revelando aí uma distância estrutural, “irreduzível”, em que os interlocutores passam a ser singularizados pelo inconsciente, marcando uma relação entre dois sujeitos que são radicalmente “não-simetrizáveis”; isso quer dizer que os “cálculos” e “estratégias” interpessoais de precaução, sedução, ataque, não fazem outra coisa que tentar restaurar o Um da suposta co-enunciação. Vemos, em alguns exemplos, como aparece o chamamento de um interlocutor para produção de um sentido compartilhado: *X, como vocês diriam; é o que você chama de X; X, se você sabe o que quero dizer...*

2) Não-coincidência do discurso consigo mesmo.

Este segundo tipo de heterogeneidade apóia-se no dialogismo bakhtiniano, pelo qual toda palavra, por se produzir no meio do já-dito de outros discursos, é habitada pelo “discurso outro”. No próprio discurso, há presenças de palavras de um outro discurso, o qual o enunciador se encontra com o fato incontornável de que o sentido do que diz se constrói, em outro lugar, um campo que escapa a sua intencionalidade. Temos as expressões do tipo: *X, segundo uma frase consagrada; X, no sentido que lhe dá Y...*

3) Não-coincidência entre as palavras e as coisas.

São heterogeneidades que rompem localmente a ilusão da relação biunívoca entre as palavras e as coisas que elas designam. Tratam-se de formas marcadas, na língua, de pontos de incidência do Real. É onde aparecem as hesitações, as dúvidas sobre o termo exato a ser empregado: *X, ainda que a palavra não convenha; X, se assim se pode dizer.*

4) Não-coincidência das palavras com elas mesmas.

¹⁴ LACAN, 1998, p. 814.

¹⁵ “On peut, ainsi, indépendamment des formes de représentation, reconnaître dans le procès énonciatif, *au plan du réel*, des non-coïncidences foncières, irréductibles, comme conditions inévitables, permanents, de la constitution du dire et du sens” (AUTHIER-REVUZ, 1991, p. 148).

São heterogeneidades que colocam em destaque a *dimensão do equívoco*, mas não como nas abordagens monossêmicas que reduzem o equívoco do dizer em fenômenos lúdicos ou acidentais. São tipos de forma que aceitam, rejeitam ou especificam o sentido a ser entendido, em função de fatos de polissemia e homonímia: *X, nos dois sentidos da palavra; X, no sentido figurado; X, é o caso de dizer, se ousar dizer*. Authier-Revuz vê, nesses casos, o jogo na língua, do que Lacan chamou de *lalangue*, devotando, fundamentalmente, o “sistema lingüístico de unidades distintas, e os enunciados, ao equívoco de uma homonímia generalizada, aquela onde se ancoram a poesia, a prática psicanalítica, e que Saussure havia encontrado com temor em seus anagramas”¹⁶.

Nossa investigação buscará, sobretudo, explorar esse quarto eixo, que permite uma abertura para se pensar o equívoco não mais somente como uma noção negativa, relacionada a abordagens que o tomam como simples erro semântico, lógico, de cognição, fenômenos lúdicos, mas, ao contrário, como uma instância geradora e constituinte de sentido, no qual o Real da língua incide sobre o imaginário do sentido único.

As formas de representação de não-coincidência aparecem cumprindo um papel de preenchimento no trabalho enunciativo, uma função positiva, de desconhecimento do sujeito relativo às não-coincidências fundamentais que o caracterizam. Em outras palavras, a utilização de formas metaenunciativas aponta para o desconhecimento das heterogeneidades que marcam o sujeito, o outro, a língua, o sentido, colocando a enunciação sob um trabalho constante de negociação. Dentre elas, destaca-se a denegação, que consiste em reconhecer, na sua enunciação, o jogo do Não-Um, mas negando-o. Esse desconhecimento fundamental é também o fantasma de coincidência, por isso positivo, já que sem ele a enunciação seria inviável. A mínima ilusão de um “eu” se faz necessária, para, como nos diz Authier-Revuz:

articulando um Imaginário de coincidência, de Um da enunciação a um real de não-coincidência, de heterogêneo, de não-um, essas formas de heterogêneo mostrado têm, na enunciação, ao mesmo tempo, frente a frente ao heterogêneo constitutivo que o afeta, estatuto de vestígios (rastros), de emergência de máscaras. (AUTHIER-REVUZ, 1991, p. 10).

Nesse sentido, a enunciação se caracteriza como uma ruptura-sutura, reassegurando o Um nos pontos em que ela designa a ruptura do não-Um; ou seja, no local onde há emergência da ruptura do Um aparece um desvio de não-Um (tudo não se diz), que não tem outra função se não retornar para a própria enunciação na configuração de Um (tudo se diz).

¹⁶ AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 195.

Os vestígios e rastros são testemunhas de um modo de negociação do fantasma de coincidência com o fato da não-coincidência enunciativa.

1.4. Neste ponto tentaremos precisar o que nos conduz diretamente à escolha do tema deste trabalho. Se o equívoco nos levou a pensar em uma homonímia generalizada, a mesma que ancora a poesia e a prática da psicanálise, parece inevitável o questionamento do registro lacaniano de Real. É, sobretudo, no “último ensino”¹⁷ que vemos Lacan trabalhar o desenlace entre o Saber e o Real, buscando mostrar o Real fora do sentido; ou seja, aquilo que no inconsciente e na língua existe de impossível, não podendo ser simbolizado, somente podendo ser mostrado através de uma topologia e de uma teoria dos nós. O que pretendemos a partir daqui, é tentar articular a heterogeneidade (rupturas) a uma lógica da heteridade (do singular).

Se, em um primeiro ensino, Lacan fala do Outro¹⁸, é justamente para colocar em relevo a relação de alteridade em que se encontra o sujeito, “existe esse Outro que é a linguagem, que é o social, aquilo que é comum, como as regras de parentesco, os significantes do qual partilham todos os sujeitos nascidos em uma mesma cultura, é a partir da existência desse outro que o inconsciente passou a ser pensado”¹⁹ como o discurso do Outro, estruturado como uma linguagem. Já o último ensino nos leva a uma novidade, há um significante novo denotado a partir da afirmação de que “há o Um”, pois, se antes existia o Outro, agora existe o Um²⁰. Este Um aparece como a possibilidade de pensar aquilo que é próprio, singular de cada um, que, de maneira alguma, pode ser compartilhado, nem ser posto em comum, porque surge justamente do que não se partilha do que não se totaliza.

Esse Um se repete, mas não se totaliza por essa repetição – o que se capta pelos nadinhas [riens] de sentido, feito de não-sentido, a ser reconhecido nos sonhos, nos lapsos ou até nas palavras do sujeito, para que ele se aperceba de que esse inconsciente é o seu. (LACAN, [1971-1972] 2003, p. 547).

¹⁷ Jacques-Alan Miller (2003) divide a obra de Lacan em três momentos (ensinos) . Abordaremos algumas idéias que giram em torno do último ensino de Lacan, sobretudo no capítulo 3 e 4 da segunda parte.

¹⁸ São várias as abordagens que Lacan dá a noção de Outro. A mais clássica é, sem dúvida, a diferença entre Outro/outro, para diferir o Outro como alteridade radical na constituição do sujeito e de seu desejo; é o Outro encarnado na linguagem, como o tesouro dos significantes. Já o outro minúsculo, pode ser entendido como o outro semelhante, o das identificações imaginárias.

¹⁹ MILLER, 2003, p. 9.

²⁰ A partir de agora, devemos tomar um certo cuidado com a notação do Um, pois, como já antecipamos, este, de que fala Lacan, não é o Um da identificação imaginária que produz um Ego, não é o Todo, e sim o Um que conta, é o Um – 1, aquele que é diferente do dois (traço unário), no sentido de único, de singular. Usaremos, para evitar confusões, “um” com u minúsculo, para grafar o que é da ordem do imaginário e Um, com U maiúsculo, para grafar o que é da ordem do Real, do singular.

Esse Um, que é o singular, também é síncrono daquilo que falta ao Outro. Em termos lacanianos, é o mesmo que dizer que: existe um significante que falta ao Outro, $[S(\overline{A})]$, S de A barrado. Se o Outro constitui o “tesouro dos significantes”, não é, no entanto, um conjunto fechado, em que tudo está coberto pelo significante. A barra sobre o Outro designa a falta que completaria este Outro, ou seja, o grande outro laciano não é absoluto. Ex-siste²¹ um significante que escapa ao Outro, o significante “esse Um” (S1). A partir daí Lacan dirá que o Outro não existe e, se ele não existe, é porque existe o Um. É assim que aparece o ἑτερος (heteros), como aquilo que não pode impermeabilizar o mundo.

Essa lógica hetera passou a ter incidência direta sobre a estrutura da língua, e o resultado é a emergência da *lalangue*, que passa a constituir o não-Todo do Todo da língua, como nos diz Milner (1987). A *lalangue* é aquilo que na lógica da heteridade podemos chamar de Um-engano, em que o equívoco permite a abertura do Todo para o Um, do Todo da língua ao Um do equívoco, ao Um-sentido, ao heteros que não pode recobrir o universo da língua. Assim temos que a heteridade é o estado de abertura para o *diferente*, o singular, o que é heteros²².

1.5. Nosso campo passa assim a ser definido a partir do momento em que da heterogeneidade encontramos uma heteridade. Não pretendemos fazer uma justaposição teórica, nem reduzir essas duas lógicas a um simples encontro homofônico, mas sim tentar, através da investigação sobre o Um-equívoco, mostrar uma estrutura da passagem do Outro ao Um.

A heterogeneidade constitutiva é o fundamento que permite evidenciar o Outro como constituinte de todo enunciado possível, parece ser um campo por excelência da abordagem da alteridade. Já na heteridade o que temos é a possibilidade de pensar o que persiste, o que resta, quando o Outro falta. Se de um lado o que temos é um terreno desértico, que escapa ao

²¹ A noção de *ex-sistência* é uma noção muito utilizada por Lacan, de origem heideggeriana, que serve, sobretudo, para dar conta daquilo que “está em posição de excentricidade”, que estaria fora do simbólico, mas que mantém uma *insistência* do significante, por isso não deixa de existir. Daria para dizer que é uma existência fora da existência.

²² Segundo Quinet (2001), Lacan ao falar do heteros, faz referências ao Parmênides de Platão, sobretudo quanto a distinção entre o Um (todo) e o Ser. Para Lacan, tratava-se da articulação de uma nova modalidade do Outro; para ser mais exato, trata-se da falta do Outro em seu lugar. O heteros poderia assim se declinar em *hetera*, que em grego significa mulher do desejo (concubina), se *heteriza*, ou seja, se evapora como o éter, e, também se *hetairiza*, que vem de hetairia, associação de amigos. Nossos desenvolvimentos sobre essa noção, diferem um pouco das de Quinet, pois buscamos uma articulação do heteros como o *diferente*, que aponta para o que é singular, isso através da noção de Um, no sentido de único.

Outro, também é onde o Um pode ser reconhecido como o que é radicalmente diferente, que não pode ser comum a todos.

Abordar o equívoco, em sua heteridade, é, também, tomar a língua em sua fundação, onde sua estrutura ainda não é língua sistematizada, categorizada, mas sim surpreendida na sua produção e invenção, na sua nascente e no seu excesso, tal como aparece no gênio poético, que trabalha com o anagramático, desestratificando a ordem da língua, em rupturas sintáticas, morfológicas e semânticas. Esta servindo-se apenas da estrutura do significante, das leis que regem a condensação metafórica e o deslocamento metonímico, com o intuito apenas de produzir sentido e de nada comunicar.

Desta forma, vemos o interesse de Lacan por Joyce, para tentar demonstrar as propriedades da língua afetada pelo Real. Se antes Lacan buscou auxílio em Saussure, Jakobson, Benveniste, dentre outros, para lastrear a função e o campo da psicanálise freudiana, fundamentando o inconsciente estruturado *como uma* linguagem, é em Joyce que essa *uma* linguagem passa a ser desvelada, como *lalangue*. Joyce, sem dúvida, é uma exceção, entre outras exceções, como o presidente Schreber e sua *Grundsprache*, que Freud traduziu como sendo a “língua fundamental”, sem falar em Guimarães Rosa que nos dá o testemunho de uma língua criadora de sentidos, de neologismos, passíveis ao jogo significante. O fala-ser, o falante comum, por não saber o que fazer com sua língua, toma sempre medidas de segurança, precauções, de se manter distanciado, conjecturando que a língua é algo pronto e acabado em que basta se servir, se possível, obedecendo a certas ordens que dizem o que é correto e o que é incorreto. Enfim, suas precauções buscam uma proteção diante das não-coincidências, fazendo, com isso, que apareça um fantasma de coincidência que visa ao gramatical, ao regular, ao sistemático, tentando assim fazer coincidir a enunciação com seu enunciado.

Pensar o Um-equívoco como jogo da *lalangue*, como uma “homonímia generalizada”, não é, ao nosso ver, somente encontrar na língua as não coincidências das palavras com elas mesmas, por uma simples questão: a *lalangue* é a língua falada por um sujeito. Com isso, abre-se o campo enunciativo, no qual o equívoco pode ser pensado no limite do que é intra e extralingüístico.

Buscaremos, a seguir, rastrear alguns pontos relativos à enunciação, para tentarmos fundamentar nossa idéia, de que poeta ou não, o ser falante (fala-ser) é suposto à equivocidade

e, é justamente na enunciação, fundada a partir da alteridade, que podemos pensar no equívoco como um elemento “destacado” do Outro, para a abertura do Um, para o heteros.

CAPÍTULO 2

IMPLICAÇÕES EM TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala.

(Mikhail Bakhtin)²³

Se a heteridade, tal como foi exposta até aqui, permite-nos pensar a abertura para o singular de Um-equívoco no universo da língua, não deixa de ter uma relação com a heterogeneidade enunciativa, com os fatos de não-coincidência. Nesse sentido, nosso objetivo, nesse momento, volta-se para a enunciação, pois acreditamos que não só as não-coincidências dependem da enunciação, mas também a produção de Um-equívoco carrega os elementos que a enunciação dispõe para conceber a linguagem, a língua em sua relação com a produção de sentido.

2.1. O campo da enunciação é um campo complexo, no qual a visualização de seu objeto nem sempre é clara e de fácil acesso. O que vemos, desde suas primeiras teorizações, até hoje, é muito mais uma constante construção do objeto específico dessa ciência. Nesse sentido, a complexidade no campo enunciativo, longe de ser um problema, é um sinal de abertura do próprio campo; ou seja, tal como toda ciência jovem, a teoria enunciativa ou a lingüística da enunciação²⁴ ainda busca delimitar suas fronteiras teóricas e seus limites dentro do seu próprio campo. A dificuldade de delimitação de seu objeto, por um lado, está ligado ao fato de existirem várias teorias em que o ponto de vista do pesquisador acabou sendo o ponto de vista da própria teoria. De outro lado, seu objeto aparece segmentado. É o caso, por exemplo, em que a enunciação pode ser vista como: “o surgimento do sujeito no enunciado; a relação que o locutor mantém pelo texto com o interlocutor; ou, a atitude do sujeito falante em

²³ *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) p. 98.

²⁴ Para uma maior compreensão das teorias enunciativas, e a possibilidade de delimitação de um campo que poderia ser o da lingüística da enunciação, recomendamos o artigo de Flores (2001), *Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução*.

relação ao seu enunciado”²⁵. Traços certamente que as teorias enunciativas retêm, mas que não asseguram a delimitação de um objeto. O que podemos tomar, como dado imediato, nesses segmentos, é a presença do sujeito, seja em relação à própria língua, ou em relação a um outro (interlocutor).

O campo da enunciação coloca assim, para a ordem dos saberes lingüísticos, o que transborda na idéia de uma ciência lingüística; ou seja, inclui, em seu estudo, o sujeito, o referente e a situação; elementos que, excluídos, permitiram pensar a língua em uma regularidade, como um sistema.

Dentre as teorias enunciativas, a de Émile Benveniste [1902-1976] e Mikhail Bakhtin [1895-1975] são para nós as duas vertentes do estudo enunciativo de maior interesse, na medida que acreditamos que estes autores, de formas distintas, apontam para uma outra complexidade, cada vez mais relevante nos estudos enunciativos: *o fato de a enunciação descrever uma relação de alteridade*. Se a enunciação é a teoria que coloca o sujeito em cena, permitindo pensar o homem na língua, bem como uma subjetividade na linguagem; o “outro” também passou a compor um lugar especial nessa mesma cena. Em outras palavras, a partir da enunciação, a língua deixa de ser pensada apenas como um sistema combinatório, para ser pensada como um discurso assumido por um sujeito, em que “as marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo emergir o sujeito da enunciação”²⁶. Este sujeito, que ali emerge, não está só no mundo, vem acompanhado, carregado das marcas de um outro, das palavras do outro em suas palavras.

Dessa forma, pensar o sujeito, o sentido, a situação, enfim a produção da língua em uma “cena enunciativa”, é, ao nosso ver, conceber a enunciação não só como a emergência do sujeito no enunciado, mas, sobretudo a emergência do outro como condição, como alteridade para toda e qualquer enunciação.

2.2. Tendo em vista que a enunciação trabalhada por Benveniste é um tema que perfaz os dois tomos de *Problemas de Lingüística Geral*, adotaremos como método de delimitação, um recorte na obra desse autor. Acreditamos ser possível encontrar os principais pontos da relação entre teoria enunciativa e teoria da subjetividade nos artigos apresentados sob o título

²⁵ Dubois apud FLORES, 2001, p. 55.

²⁶ FLORES, 2001, p. 11.

de “O homem na língua”, sendo, *O aparelho formal da enunciação* (1970) o texto conclusivo que aponta para os principais aspectos da teoria de Benveniste.

Logo no início desse texto o que temos é a diferença que há entre duas realidades lingüísticas, uma sendo a lingüística das formas e outra o que seria uma lingüística da enunciação. À primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua, isto é, ela admite um objeto estruturado, do qual devem ser descritas as regras imanescentes. No centro do questionamento dessa lingüística, já apontado em um trabalho anterior, *Semiologia da Língua* (1969), Benveniste designa um tipo de significação, a *semiótica*, entendida como o que é próprio do signo lingüístico, no sentido saussuriano, que constitui uma unidade, sendo da ordem do estável e do fixo. Assim, a lingüística das formas procede a partir de uma operação que visa a identificar as unidades, descrever suas marcas distintivas e descobrir os critérios dessa distintividade.

A segunda realidade lingüística pressupõe a primeira, mas inclui, em seu objeto de estudo, a enunciação, na qual o emprego da língua mostra-se diferente do emprego das formas; em outras palavras, a enunciação passa a ser pensada como o ato de produzir um enunciado, e não o produto deste. O objetivo do autor foi tentar definir a enunciação no quadro formal de sua realização, este “colocar em funcionamento a língua por um ato de utilização”²⁷, portanto, enunciar é transformar a língua - mera virtualidade - em discurso, sendo que nessa passagem se dá a semantização da língua, entendida como a relação desta com o sujeito. A partir daí, vemos um outro plano de significação, o *semântico*, em que os elementos que compõem a enunciação, bem como o seu discurso, devem ser compreendidos, interpretados e não identificados e reconhecidos como no nível semiótico.

Temos, então, que estas duas realidades não são distintas *a priori*, pois inicialmente não sabemos o que é intra e extralingüístico, uma vez que enunciar é transformar individualmente a língua em discurso, e, se “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua”²⁸, vemos que a distinção só se dá no *a posteriori*, ou seja, é no depois que a língua parece ter uma existência “concreta” e “significativa”, no qual não se pode pensá-la separada de um enunciador, de um interlocutor, em relação intersubjetiva. Enfim, podemos dizer que, para Benveniste, é a partir do “linguageiro”, do discursivo, que a língua pode ser descrita não como um sistema semiótico de pura diferença, mas como enunciado ou discurso que carrega

²⁷ BENVENISTE, 1989, p. 82.

²⁸ *Ibid.*, p. 83.

as marcas de sua produção de sentido. É a enunciação produzindo literalmente os fatos da língua. Assim as duas realidades lingüísticas passam a agir uma sobre a outra.

É interessante notarmos o tratamento dado à *referência*, nos dois níveis de significação. No semiótico, ela está ausente, ao passo que, no nível semântico, ela é definidora do sentido, porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as idéias expressas sintagmaticamente na frase e a situação do discurso, assim temos que, “a referência é parte integrante da enunciação”²⁹, sendo que é através da língua que o enunciador participa de uma certa relação com o mundo. É assim que podemos entender a enunciação como um ato individual de apropriação da língua, como um ato que introduz aquele que fala em sua fala. Mas tão importante quanto a apropriação da língua por parte do sujeito é a seqüência desse dispositivo, em que o mesmo ato implica na seqüência “o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que lhe atribua a este outro”³⁰. Daí a conclusão a que chega o autor de que, “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”³¹.

Se o dado imediato e constitutivo de toda enunciação é colocar aquele que fala em sua fala, isso produz uma situação muito singular, em que comparecem formas específicas, cuja função é colocar o locutor em relação com sua enunciação; ou seja, assim como o “eu”, há uma série de “indivíduos lingüísticos”, que podem se referir tanto a pessoas, a momentos, a lugares. Dessa maneira, diferente dos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos, os indivíduos lingüísticos são significantes ou signos dêiticos que somente ganham função em uma enunciação, sendo engendrados em ato, cada vez representando ou designando algo novo.

Assim a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. [...] É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor. Por exemplo: o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’ metalingüísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 86).

No inventário dos indivíduos lingüísticos, temos que o pronome “eu” ganha um tratamento especial, pois ele funciona como o “gatilho” da enunciação e de toda relação possível do sujeito com o simbólico da língua. A tese de que “é eu quem diz eu”, serve-nos

²⁹ BENVENISTE, 1989, p. 84.

³⁰ *Ibid.*, p. 84.

³¹ *Ibid.*, p. 84.

para evidenciar essa situação singular e constitutiva, que é a presença daquele que fala em sua fala; ou seja, “eu” é um signo vazio que só passa a conter sentido, ou valor, na medida em que faz referência aquele que o profere. Na realidade, é a enunciação que permite ao “eu” estar em relação com um “tu”, a partir de uma relação intersubjetiva, “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*”³². Da mesma forma, a intersubjetividade é constitutiva da categoria de pessoa em função da reversibilidade, em que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso”³³, e a um outro como tu. A partir desse momento constitutivo da enunciação, em que o sujeito entra na língua, deixando suas marcas através dos signos dêiticos, ou dos indicadores de subjetividade, todo o aparelho enunciativo passa a funcionar compondo uma cena enunciativa, em que literalmente a existência do sujeito, do outro, da situação e da referência, aparecem como produto na língua, em uma dada enunciação.

2.3. As palavras são sempre e inevitavelmente as palavras dos outros. Ao nosso ver, esse é o axioma bakhtiniano que nos conduz direto para o coração de seu pensamento, o dialogismo. Um princípio de definição complexa, que vincula a tematização do “outro” para além de uma idéia comum de diálogo, de troca comunicacional. O dialogismo, com suas várias nuances a cada novo objeto de reflexão do autor: o conhecimento, o romance, a linguagem, etc, parece constituir um verdadeiro e inédito método de investigação, de abordagem de uma dada realidade. Particularmente, são duas concepções de incidência do dialogismo que nos interessam de perto: a do diálogo entre os interlocutores e a do diálogo presente entre discursos.

A primeira é marcada pela *interação verbal*, que não diz respeito ao diálogo dito face a face, tal como aparece nos estudos da filosofia da linguagem, como forma composicional externa ao discurso, mas sim como um princípio constitutivo do sujeito e da linguagem. Na ótica de Bakhtin, a enunciação é o produto de dois indivíduos socialmente organizados. Mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa, o discurso que ali se produz leva a marca de ser sempre endereçado. Dessa forma, torna-se impossível pensar na enunciação como um discurso individual, monológico. Este princípio da interação verbal está na base de toda compreensão que Bakhtin nos oferece para pensarmos a língua, no seu sentido

³² BENVENISTE, 1995, p. 286.

³³ Ibid., p. 286.

“vivo”, “concreto”, e não como uma abstração teórica, de uma língua que não é falada por ninguém.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929]1997), vemos o autor dirigir uma série de críticas à lingüística clássica e à filologia, pois, para Bakhtin, estas teriam confinado a análise da linguagem a um arcaísmo monológico. Com isso nos chama a atenção para um dos grandes enganos do “objetivismo abstrato”: a crença de que é possível estudar a língua a partir de métodos e categorias que não contemplem a atividade dialógica. Podemos dizer que o esforço deste autor, nesse momento de seu pensamento, vai em direção à crítica do privilégio da descrição formal, estática e normativa em detrimento do mutável, à desvinculação da palavra do contexto histórico real de utilização, o estatuto das enunciações monológicas isoladas de maneira imanente e à descrição sincrônica desligada da evolução da língua. Bakhtin concebe a unidade fundamental da língua como sendo o próprio diálogo, entendido como uma interação, independente do tipo. “Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista do outro, e em definitivo, a partir do ponto de vista da comunidade a que pertenço [...] As palavras são inevitavelmente as palavras dos outros”³⁴.

A segunda concepção de dialogismo é a do diálogo entre os discursos. Segundo o autor, o discurso carrega a propriedade de só se construir atravessado por uma variedade de discursos, sendo as palavras “habitadas” por outras ressonâncias. Nesse sentido, nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, atravessada pela alteridade. Entre o discurso e o objeto, entre o discurso e o falante, interpõem-se discursos alheios sobre o mesmo tema. Assim todo e qualquer discurso se orienta pelo e para o já-dito, para o conhecido, para a opinião pública. Essa idéia de diálogo entre os discursos passou a ser o que hoje se chama de interdiscursividade³⁵.

A partir da idéia de interação verbal e de discurso atravessado por outro discurso, encontramos dois níveis de significação. Bakhtin faz uma distinção entre o que chama de *tema* e *significação*. O tema seria o “sentido da enunciação completa”³⁶, sendo único, individual e não repetível, “ele se apresenta como a expressão de situação histórica concreta que deu origem à enunciação”³⁷. Para se contemplar o tema, não basta a análise morfológica

³⁴ BAKHTIN, 1993, p. 88.

³⁵ A interdiscursividade é um termo comumente empregado pela Análise do Discurso de linha francesa, sem o reconhecimento da antecipação já promovida por Bakhtin. Na AD, a noção diz da relação de um discurso com outros discursos; vozes discursivas outras que se manifestam em um dado discurso e interferem no seu sentido.

³⁶ BAKHTIN, 1997, p. 128.

³⁷ *Ibid.*, p. 128.

ou sintática, é preciso levar em conta os elementos verbais da situação. Já a significação é constitutiva de “elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos”³⁸. São elementos de constituição abstrata, convencionalmente definidos, sem existência concreta. Esses dois modos de significação servem de aparato para a realização do tema: “o tema é um *sistema de signos dinâmico, complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*”³⁹. Essa relação entre tema e significação pode ser pensada em paralelo com a abordagem do sentido, trabalhado pelo autor nas diferenças entre oração e enunciado.

Bakhtin, como sabemos, defende a necessidade de uma segunda ciência da língua, a qual chamou de metalingüística⁴⁰, que, diferente da lingüística clássica (de origem saussuriana), parece observar o fenômeno do discurso em uma perspectiva que o considera na realidade “concreta” e “viva”. A metalingüística trabalharia com os fatores evitados até então, tendo como base o dialogismo e a intersubjetividade, para consagrar uma devida atenção à *diferença*, à *variedade* e à *alteridade* dos elementos que compõem o quadro enunciativo. Essa ciência trabalharia na fronteira entre o intra e o extralingüístico; ou seja, na fronteira entre a análise da língua (o enunciado isolado) e a análise do sentido (o enunciado dialógico). As perspectivas que se abrem a partir desse campo são diversas, uma delas aparece quando Bakhtin nos diz, em *Problemas da poética de Dostoievski* ([1929]1981), que seu objeto de estudo pertence à metalingüística; trata-se ali da *polifonia*, em que o diálogo que aparece no texto não pode ser analisado na ordem lingüística *stricto sensu*. Mesmo o diálogo dando-se através da língua, este só pode ser compreendido a partir dos aspectos contextuais que não são contemplados pela ciência lingüística.

A análise do sentido de que o autor nos fala pode ser encontrada a partir da distinção oração/enunciado. A oração é entendida como uma unidade da língua e, como tal, não possui existência real; entretanto, isso não impede que tenha um valor semântico, é a significação. O enunciado é uma unidade da comunicação verbal que somente tem existência em um determinado momento histórico, porém sua constituição não exclui a oração. Nesse sentido, o enunciado passa a ser a realização enunciativa da oração. E o valor semântico do enunciado,

³⁸ BAKHTIN, 1997 p. 129.

³⁹ Ibid., p. 129.

⁴⁰ Segundo Clark e Holquist (1998), o termo “translingüística” seria mais apropriado que o de metalingüística, devido à banalização do termo *meta* no ocidente. Todavia, achamos apropriado o termo original, visto que se trata seguramente de um “além” da lingüística.

por sua vez, é o sentido. Em outras palavras, a oração é neutra em relação a todo conteúdo ideológico, sua estrutura é de natureza gramatical; já o enunciado não é neutro, seu conteúdo veicula determinadas posições, devido às esferas em que se realiza, implicando um sujeito em sua realização. Assim vemos surgir uma “teoria do sentido” em Bakhtin, em que a presença do sujeito no enunciado é o elemento diferencial.

2.4. Temos, a partir dessas duas teorias, uma interrogação relevante quanto ao “sujeito da enunciação” suposto nelas. Acreditamos que o sujeito que ali transparece coloca em xeque a idéia de um sujeito fonte, origem de seu dizer e de seu sentido. Não queremos dizer com isso, que o sujeito da enunciação é um sujeito barrado pelo inconsciente, pelo menos não para estes autores; ou seja, essa não é uma tese explícita em suas teorias, apenas pode ser conjecturada, pois o descentramento do “eu” já se encontrava postulado pela descoberta freudiana. Todavia, o que vemos é que, ao trabalharem a linguagem e a língua na sua produção enunciativa, configurando os constituintes de uma “cena enunciativa”, o sujeito que ali aparece não é de forma alguma o sujeito da subjetividade clássica, oriundo do *cogito* cartesiano, e sim um sujeito produzido pela linguagem em relação de alteridade com esta e com os outros parceiros da fala.

Authier-Revuz nos alerta para o fato de que, quando trabalhamos com teorias enunciativas, as mais variadas noções e concepções de sujeito aparecem, às vezes explícitas, às vezes não. Mesmo que a enunciação não vise a produzir uma teoria sobre o sujeito, ao trabalhar as “marcas” do sujeito no enunciado, acaba por vezes assumindo a postura ingênua de tomá-las como equivalente ao próprio sujeito, ou ainda, o que parece inevitável, a partir das marcas, a teoria sempre irá supor ali um sujeito. Nesse sentido, torna-se pontual refletir sobre que sujeito é suposto quando trabalhamos com teoria da enunciação.

Authier-Revuz (1998) destaca duas vertentes que trabalham com noções e sentidos diferentes de sujeito: a) a concepção de um sujeito, indivíduo biopsicossocial que utiliza a linguagem para se comunicar, com uma idéia de controle sobre o sentido que ali se produz. É o sujeito estratégico, aquele que calcula sua interação com o outro e que também pode ser pensado como o sujeito simétrico da relação comunicacional. Sua principal característica é sua exterioridade em relação à linguagem e ao sentido que ela produz, que ele administra a partir de uma intencionalidade; b) uma noção de sujeito que só é sujeito quando fala,

produzido na e pela linguagem, clivado por um inconsciente. Assim, ele não pode estar em relação de exterioridade àquilo que enuncia, a não ser de forma imaginária.

Nossa tese é de que o sujeito que emerge na teoria enunciativa de Benveniste e no dialogismo de Bakhtin não se encaixa propriamente em nenhuma dessas vertentes. Porém, podemos pensar que estaria mais próximo de (b), não por carregar a marca do inconsciente, e sim por possuir a característica de ser um sujeito produzido na e pela linguagem.

A teoria de Benveniste, como nos diz Normand (1996), supõe um sujeito, mas não faz teoria sobre este. Se o sintagma “sujeito da enunciação” lhe é atribuído devido ou indevidamente, não releva a questão principal, que é a de que sua teoria produziu uma suposição de um sujeito. Então, qual sujeito pode ser suposto em sua teoria enunciativa?

Vemos que, em *Da subjetividade na linguagem* (1958), o autor faz a afirmação do caráter constitutivo da linguagem, tornando impossível pensar o homem separado desta. “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem”⁴¹. O autor retoma a divisão do sistema pronominal de pessoa e não-pessoa, para mostrar que o sujeito, nessa concepção, é produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas lingüísticas que pertencem à língua, possibilitando a passagem de locutor a sujeito num processo de apropriação da linguagem; “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade na realidade que é a do ser, o conceito de ego”.⁴²

O que parece estar no centro do questionamento de Benveniste, ao tratar as categorias de pessoa, é o fundamento intersubjetivo que funciona a partir da característica de reversibilidade entre eu/tu. “Eu não emprego um eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu”, assim, prossegue o autor, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”.⁴³

Segundo Dufour (2000, p.75), a teoria dos pronomes de Benveniste, vista sob o prisma da reversibilidade, possui os “instrumentos necessários para nos mostrar a galáxia interna em que vivíamos sem saber”, e complementa nos dizendo que esta descoberta “é digno de Galileu”:

‘Eu’ e ‘tu’, estes dois signos vazios, não-referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da

⁴¹ BENVENISTE, 1995, p. 285.

⁴² Ibid., p. 286.

⁴³ Ibid., p. 286.

comunicação intersubjetiva: eles estão à disposição de todo mundo e basta que alguém fale que essas conchas vazias se tornem cheias. Do mesmo modo, a concha vazia dos índices é uma espécie de antecipação e de atualização de nossa capacidade de simbolização. Desde que nos situamos nesse lugar, o resto da língua vem por si só. (DUFOUR, 2000, p. 74).

Dufour apresenta o pensamento de Benveniste destacando que o principal está contido no axioma “é eu quem diz eu”; ou seja, que este índice é eminentemente alienável, o que quer dizer que “eu” só pode ser proferido pelo sujeito que fala, remetendo sempre a ele e a mais ninguém, somente quando se passa a vez para o locutor, podendo o “tu” por sua vez, ser “eu” na enunciação. É interessante pensarmos o que se troca, nessa reversibilidade entre um eu/tu, diferente daqueles que buscam encontrar ali um aparelho para o entendimento da comunicação, poderíamos dizer que, antes de tudo, a troca intersubjetiva é a troca da qualidade específica do “eu”; ou seja, é a troca do lugar do sujeito, da pertença do sujeito no universo da língua: “É o locutor que diz sujeito ao se apresentar como eu do discurso”.⁴⁴

Não pretendemos com estes apontamentos ter resolvido o problema do “sujeito da enunciação”, mas achamos que fica claro que, para Benveniste, o sujeito é uma categoria que nasce em sua teoria a partir do lugar subjetivo que ocupa na enunciação.

E quanto a Bakhtin, qual é o estatuto do sujeito na sua obra? Esta é uma pergunta de difícil resposta, visto que o sujeito bakhtiniano é inseparável da noção de “outro”. Nesse sentido, o sujeito é um produto da relação com o outro, ele é uma “autoconsciência” que se produz através da consciência do outro.

Para Bakhtin, o sujeito só pode ser contemplado a partir de uma relação de intersubjetividade; assim não se trata de um sujeito origem e só no mundo. Pelo contrário, o homem vive sempre em relação aos (e com) outros homens; é um ser social que vive em uma interação verbal. Como já antecipamos, em todo dito, co-existe o já dito; ou seja, todo discurso proferido por um sujeito carrega as palavras dos outros, contendo já uma resposta; como nos diz Bakhtin o discurso é “preche de resposta”.

Dessa forma, o sujeito bakhtiniano pode ser pensado como uma autoconsciência, mas que só se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do discurso do outro, em que um “eu para si” só é possível, a partir de um “eu para o outro”:

⁴⁴ FLORES, 2001, p. 28.

Vale ressaltar que a consciência, enquanto intersubjetividade, deve ser vista na realidade comunicativa, porque só na comunicação efetiva é que ‘eu’ se reconhece como alteridade. Entretanto o sujeito que aí tem lugar não é aquele da unilateralidade comunicativa, mas um sujeito que é dialogizado internamente porque o sujeito e seu discurso são constituídos intersubjetivamente. Na teoria de Bakhtin, a questão mais transcendente diz respeito a uma possibilidade de não simetriação do sujeito ou, nos termos do autor, diz respeito a uma relação que é de forma alguma aritmética. (FLORES, 2001, p. 30).

Temos, então, que, se o sujeito bakhtiniano é um sujeito não-simetrizável, pensado fora da simetria de um “eu” individual e unificante, sendo que todo seu dizer, sua palavra é sempre diálogo, o sujeito ali suposto não é aquele que poderia ser encontrado na psicologia social, como interativo, ou cooperativo; ele é sim irremediavelmente produzido pela alteridade.

2.5. Se o sujeito da enunciação e o sujeito do dialogismo não pertencem ao tipo (a), que tratam de um sujeito origem, isso também é devido a outra questão fundamental que essas teorias colocam para o estudo enunciativo. O lugar que a *alteridade* desempenha em toda produção enunciativa. É a partir da noção de “outro” encontrado nessas teorias que podemos compreender o pressuposto: *de que toda enunciação depende da alteridade*. A partir desse pressuposto nossa investigação buscará pensar a produção de Um-equívoco em uma materialidade enunciativa, lugar em que o equívoco revela seus mecanismos, e um deles é justamente o fato de depender da alteridade.

Benveniste, nessa questão, é modesto, mas não isento, pois, ao definir o aparelho formal da enunciação, não deixou de demarcar o lugar do outro no processo enunciativo, mesmo que esse “outro” tenha sido tomado como o mais próximo, que é o caso do alocutário. Diz-nos ele, referindo-se ao locutor, “mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro”.⁴⁵

Como vemos, o outro no texto de Benveniste é posto em itálico, com isto destacando seu lugar no aparelho enunciativo, em que o enunciador, ao assumir a língua, passa inevitavelmente a remeter sua enunciação a um destinatário, ao alocutário, ou a um outro, independente do grau de presença desse.

Outro enfoque, para se pensar o outro nesta teoria é a partir da idéia de reversibilidade entre as pessoas eu/tu e a não pessoa ele. Aí o trabalho torna-se mais difícil, mas, como nos

⁴⁵ BENVENISTE, 1989, p. 84.

indica Dufour (2000), é possível que o “ele”, seja pensado como o outro do sujeito; ou seja, o ele enquanto não pessoa é a alteridade necessária para que exista a relação entre um eu/tu.⁴⁶

Se Benveniste nos fala pouco do outro, Bakhtin, por sua vez, nos diz muito. Ele foi, sem dúvida, um pensador da alteridade. Podemos a partir da sua teoria chegar até o momento em que o sujeito se confunde com o laço social, pois, encontramos ali um sujeito; o outro do sujeito; e o Outro do sujeito e do outro.

O outro, em Bakhtin, pode ser visto desde a perspectiva de um outro discurso que atravessa o discurso do falante, das outras vozes que falam no e pelo sujeito, nas palavras que são sempre palavras de outros; enfim, o outro é a questão central da qual Bakhtin parte para pensar sejam as questões relativas aos estudos literários, à teoria do conhecimento e à metafísica filosófica, à filosofia da linguagem ou à metalingüística. O importante é que o outro do dialogismo não é nem o objeto exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o duplo, de um face a face, nem o diferente, exterior do locutor. Ele é, antes de tudo, a própria alteridade do sujeito em relação à língua, em relação ao sentido que se produz, e em relação ao outro com quem fala.

Em *O problema do texto* ([1959-1961] 1992), Bakhtin identifica o outro como o terceiro, como o superdestinatário, com isso querendo dizer que, para além de um destinatário, de um ato de enunciação, existe o terceiro elemento que mediatiza a compreensão de tudo que é dito. É uma instância superior que determina a compreensão:

Em diferentes épocas, graças a uma percepção variada do mundo, este superdestinatário, com sua compreensão responsiva, idealmente correta, adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência). (BAKHTIN, 1992, p. 356).

O superdestinatário aparece então como o Outro do sujeito e do outro, sendo a instância última a quem é endereçada toda fala. Na realidade, essa instância de alteridade, mais do que um destinatário que recebe toda a enunciação, é o próprio elemento constitutivo de toda enunciação. Dessa maneira, tudo que é falado e comunicado com a intenção de produzir sentido deve necessariamente já estar resguardado nessa instância, que permite que possamos dar valor e sentido ao que enunciamos.

⁴⁶ DUFOUR, 2000, p. 108.

Não é por nada que Bakhtin tenha sido incompreendido em seu tempo, e também em nossos dias, pois as ciências em geral carregam a característica de furtar-se sobre o debate do papel da alteridade, talvez para evitar a “ferida narcísica” de que nos fala Freud. O que temos são dois mecanismos que apontam para o mesmo lugar, um nega toda e qualquer idéia de alteridade, evitando considerar o lugar do outro como constituinte, produzindo a partir daí as idéias de autonomia, bem como aquele sujeito fonte e origem, onde nasce de partenogênese e sustenta-se só no mundo. Teríamos aqui o exemplar sujeito cartesiano que passa a ter consciência de si por saber-se pensante, mas sabemos que este pensamento só sustentou-se na medida que colocou, diante de si, Deus, para garantir que seu pensamento era verdadeiro. Como vemos, mesmo René Descartes (1596-1650) recorre ao outro, e aí temos o outro mecanismo da ciência. Este segundo modo em relação à alteridade é tomá-la como absoluta, é o outro onipotente que aparece, não permitindo lugar ao sujeito. É o caso de teorias que tratam o sujeito em um determinismo sem falhas, ou em um assujeitamento.

O que queremos dizer, com esse comentário sobre a alteridade, é que foram necessárias duas rupturas, no saber científico do século XX, para que o outro pudesse não apenas ser contemplado, mas tomado como um “lugar”, antecipando as investigações estruturalistas que trataram a relação constituinte da subjetividade e do sujeito na língua. Reporto-me aqui ao dialogismo e à psicanálise, que, mesmo sendo ciências/teorias de origem e conseqüências distintas, cada uma, a seu modo, oferece, para a concepção de sujeito, de linguagem, de sentido e da relação estabelecida entre essas posições a idéia de não homogeneidade, de não-um, de alteridade. Como destaca Brait (2001, p.9), ao se referir à originalidade do pensamento de Bakhtin e de Freud no momento em que tratam o “outro constitutivo do eu/discurso, portanto, que sustenta a originalidade e a contribuição decisiva dessas duas teorias para os estudos do sujeito e da linguagem”.

O pressuposto de que toda enunciação depende da alteridade, parece estar fundamentada no lastro do pensamento enunciativo do qual abordamos. A pergunta que decorre dessa assertiva nos é fundamental para pensarmos o espaço da singularidade na enunciação. O que ocorre com a alteridade (constituinte), caso o Outro falte em seu lugar? Existe uma enunciação do singular? Tentaremos responder a estas questões no desenvolvimento de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 3

O EQUÍVOCO: DIMENSÃO DO PROBLEMA

*Alíngua é, em toda língua, o registro que
a consagra ao equívoco.*
(Jean-Claude Milner)⁴⁷

O equívoco, na língua, é uma dimensão que parece não haver consenso quanto às suas propriedades; ou seja, se é causado por elementos internos ao sistema lingüístico ou externos, se o sujeito falante é ou não o responsável pela palavra dita “errada” ou “troçada”. Enfim, o elemento equivocante é ora trabalhado como dentro da língua, desvinculado do sujeito, como ambigüidade, ora trabalhado como estando fora, como duplo sentido, não estando desvinculado do sujeito. O que vemos é que a dimensão do duplo sentido aponta para outra, que chamaremos de diz-mensão do dizer, em que a palavra equivocante é o próprio móbil para a produção de um novo sentido, em um tempo e espaço caracterizados pela presença do Um.

3.1. Voltemos agora ao nosso problema particular, tal como foi esboçado no item 1.5. Ali havíamos articulado o equívoco como um elemento hetero, no sentido de evidenciar sua característica de singularidade, enquanto um elemento que não permite universalização. Nesse sentido, o Um-equívoco não faz parte do universo, ex-siste ao mundo, ou seja, pertence ao Real fora do sentido. Essas são conjecturas pensadas a partir da psicanálise, visto que essa revelou, para a cultura, um sentido positivo de equívoco, bem como traduz o axioma freudiano “o ato falho é um discurso bem-sucedido”⁴⁸. Assim, vemos que pensar o equívoco, em uma materialidade enunciativa ou discursiva, é em parte reconhecer o corte operado pelo inconsciente no pensamento moderno.

A ciência lingüística, ao trabalhar as relações entre sujeito-linguagem-sentido, passa a sofrer um remanejamento a partir do corte freudiano, situando a abordagem de seu objeto de estudo em um antes e um depois em relação a este corte. Assim, o que temos sobre o estudo do equívoco é uma série de dificuldades em obter uma caracterização mais precisa dessa

⁴⁷ *O amor da língua* (1978) p. 15.

⁴⁸ LACAN, 1998, p. 269.

dimensão. Veremos, a seguir, alguns exemplos nos quais o equívoco, de forma geral ou específica, já foi trabalhado sob diferentes aspectos:

a) Equívoco: (gr. ὁμώνυμος ; lat. *aequivocus*). Termo e definição de origem filosófica. Para Aristóteles, os equívocos, diferente dos unívocos (sinônimos), são homônimos, objetos que têm o nome em comum, enquanto as definições evocadas pelo nome são diferentes: ex.: chama-se de animal tanto um homem quanto um desenho. Essas duas definições foram repetidas com frequência na escolástica. Temos, ainda, no campo filosófico, a equivocação (*aequivocatio*), que no latim medieval aparece como tradução da homonímia de Aristóteles. O problema do equívoco aparece ainda na filosofia contemporânea com Martin Heidegger (1889-1976) em seu *Ser e Tempo* (1927), como uma das manifestações essenciais, juntamente com a tagarelice e a curiosidade da existência impessoal cotidiana⁴⁹.

b) Homonímia e paronímia: Categorias de Aristóteles que estão na nascente da vertente grega de nossa gramática. Os homônimos (homós= igual, onymos= nome) figuram palavras, signos que têm a mesma grafia, mas sentido diferente. Temos palavras homófonas, que possuem a mesma pronúncia, mas com grafia e sentidos diferentes; ex.: cela/sela; cheque/xequê, etc. e temos palavras homógrafas, que possuem a mesma grafia, mas sentidos diferentes é o exemplo de colher (substantivo) colher (verbo); jogo (substantivo) jogo (verbo). No caso da paronímia, as palavras ou signos são semelhantes na escrita e na pronúncia, mas diferem no significado, ex: área/ária, emigrar/imigrar; etc. Assim como os falsos cognatos, a homonímia e a paronímia são apontados, pelas gramáticas em geral, como o lugar de equívocos, no sentido comum do termo, como erro, passível de confusão.

c) Na Psicanálise de Freud, encontramos, nas parapraxias, nos atos falhos, no chiste, e no sonho, uma noção positiva do elemento equivocante, como no exemplar *familionário*, a tirada espirituosa (*Witz*) que condensa de forma inconsciente dois significantes *familiar* e *milionário*. A noção de equívoco propriamente dita aparece como uma subcategoria junto aos jogos de palavras na classe dos *duplos sentidos*, quando Freud aborda o chiste de palavra.

d) Ainda na psicanálise, o equívoco passou a desempenhar o lugar de um conceito cada vez mais preciso na obra de Lacan. Já podemos vê-lo no Seminário I [1953-1954] a última aula intitulada “*A verdade surge da Equivocação*”. Neste primeiro momento, o conceito parece compartilhar do mesmo sentido que os de tropeço, claudicação, ato-falho, falha, engano, ao passo que, em seu último ensino, vemos a própria noção de inconsciente como um

⁴⁹ Para compor este verbete, consultamos o dicionário de filosofia de Abbagnano (1998).

Une-bévue (Um-engano, Um-equívoco). É o equívoco tomado como dado imediato do inconsciente Real. Também Lacan abordará o equívoco como uma “homonímia generalizada” ligada ao Real da língua, à *Lalangue*.

e) O equívoco na obra de Milner, em *O amor da Língua* (1987), na qual busca fazer uma leitura da noção da *Lalangue*, tirando conseqüências para pensar a ciência lingüística, assim como o lugar do lingüista em sua ciência. O equívoco para Milner aparece como um *dado do impossível*, uma dimensão do não-idêntico no tecido de nossas conversações.

f) O equívoco abordado por Gadet e Pêcheux, em *La lengua de nunca acabar* (1984), uma tentativa de pensar o equívoco não somente relacionado ao Real da língua, mas também a um Real da história. Temos, nesses autores, uma diferenciação entre equívoco e ambigüidade. A *lalangue* trabalharia com o duplo sentido (equívoco), já a *langue* estaria afetada pela ambigüidade⁵⁰.

g) Temos ainda o equívoco na heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz, sendo a própria não-coincidência enunciativa que há entre as palavras e elas mesmas. Esse tipo de não-coincidência é nitidamente atribuído pela autora aos desenvolvimentos de Lacan e de Milner.

O que vemos, a partir dessas diferentes abordagens sobre o equívoco, é uma tentativa de estabelecer um lugar para essas irregularidades na linguagem, na língua ou na psique. Se de um lado o que temos são os saberes, como a filosofia, a lingüística e a psicanálise, de outro, temos técnicas com abordagens diferenciadas, é o caso da gramática, da enunciação, da análise filosófica, da descrição lingüística, da análise psicanalítica e da análise do discurso. Ao nosso ver, só poderemos entrar nessa problemática a partir de um discriminante pontual, que funcione como uma baliza. Esse discriminante é o inconsciente freudiano, como um corte na episteme moderna. Dessa forma, podemos ver o equívoco abordado antes da idéia do inconsciente, aparecendo nas abordagens lógico-filosóficas, tomado como erro, falácia, engano, desprovido de sentido etc. Já em um depois, em relação ao corte operado por Freud, podemos ver o equívoco em uma certa positividade, em relação com o inconsciente, aparecendo como revelador de uma verdade, de um desejo, de um sentido, do sujeito, de

⁵⁰ Desenvolvimentos recentes, quanto ao equívoco ligado ao real da história, podem ser encontrados em Ferreira (2000). A autora desenvolve sua tese de doutorado acerca da ambigüidade e do equívoco na língua. Através da AD, busca diferenciar aquilo que é próprio da língua (ambigüidade) daquilo que é proveniente da história (duplo sentido), analisando, para isso, um *corpus* constituído de propagandas de publicidade, etc. Nossa análise do equívoco diferencia-se desta, na medida que trabalhamos com enunciação e psicanálise, tentando evidenciar a falha que é estrutural na língua, que produz Um-equívoco sempre singular. Quanto ao nosso *corpus*, ele não é um discurso específico, trata-se muito mais da própria fala cotidiana.

emergência do Real, enfim, com relação ao “bem sucedido”. Nosso discriminante aparece não só como um corte operador da noção de equívoco, como também para sua abordagem e descrição.

3.2. Retomamos, aqui, as não-coincidências apontadas no item 1.3. Vimos que, para Authier-Revuz, o campo do equívoco está inscrito nas heterogeneidades entre as palavras e elas mesmas, consagrando a *lalangue* como uma integral dos equívocos. Todavia, abordaremos o equívoco como um elemento da heteridade; isto é, a partir da falta na relação de alteridade. Assim, é necessário abordar as não-coincidências entre os interlocutores, levando em conta o Outro que ali aparece, como causa dos interlocutores não-simétricos.

Esse Outro pode ser tomado como o grande Outro de que fala Lacan, ou o superdestinatário de Bakhtin, visto que as duas noções são pontuais para colocar a questão da alteridade⁵¹. O equívoco, assim, não estaria somente na ordem da língua (das palavras com elas mesmas), mas carregaria, em sua constituição, a não-coincidência promovida pela alteridade.

Em outras palavras, se nossa hipótese é de que o equívoco depende da enunciação, assim como a produção de um sentido, estamos dizendo com isso que ele não é intrínseco à língua, uma vez que na enunciação temos o dispositivo, ou aparelho que coloca o sujeito em relação com sua língua, instituindo lugares, posições onde aparecem o interlocutor, o outro, o inconsciente. A fala nesse aparelho não funciona como um simples acessório, mas sim como o lugar em que a língua é trabalhada entre o dizer e o dito. Temos, então, que, se é justamente na fala que as coisas não andam bem, não é porque o sujeito não teria uma suposta competência, uma boa aquisição, mas sim porque, para o sujeito, é impossível não dizer, impossível não falar de si, não estar em sua fala. O dizer é a morada do sujeito como nos diz Lacan, é sua *diz-mansão*, ou *diz-mensão*⁵².

Na medida que falamos de língua e de fala, voltamos sempre para o ponto da dicotomia do essencial e do acessório, ou mais do que isso, para o terreno euclidiano do dentro e do fora. Porém, o Um-equívoco nos leva a pensar diferente, pois não podemos dizer que ele se situa

⁵¹ Não estamos com isso tentando sobrepor as duas noções, visto que não partilham do mesmo paradigma. Mas sim, demarcar que, tanto uma quanto outra, servem para pensar a alteridade. Para uma melhor distinção entre os termos referidos, indicamos o livro de Teixeira (2000).

⁵² No orig., *dit-mension*, neologismo homófono de *dimension* (dimensão) e que remete, na parte final de sua formação, aos homônimos *mention* (menção) e *mansion* (derivado do latim *mansio*, mansão). Introduzimos uma ligeira modificação em sua estrutura (“diz” em lugar de “dito”) para manter a assonância privilegiada por Lacan. (N.E.) (LACAN, 2003, p. 514)

no interno nem no externo da língua, fazendo-se necessária uma ancoragem na topologia, que permita situar esses lugares “outros” que a geometria espacial não comporta.

3.3. Nossa principal meta recai no ponto em que toca a produção do Um-equívoco, perguntando-nos quanto à sua diz-mensão, seu espaço de emergência, e não propriamente o que é um equívoco. Questionamento esse que caberia muito mais a uma abordagem epistemológica. Nossa interrogação, quanto à produção, parte da idéia de uma interpretação, seja de um fenômeno, de um dado ou de um fato. É uma interpretação a partir de um aparato teórico, no qual o fenômeno, o dado e o fato passam a ser criados; é nesse ponto que reside o poder e a impotência de todas as ciências interpretativas.

Particularmente nosso interesse volta-se para as conseqüências de tal interpretação e ao sentido novo que ela aponta. Bem como no tocante ao corte freudiano, o equívoco ali passou a desempenhar uma positividade, não deixando de ter conseqüências nos demais campos do saber. Assim, nossa pesquisa, pretende apontar algumas conseqüências quanto a certas propriedades dessa nova abordagem do Um-equívoco. Não pretendemos buscar uma regularidade, visto que o Um-equívoco parece ser da ordem do não-idêntico, do não-Todo. Tentaremos investigar qual a dimensão do equívoco na passagem do Outro ao Um. Nossa hipótese é de que, em um primeiro momento, é na e pela enunciação que o equívoco se produz, como não-coincidência, como produto de uma relação de alteridade. Num segundo instante, o equívoco aparece como um resto, decaído, que, ao não pertencer aos sentidos do Outro, aos sentidos postos na língua e na cultura em geral, recai para o sujeito enquanto Um, daí ser ele Um-equívoco. Abordar o equívoco, como sendo único e intransferível, é dizer que ele não se presta como extrato para os demais e, não sendo repetível, não há propriamente “equívocos” que poderiam ser reunidos em uma classe, consistente e total. Eles ex-sistem, Um a Um.

A partir da passagem do Outro ao Um, tentaremos evidenciar duas propriedades da dimensão do equívoco. Uma ligada ao *espaço*, ficando problematizada a relação do “dentro” e “fora” da língua; do “intra” e do “extralingüístico”, visto que a dimensão do equívoco dar-se-á em um espaço topológico, não sendo da ordem da estrutura da língua, mas sim da *lalangue*. É em um espaço de continuidade que o interno e o externo ganham uma representação de coexistência, bem como podemos ver na banda de Möbius⁵³. A outra propriedade está ligada

⁵³ Abordaremos a banda de Möbius e suas propriedades no capítulo destinado a pensar a topologia do equívoco.

ao *tempo*, tempo de emergência do equívoco, em que o Um-equívoco parece não obedecer ao tempo cronológico e durável. Emerge muito mais como uma pulsação, que obedece ao tempo de não-duração do Real, sendo, portanto, de caráter evanescente. É nesse tempo que marca sua evanescência que acompanhamos sua abertura, sua função de produzir sentido, através do duplo sentido, do meio-dito, da polissemia, etc. É a partir da lógica da heteridade que pretendemos abordar o Um-equívoco, como um elemento hetero, estéreo, de éter no qual todo equívoco tende a se diluir.

As propriedades de *singularidade*, *espaço* e *tempo* são as que tentaremos evidenciar em uma dada materialidade lingüística, enquanto dimensões do elemento equivocante.

SEGUNDA PARTE

A DIZ-MENSÃO DO EQUÍVOCO

Não é de hoje que o discriminante lógico “Todo” recobre o mundo, totalizando o pensamento, produzindo derivas fantasmáticas sobre o sujeito, bem como vemos na idéia de espécie humana, na idéia de humanidade, em que somos “todos” dentro de uma classe. Mas esse discriminante lógico, no dizer de Lacan, só se sustenta na exata medida em que há uma exceção, existe Um que não é todo, que é não-Todo.

“Há o Um”, é através desse enunciado que vemos algo de radicalmente distinto, novo, “poluindo” todas nossas tentativas de totalização. O radicalmente diferente aparece como aquilo que não recobre o universo, como o que não se deixa capturar em um Todo. Estamos no centro de uma lógica que há muito evitou a polêmica que o não-Todo instaura. É a insistência do singular que afeta toda a ciência dita humana, toda uma ontologia do pensamento, desconstruindo um mundo do qual ninguém mais, além de nós mesmos, foi responsável por criá-lo. Um mundo onde o homem, o pensamento, a língua, foram tratados como elementos comuns, compartilhados, espelhos para nos reconhecermos como iguais.

Coloquemos isso na forma de perguntas, no ponto em que mais nos interessa. O que é a lingüística se existe o singular na língua? Uma resposta a essa pergunta poderia colocar a questão da ciência numa condição de insuficiência. Outra pergunta não menos fundamental é: o que é a língua se o singular existe? A resposta, por sua vez, colocaria o homem dotado de língua como insuficiente.

É tentando responder a essas perguntas que escolhemos pensar o equívoco na língua, mas em uma outra dimensão, na qual ele aparece como o não-Todo, como um extrato da língua que é singular. Sua dimensão é do dizer, por isso diz-mensão.

Tentaremos evidenciar algumas propriedades dessa diz-mensão, em uma certa materialidade lingüística. Essa, como veremos, não possui uma delimitação precisa, uma vez que se tratam mais de fragmentos da própria língua, ora retirados da literatura, ora colhidos de uma enunciação bem sucedida.

Essa diz-mensão do Um-equívoco, em que o sujeito toca sua língua, através da equivocidade do significante, é o momento íntimo do fala-ser; momento no qual ele se perde, porém, também é onde encontra sua casa (mansão), ou seja, a sua diz-mansão.

CAPÍTULO 1

DA HOMONÍMIA A HOMONÍMIA GENERALIZADA

A vontade de sentido consiste em eliminar o duplo sentido.
(Jacques Lacan)⁵⁴

Desde o estudo das línguas primitivas até o estudo do sonho, a homonímia sempre apareceu como fenômeno de ambigüidade, como enigma, lugar passível de equívocos, etc. Tendo em vista essa diversidade de abordagens, a homonímia não parece ser lugar de consenso entre lingüistas, gramáticos e psicanalistas. Nesse sentido, nossa proposta, neste momento, é dar um panorama de como tal noção atravessou a própria história do conhecimento acerca da linguagem; bem como apresentar de que forma a homonímia foi caracterizada e conceituada, seus deslocamentos epistemológicos, passando de “problema” à “solução”, como no caso da psicanálise freudo-lacanianana. Esse panorama não representa uma visão definitiva, e sim alguns recortes ilustrativos, que consagram o lugar da homonímia como um representante maior da possibilidade do equívoco na língua.

1.1. Que não há consenso quanto ao lugar dos equívocos na linguagem e na língua, isso sabemos, e também sabemos que a maioria das teorias, talvez com raras exceções, tangenciam a ligação do fenômeno do equívoco com a noção ou idéia de homonímia. Basta pegarmos qualquer gramática para lá encontrarmos a homonímia gerando equívocos relacionados a palavras que possuem o mesmo som ou a mesma forma (escrita) e, como sabemos, as gramáticas ocupam aí um lugar central, o de remediar, precavendo-nos do contato terrível com o fato equivocante, com aquilo que poderia colocar-nos em desamparo diante de uma língua ideal.

Como vimos no item 1.3 da primeira parte, Authier-Revuz vê, nos casos de polissemia e homonímias, uma não-coincidência fundamental entre as palavras e elas mesmas; ou seja, estamos diante do fato incontornável, de que, em uma língua qualquer, existem palavras, signos que não coincidem com eles mesmos, em outros termos, podendo ser ele e outro ao

⁵⁴ Seminário 24 . *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre.* (1976/77), aula 10.

mesmo tempo. Esses signos estão sujeitos ao equívoco por possuírem a capacidade de significação ou sentido maleável, em que o significado parece deslizar incessantemente sobre o significante. Eles podem ter um correlato idêntico quanto ao som (homofonia) ou um correlato idêntico quanto à forma (homografia), ou serem homonímias totais em que duas palavras diferentes possuem a mesma escrita e o mesmo som, mas possuem significados distintos. Vejamos alguns exemplos, bem simples.


- 1) - homofonia – sela e cela.
- 2) - homografia – colher e colher.
- 3) – homonímia total – manga e manga.

Por mais que a gramática nos oriente que é o contexto que permite que possamos diferenciar a manga (da camisa) da manga (fruta), a dimensão do equívoco já está instaurada, pois, se trabalharmos com o signo isolado, a palavra manga já não é mais uma dos pares de homonímia, e sim uma única palavra que não carrega nenhuma marca distintiva que aponte seu par. Nesse sentido, para a palavra manga, existem dois signos idênticos, que não coincidem um com o outro. Na verdade teria mais um, a manga (de mangueira d'água). É nesse sentido que vemos que uma palavra pode ser ela mesma e outra. Dessa forma, a homonímia nos serve de semblante para o equívoco na língua. Enquanto isso, a gramática julga poder mapear essas zonas de equívoco, descrevendo e categorizando o maior número possível de homonímias; ou seja, tentando suturar, fechar o buraco que a homonímia revela na língua. O que veremos é que não se trata apenas de algumas palavras da língua, mas que a própria língua está sempre sujeita, em algum ponto, a revelar uma homonímia generalizada.

1.2. Em Kristeva (1969), podemos ver que a homonímia é um problema tão antigo quanto a própria língua e a escrita. É percorrendo a história da linguagem que vemos que a homonímia tem sua origem concomitante com a própria idéia de língua, encontrada já nos primeiros pergaminhos da história, remontando desde os povos primitivos, nas línguas polinésias, até as descobertas de Freud sobre o inconsciente.

É nesse entremeio histórico que iremos destacar alguns momentos que nos permitirão pensar o quanto a relação da língua com o equívoco é uma questão já muito antiga. Kristeva destaca que é com os Sumérios e os Acádios, por volta do milênio IV à II antes de nossa era, que vemos os primeiros sinais de homonímia, ainda quando a escrita era representada por grupos de cunhas, dando origem à homonímia escrita, “daqui resultava vários *polífonos* (visto

que cada signo tem vários valores fonéticos: o mesmo signo marca <<água>> e <<braço>>) e vários *homófonos* (há 17 signos que se lêem *si*)”⁵⁵. Os Sumérios acabaram criando uma espécie de dicionário para compreender a homonímia, a chamada “ciência das listas”, constituída de quadros, diagramas de salários, enumerações e classificações dos signos polissemânticos. Dessa forma, tornou-se possível diferir o signo “boca”, que era idêntico ao de “dente”, “fala”, “falar”, “gritar”, e também das representações complexas, como: um ovo junto de um pássaro significava “dar a luz”.

Ainda nesta pré-história, encontramos a marca da homonímia na língua e na escrita chinesa, com mais de 3000 anos de existência: “A língua é monossilábica e abundante em homófonos: assim *shi* pronunciado no 2º tom pode significar *dez, tempo, alimentação, eclipse, tirar, pedra, etc*”⁵⁶: “A polivalência gramatical das palavras é um fato absoluto no chinês antigo”⁵⁷. Também existiram os caracteres tomados por empréstimo, em função da homofonia. Houve vários signos para indicar o mesmo som que indicavam antes, através do seu destino original, mas com uma significação diferente. Assim a terceira pessoa do pronome pessoal *chi* significa originalmente “cesto” e foi marcada  ⁵⁸.

Porém, foi na Grécia, com Aristóteles (384 a.C – 322 a.C), que a homonímia foi, pela primeira vez, objeto de estudo, constituindo uma das “categorias” da linguagem. De acordo com Neves (1987), o problema da homonímia para Aristóteles está na própria natureza da linguagem, no que toca a sua significação. No livro das *Categorias*, a homonímia, assim como as sinonímias, aparecem como as primeiras categorias a serem listadas: “*Homónyma* são as coisas das quais somente o nome é comum, enquanto a noção designada pelo nome é diversa, [...] *Synónyma* são as coisas que têm comunidade de nome e identidade de noção”⁵⁹. Portanto, a partir de Aristóteles, a homonímia passa a ter uma definição, da qual nossas gramáticas são herdeiras (homós = mesmo, onymos = nome).

Se para Aristóteles a homonímia está na natureza da linguagem, é da essência da linguagem que haja uma pluralidade de coisas significadas, “acidentais e anômalas”; contudo, quem irá fazer proveito dessa definição de linguagem será o que mais tarde chamaram-se de sofistas.

⁵⁵ KRISTEVA, 1969, p. 88.

⁵⁶ Ibid., p. 93.

⁵⁷ Ibid., p. 94.

⁵⁸ Ibid., p. 97.

⁵⁹ NEVES, 1987, p. 64.

Dentre os primeiros gramáticos, herdeiros de Aristóteles, temos Dionísio o Trácio (s. I e II a.C.), fundador de uma *téchne grammatiké*, muito próxima da gramática que hoje conhecemos. Nessa gramática, a homonímia aparece na parte dedicada aos nomes, definida como “homônimo, um mesmo nome que concerne a muitas coisas homonimicamente; ex.: mýs, “rato” (da terra e do mar), Ajax (filho de Telemão e filho de Oileu)”⁶⁰.

Neves salienta que, na definição, Dionísio emprega o advérbio homonimicamente, o que não permite uma conceituação clara. Os escólios parecem esclarecer que homônimo é o contrário de sinônimo, sendo que a homonímia consiste na existência de um significante para mais de um significado⁶¹.

Outro gramático de destaque é Apolônio Díscolo (s. II d. C.) , que escreveu sobre as divisões do discurso, doutrina que aparece nos primeiros capítulos do *Da Sintaxe das partes do discurso*. A definição é a mesma de Dionísio e da escola de Aristarco. A homonímia, também na parte dedicada aos nomes, “homônimo (**homónymon**, latim *homonymum*), pode ser tanto um nome comum quanto um nome próprio (Prisciano. *Inst.*II,29). Da homonímia com nomes próprios fala Apolônio, exemplificando com nomes que se acrescentam os *epitéticos*: *Dião, o filósofo* (Da sintaxe I, 65)”⁶².

Até este momento temos que o estudo sobre a linguagem era mais no âmbito filosófico e poético relacionados com as modalidades de existência do homem, do que propriamente lingüísticos. Contudo uma mudança ocorreu em Roma, onde os gramáticos alexandrinos transmitiram para os romanos o saber dos gregos sobre a língua. Por volta de 168 antes de nossa era, foram criadas as primeiras escolas de gramáticos romanos, dentre os quais vemos os célebres Varrão e Quintiliano. Nessas escolas, fora retomado o debate grego sobre o caráter “natural” ou “convencional” da linguagem. Dessa querela surgem os primeiros analogistas e anomalistas. O problema girava em torno da constituição da gramática e da posição da linguagem em relação à realidade.

Para os analogistas, o domínio não lingüístico se refletia no domínio gramatical, enquanto que, para os anomalistas, a tese era inversa, existindo uma diferença nítida entre as categorias reais e as categorias gramaticais. Varrão (116 – 27 a.C.) tentou conciliar essas duas teses. Para ele, a língua exprimia a regularidade do mundo, mas ela própria possuía irregularidades, esboçando uma teoria normativa da linguagem. É o nascimento da gramática

⁶⁰ NEVES, 1987, p. 146.

⁶¹ Ibid., p. 149.

⁶² Ibid., p. 161.

como ciência normativa de um objeto particular. Tratava-se de fazer uma gramática que postulasse as regras de um uso lingüístico considerado correto. Segundo Kristeva, a posição de César foi fundamental para a instauração da gramática normativa, sendo ele mesmo autor de uma analogia na qual defendeu o princípio de regularidade, contra a irregularidade da língua.

A gramática latina encontra seu apogeu com Prisciano (s.V d.C.), o primeiro na Europa a elaborar uma sintaxe, segundo uma perspectiva lógica. Para ele, a sintaxe estuda “a disposição que visa à obtenção de uma oração perfeita”⁶³. Foi com Prisciano que a tese da língua como um sistema lógico deveria servir de modelo para todo estudo da gramática na Idade Média. A gramática de Port-Royal será a primeira, depois de Prisciano, a definir claramente os postulados destas categorias relacionais lógicas que subtendem as categorias lingüísticas, na qual Chomsky também encontra apoio para a gramática transformacional moderna, seus fundamentos lógicos.

Na gramática de Port-Royal de Arnauld e Lancelot (1992), encontramos uma menção à homonímia, indicando que essa deve ser resolvida através da consideração do contexto.

Se por vezes se empregam os mesmos sons na língua falada para expressar idéias diferentes, o sentido e a seqüência das palavras são suficientes para eliminar o equívoco dos homônimos. Não fará a inteligência para a língua escrita o que faz para a língua falada? Por exemplo, se escrevia *champ* de *campus*, como *chant* de *cantus*, haveria mais confusão em um escrito do que em um discurso? Nesses casos falharia o espírito? Não dispomos de homônimos, cuja ortografia é semelhante? Contudo, não se confunde o sentido deles. Tais são as palavras *son*, *sonus* (“som”), *son*, *furfur* (“farelo”), *son*, *suus* (“seu”) e muitas outras.
O uso, se diz, é o mestre da língua; assim ele deve decidir igualmente a respeito da palavra como da escrita. (ARNAULD e LANCELOT, 1992, p. 171).

O ponto central da gramática moderna parece repousar na herança cartesiana de um sujeito racional. Daí a idéia, que, diante de um par homonímico “falharia o espírito”; assim, o equívoco de um homônimo podendo facilmente ser resolvido no contexto de sua enunciação, de seu discurso. Mas o que vemos é que, mesmo levando-se em consideração o contexto, isso não é suficiente para afirmar que a língua não seja percorrida por ambivalências e equívocos que lhe são próprias, aquém ou além de uma suposta “falha do espírito”.

1.3. Tentaremos agora abordar a homonímia dentro de uma perspectiva lingüística, o que não é uma tarefa das mais simples, por um motivo bastante óbvio: a lingüística desde sua

⁶³ KRISTEVA, 1969, p. 149.

origem sempre esteve interessada pelas regularidades. O elemento equivocante, como sabemos, nunca pode ser estudado fazendo parte do “sistema da língua”, mas também sabemos que há registros sobre o equívoco nas abordagens que, de forma simples ou mais complexa, detiveram-se sobre as ambigüidades (anfibia), sobre a homonímia e a polissemia. Segundo Arrivé (1999), alguns exemplos que abordam o equívoco se tornaram célebres nos estudos lingüísticos, “desde o *temor dos inimigos* das gramáticas latinas até a *crítica de Chomsky*, passando pelo *trem de Genebra* e pelo *cousin* de Hjelmslev e Martinet, sem falar do *aufheben* hegeliano nem dos *addâd* da tradição gramatical árabe”⁶⁴.

Ainda nas gramáticas, porém agora nas contemporâneas, veremos se elas apontam para uma melhor definição, ou conceituação da homonímia. Temos que a maioria das gramáticas dedica-se à homonímia no capítulo sobre a semântica, especificamente dentro do item denominado *significação das palavras*, discriminando sinônimos de antônimos e homonímia de paronímia. Quanto à definição de homonímia, ela figura a mesma da tradição aristotélica, modificando apenas as noções de “coisas”, “objetos”, para a de “palavras” ou “signos”.

Tomemos como exemplo duas gramáticas da língua portuguesa de forma arbitrária, para vermos se existem discordâncias sobre o assunto. A primeira é *Nossa gramática : Teoria e Prática*, de Sacconi (1997, p.435). Ele nos diz: “há homonímia, ou seja, duas ou mais palavras são homônimas quando apresentam identidade de sons ou de formas, mas diversidade de significado”.

4)- são = sadio, santo, verbo ser.

As palavras homônimas podem ser:

a) Perfeitas (som igual e grafia igual).

5)- rio = o rio (substantivo); eu rio (verbo)

Cobra = a cobra (substantivo); ela cobra (verbo)

b) homófonas (som igual e grafia diferente)

6) - acento (sinal gráfico); assento (banco)

cesta (baú, balaio) e sexta (numeral)

c) homógrafas (grafia igual e som diferente)

7) - seco (adjetivo) e seco (verbo)

olho (substantivo) e olho (verbo)

⁶⁴ ARRIVÉ, 1999, p. 167.

Segundo Sacconi, no campo da diacronia, ainda devemos distinguir a homonímia da polissemia, havendo somente homonímia quando a palavra resulta de vocábulos distintos, como no exemplo:

8)- rio – provém de rivu (substantivo latino) ou de rideo (verbo latino)

A polissemia é a propriedade de uma palavra admitir multiplicidade de sentidos, sendo que seu sentido depende do contexto. Trata-se de uma única palavra, com várias acepções dentro de seu campo semântico.

9)- *fino* pode ser: voz fina (aguda); lâmina fina (afiada); liso fino (que não é grosso); homem fino (educado); ambiente fino (seleto); vinho fino (excelente); fino acabamento (apurado).

Algumas conjunções também são polissêmicas. Ex: que, se, como, porque, porquanto, quando, que ora aparecem como um valor, ora como outro, dependendo do contexto em que estão inseridos.

O autor conclui que o antônimo de polissemia é a monossema, ou seja, a palavra de um significado único. Ex: televisor, caneta, lápis, etc.

A outra gramática escolhida por nós é a *Gramática descritiva do português* (2003), de Perini. O autor nos diz que até hoje não existe uma maneira de distinguir claramente a homonímia da polissemia. Vemos, por exemplo, no uso da palavra “verde”, há denotação possível tanto de cor quanto de estágio de maturação. Portanto, devemos considerar verde uma única palavra ou duas? “Se a considerarmos uma única palavra, teremos que dizer que tem mais de um significado, ou seja, que é *polissêmica*. Já se distinguirmos duas palavras *verde*, diremos das duas que têm a mesma pronúncia e grafia, e que são *homônimas*. Esse é um dilema que até hoje não recebeu solução satisfatória”⁶⁵.

Esse dilema de que nos fala Perini, em outros termos, é o próprio tratamento dos fatos de ambigüidade lexical, ou seja, se devemos diante da ambigüidade proceder através de um tratamento homonímico ou um tratamento polissêmico. A homonímia corresponderia quando há diversas entradas no dicionário para uma mesma forma, ao passo que a polissemia corresponderia à enumeração de diversos sentidos sob uma mesma entrada no dicionário. Arrivé (1999) salienta, que atualmente existe uma tendência prevalente do tratamento homonímico sobre o polissêmico, “como se fosse mais tranquilizante constatar a coincidência – acidental? Aleatória? De vários significantes correspondendo a significantes diferentes do

⁶⁵ PERINI, 2003, p. 250.

que apresentar a existência de uma pluralidade de significados absolutamente heterogêneos sob um significante único”⁶⁶.

Esse grande debate em torno da homonímia, segundo Arrivé, já foi objeto de discussão de Martinet e Hjelmslev, em torno da palavra *cousin*, na qual novamente é discutido se existe apenas uma palavra *cousin*, ou dois homônimos, “primo/parente”, e “pernilongo”. Para Martinet, trata-se de uma homonímia, portanto há duas unidades *cousin*. Já para Hjelmslev, é a comutação das unidades que está em jogo, portanto, só existe uma única unidade *cousin*, mas apta a significar conteúdos distintos, tal como “filho do irmão” e “pernilongo grande”.

Perini nos diz que a saída tradicional se baseia em um conjunto heterogêneo de critérios, o que, segundo Arrivé (1999), é chamado de “resolução homonímica”, uma operação instaurada pelos lexicólogos estruturalistas. Dentro desses critérios, estaria a distinção, quando temos duas palavras, se não há uma diferença de classe gramatical, ou seja, como alguns casos que já vimos de homonímia em que temos um verbo e um substantivo. Outro critério é quando temos uma diferença semântica grande e nítida.

A diferença de classe gramatical é bem simples, pois se houver diferença, estaremos diante de uma homonímia. Já o critério da diferença semântica é mais complexo, visto que não há como medir ou calcular o grau de diferença, como no exemplo (9), entre fio de linha e fio elétrico a diferença é pequena, mas no caso de pena (de ave) e pena (de castigo) a diferença é grande. Vemos, assim, que caso não tivermos um critério para estabelecer o limite dessa diferença, distinguir homonímia e polissemia sempre será um trabalho difícil. Perini é um dos raros gramáticos que é “defensor da polissemia”. Vejamos seu argumento a esse respeito:

O problema vem de que a polissemia não é, como se poderia pensar, um defeito das línguas (que insistiriam em dar o mesmo nome a coisas diferentes). A polissemia é uma propriedade fundamental das línguas humanas, que sem ela não poderia funcionar de forma eficiente. Seria impraticável dar um nome separado a cada “coisa”, incluindo aquela que nunca vimos. Ao nos depararmos com um objeto nunca visto antes – digamos, um novo modelo de bicicleta – ficaríamos sem recurso para denominá-lo. Mas não é assim que a linguagem e a mente trabalham. Ao encontrar um objeto novo, tentamos imediatamente “reconhecê-lo”, encaixando-o em alguma categoria já existente na memória (e na língua). Ao vermos um animal desconhecido, em geral tendemos a chamá-lo pelo nome de um animal já conhecido; assim, chamamos formiga aos representantes de milhares de espécies diferentes de insetos; e assim uma criança diz “*cocô*” ao ver pela primeira vez uma avestruz. A polissemia confere às línguas humanas a flexibilidade de que elas precisam para exprimirem todos os inúmeros aspectos da realidade.

⁶⁶ ARRIVÉ, 1999, p. 170.

Conseqüentemente, a maioria das palavras são polissêmicas em algum grau. Palavras não-polissêmicas são raras e freqüentemente são criações artificiais, como os termos técnicos das ciências; fonema, hidrogênio, pâncreas etc. Nestes casos, a polissemia é realmente um inconveniente; mas o discurso científico em sua procura de univocidade semântica, difere enormemente da fala normal das pessoas. Nesta a polissemia é indispensável. (PERINI, 2003, p. 251)

Nem todos os lingüistas e muito menos os gramáticos concordariam com a posição de Perini. Nós concordamos, só não acreditamos que exista um discurso mais exposto que outro à polissemia. Nossa posição admite, como veremos a seguir, uma polissemia universal, em que toda língua “científica ou não” está fadada ao inconveniente do encontro inconsciente, na qual qualquer expressão ou termo possui outro sentido que não aquele de seu significado, ou seja, é o significante que dá as regras e não o significado.

Mas, ainda em relação à lingüística, não podemos deixar de mencionar, neste momento, Ferdinand Saussure (1857-1913), não o do CLG⁶⁷, mas sim o dos anagramas, dos estudos sobre o verso saturniano e a poesia védica.

Não pretendemos neste momento examinar por menor o estudo dos anagramas, porém incluí-los como matéria, para o exame da homofonia. Vejamos o que Milner diz a respeito:

é preciso dizer claramente que os anagramas nada têm de ilusório. Muito pelo contrário, eles tocam em um real: o da homofonia. Tudo repousa nos raciocínios de Saussure sobre isto: uma série de fonemas pode sempre fazer eco a uma outra, e por aí significá-la por criptograma. Ora, que seja necessariamente assim, é evidente e pede apenas uma observação um pouco cuidadosa: abra ao acaso o menor texto – Meillet fez a experiência – e os anagramas pululam impossíveis de sufocar. (MILNER, 1987, p. 56).

Para Milner, este real da homofonia, condição para o lapso e para o chiste, não estaria no escopo da lingüística, uma vez que o descarta, reduzindo-o à pura contingência. Nesse sentido, o anagrama é um paradoxo, pois, se ele revela a presença da homofonia na língua, ou seja, como objeto da lingüística, ao mesmo tempo revela o não assimilável disso. Isso porque:

Quanto ao que dá matéria à função de excesso, que seja a homofonia e não outra coisa, isto resulta diretamente do conceito de signo: através deste, a língua era pensada como calculável no que ela tem de diferencial; o forcluído só podia, então, retornar sob a figura daquilo que desfaz o diferencial: o eco contingente. (MILNER, 1987, p. 59).

⁶⁷ Abreviatura de Curso de Lingüística Geral.

O que temos é que, com os anagramas, uma série de fonemas pode fazer eco à outra série. Dessa forma, o anagrama comportaria a homonímia (homofonia) não como uma contingência, que é o caso da homonímia no CLG, mas sim como necessária para poder encontrar palavras sobre as palavras, ou uma série de homofonias ligadas a um único nome.

É possível que este tenha sido o saber que tanto incomodou Saussure, a ponto de abandonar suas pesquisas; afinal, não encontrou resposta para sua pergunta se a técnica anagramática era ou não intencional. Muito provavelmente Saussure desconhecia o estudo de Freud, mesmo sendo contemporâneo a esse. Tal desencontro histórico é lastimável, visto que as descobertas freudianas poderiam dar uma resposta à pergunta de Saussure, quanto à intenção na produção do verso anagramático. Saussure teria encontrado o inconsciente como resposta.

1.4. Neste ponto tentaremos nos ater à homonímia, não propriamente lingüística, mas sim em outro saber, aquele que prossegue para além do limite que Saussure encontra com os anagramas. É na ordem do inconsciente, desde Freud (1900), que podemos perceber a linguagem agindo através de novos mecanismos de significação, ou nos antigos mecanismos, como a metáfora e a metonímia, porém não de um ponto de vista consciente. Desde a interpretação dos sonhos, o inconsciente fora interpretado como linguagem (símbolo) e, desde a instituição da psicanálise, toda sua função e campo se dão por meio da fala e da linguagem.

As formações do inconsciente (sonho, ato-falho, chiste, sintoma, etc) levaram Freud, desde muito cedo, a investigar o fenômeno do equívoco na língua, ou seja, como uma palavra aparece no lugar de outra, justamente onde não deveria aparecer, e, nesse processo, ela é mais significativa do que a palavra “correta” substituída. De suas pesquisas, a que mais nos chama atenção é a dos atos-falhos, que, para Freud, não se tratava de atos acidentais, simples erros, sem sentido; ao contrário, suas teses demonstraram que todo lapso compreendido *a posteriori* informa uma causalidade (determinismo inconsciente) e revela um sentido.

Para Settineri (2002), a descoberta de Freud deu lugar a um inconsciente não mais como uma entidade misteriosa, e sim um inconsciente que passou a ser desvelado a partir de uma lógica do significante. “O inconsciente não é uma entidade misteriosa, escondida em cada um de nós, ou seja, um inconsciente individual, mas se constitui no endereçamento da fala, sobretudo irrompendo, nos fenômenos de polissemia, homonímia e paronímia”⁶⁸.

⁶⁸ SETTINERI, 2002, p. 255.

O inconsciente freudiano surge em forma de linguagem, o que posteriormente Lacan chamará de “inconsciente estruturado como uma linguagem”, não na ordem do significado sempre fixo, e idêntico a si, e sim pelo significante, fazendo eco a outras significações. Assim, vemos o incessante deslizamento do significado sob o significante.

Podemos encontrar a homonímia, na investigação freudiana, em alguns exemplos, como a que aparece em *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* ([1909], 1976), conhecido como o caso do homem dos ratos. Nesse relato, Freud nos fala das preocupações do paciente em emagrecer:

Certo dia, estando fora, em suas férias de verão, ocorreu-lhe de súbito a idéia de que ele era muito gordo [em alemão “*dick*”], e de que ele teria de *ficar mais magro*. Começou, pois, a levantar-se da mesa antes de servirem a sobremesa e apressar-se pela rua, sem o chapéu, sob o calor ofuscante do sol de agosto; a seguir, também, subiu com pressa uma montanha, até parar, forçado e vencido, pela transpiração. (FREUD, 1976, p. 191-192).

Para entendermos de que forma o inconsciente passou a operar através da homonímia, necessitamos um breve comentário. O homem dos ratos, neste momento, encontrava-se em um balneário com sua amada e com um primo do qual tinha ciúmes. O primo se chamava Richard, e o chamavam pelo apelido Dick, que em alemão também é gordo. Isso nos basta para vermos a cadeia sonora do significante, que pode ser grafada com “Dick”, repetindo-se em duas séries de associações: “Trata-se de um exemplo daquilo que Lacan entende por insistência do significante”⁶⁹. O que temos é um encontro homonímico total.

10) - Dick - primo
dick - gordo

Outros exemplos podem ser encontrados em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* ([1905], 1976):

Um jovem, parente do grande Jean-Jacques Rousseau, de quem ele trazia o nome, foi apresentado em um *salon* de Paris. Tinha, além do mais, os cabelos vermelhos. Comportou-se entretanto de maneira tão desajeitada que a anfitriã comentou criticamente para o cavalheiro que o apresentou: “Vou m’avez fait connâitre un jeune homme *roux et sot*, mais non pas un *Rousseau*”.(você me fez conhecer um jovem ruivo e tolo “roux e sot”, mas não um Rousseau) (FREUD, 1976, p. 44).

11) - Rousseau – nome do filósofo
roux e sot – ruivo tolo

⁶⁹ SETTINERI, 2002, p. 256.

Também há o caso em que aparece o duplo sentido:

Um dos primeiros atos de Napoleão III quando assumiu o poder foi apoderar-se da Casa de Orleans. Eis o excelente jogo de palavras, corrente àquele tempo: ‘C’est le premier vol de l’aigle.’ [Eis o primeiro *vol* da águia.] ‘*Vol*’ significa ‘vôo’, mas também ‘roubo’ (FREUD, 1976, p. 52).

- 12) - Eis o primeiro *vol* (roubo) da águia. (ave de rapina)
Eis o primeiro *vol* (vôo) da águia (ave imponente)

Nesse exemplo a homonímia é perfeita, e o riso é causado pela significação, que coloca em jogo oposições de idéias : grandioso/ larápio.

Outro exemplo que não podemos deixar de destacar, pois é um belo caso de homonímia produzido pelo significante, nos é relatado pelo psicanalista Roland Chemama:

Um homossexual confessa seu gosto pelos jovens de um certo estilo, de uma certa idade, que designa com a expressão de ‘les p’tits soldats’ (soldadinhos). Ora, a análise traz uma lembrança de um entendimento muito grande com a mãe, lembrança cristalizada em torno de recordações de tardes de verão, nas quais, depois de longos passeios, ela o levava para o café, e comandava: ‘ah, para ele, um *p’tit soda* (uma pequena soda, uma sodazinha)’ (Chemama apud SETTINERI, 2002, p. 257).

- 13) - les p’tits soldats = soldadinhos
um p’tit soda = sodazinha.

Vemos, nesse caso, que o que está em jogo é a sonoridade, pois não há relação nenhuma entre as significações, no entanto para Chemama há uma relação de significação estabelecida entre os dois significantes.

A partir desses exemplos, percebemos que a homonímia colabora para a formação de um sentido, que poderíamos dizer, inconsciente. É no jogo homofônico que vemos Freud interpretar, para fazer um deslizamento de sentido, ou seja, é na equivocação que o inconsciente se faz ouvir. Percebemos que a questão da linguagem na psicanálise não é uma invenção lacaniana, “ela já é crucial e explícita em Freud, não somente no papel do processo analítico, mas também ao tornar-se evidente o trabalho do inconsciente através da materialidade da língua, por exemplo nas palavras (motes) de espírito, nos lapsos, no rébus e nas homonímias que agem na interpretação dos sonhos”⁷⁰.

⁷⁰ AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 29.

1.5. Se, de um lado, a gramática tenta reduzir o equívoco de uma homonímia a uma coleção de palavras, com isso assegurando o repetível e o representável, produzindo um sujeito origem, simétrico ao ideal de uma língua sem falhas; de outro lado, a psicanálise nos mostra que o equívoco de uma homonímia está para além de nossa romântica tentativa de controle sobre os mecanismos da linguagem. A descoberta de Freud é a descoberta de que onde há equívoco, há desejo, há inconsciente. Assim, temos, como consequência, que o sujeito freudiano é um sujeito claudicante, falho, que diz muito mais quando “erra”.

Notamos que a lingüística da enunciação, ao trabalhar com as heterogeneidades do dizer, se encontra em posição privilegiada para descrever o equívoco de um dizer e lançar questões sobre a tese de uma homonímia generalizada.

A hipótese da homonímia generalizada é síncrona com o que Lacan (1973) chamou de *lalangue*, ou seja, a possibilidade da língua ser afetada pelo impossível, pelo Real, que também é o impossível de um sistema sem furo. Portanto, a falha não estaria nem na língua, nem no homem, mas no sujeito quando esse se humaniza pela linguagem, sob a pena de estar irremediavelmente preso a uma língua na qual não se comunica nada, exceto quando falha, dizendo aquilo que não gostaríamos de saber.

Authier-Revuz (1991) encontra em Lacan o fundamento para as não-coincidências entre as palavras e elas mesmas, dizendo-nos que essa não-coincidência pode ser sentida como uma homonímia generalizada da/na língua. As referências são: a psicanálise, a poesia e os anagramas.

Sobre a psicanálise e os anagramas, já tivemos a oportunidade de constatar o “eco” de uma homonímia por toda parte. Mas, sobre a poesia, o que poderíamos dizer? Primeiramente, lembrar que, se a figura do poeta ainda é encontrada em uma cultura, não estaria ele aí para nos mostrar que a língua é muito mais que comunicação; brincando ou com técnica, ele aproxima ou afasta a palavra da coisa, desloca os significados previsíveis, produz sentidos novos, enfim, opera com metáfora no que já é metáfora, ou seja, a própria língua, e tudo isso sem “meta”, sem metalinguagem. Authier-Revuz (1982), destaca a proximidade que há entre os trabalhos da e sobre a língua/linguagem em: Stéphane Mallarmé (1842-1898) com o “cristal da língua”, James Joyce (1882 - 1941) com *Finnegans Wake* (1939), e Lacan (1901-1981) ao lado deles com a *lalangue*.

O psicanalista Otave Mannoni prefere outro termo, o de “polissemia Universal”, que podemos encontrar em *Chaves para o Imaginário* (1973). Nessa obra, o autor nos diz:

Se, nas conversas comuns, nos protegemos fácil ou habilmente dos equívocos que poderiam resultar de tais fatos de homonímia, não devemos por isso considerá-los como exceções, como uma espécie de *ludus linguarum* de que teríamos apenas de nos afastar [...], ao final de contas, a homonímia não é senão um caso particular da polissemia universal. (MANNONI, 1973, p. 37).

Mannoni defende a tese de que um único significante, além de ter efeitos de homonímia, pode ter numerosas aplicações polissêmicas. Na verdade, a homonímia seria uma particularidade da polissemia. Critica a posição dos lingüistas, que, ao trabalharem uma língua, reduzem todo e qualquer efeito de polissemia a um acidente, “nada há a mudar nesta maneira de ver, senão talvez que a polissemia é mais uma lei da linguagem do que um acidente”⁷¹. Enfim, o autor, na esteira de Lacan, denuncia aquilo que os lingüistas sempre evitaram pensar: o fato de que o significante pode sempre variar, podendo ser sempre múltiplo em um mesmo signo.

Assim, tanto a hipótese de homonímia generalizada, quanto a de uma polissemia universal, tendem a confirmar que a língua é cotidianamente atravessada por outra cena (significante/inconsciente), em que as palavras no avesso⁷² da língua podem muito bem serem elas mesmas e outras ao mesmo tempo. Para os lógicos, admitir o equívoco como estrutura da língua é um impossível; já para Lacan (1973) é justamente esse impossível que permite a língua ser pensada em outra lógica, a do não-*Todo*. Temos então que a homonímia e a polissemia não são elementos acidentais, mas sim regularidades estruturais, de uma língua que admite o equívoco.

A língua, nesse sentido, será sempre a marca de que dois não podem ser Um, de que duas palavras não podem ser nunca a mesma. É impossível, como disse Lacan (1972-1973), fazer *deles dois, um*⁷³.

⁷¹ MANNONI, 1973, p. 45.

⁷² Sobre o avesso da língua e sua possível topologia, trataremos no capítulo 4.

⁷³ Lacan joga com a *lalangue*, ou seja, com a homofonia, dizendo é impossível fazer *d'eux* (deles) *deux* (dois), um.

CAPÍTULO 2

O INCONSCIENTE COMO UM-EQUÍVOCO

Creio haver começado algo que ocupará a mente dos homens durante muito tempo.
(Sigmund Freud)⁷⁴

Neste capítulo, tentaremos fazer uma articulação entre a lingüística e a psicanálise ou entre o inconsciente e a linguagem⁷⁵. Nosso interesse recai, sobretudo, na dimensão do equívoco como um fenômeno da língua que atravessa a obra freudiana e os desenvolvimentos posteriores de Lacan. Nesse sentido, não temos a intenção de fazer uma apresentação da psicanálise para o leitor, e sim fazer um recorte, no qual vemos uma clara articulação de uma materialidade lingüística -significante- como *corpus* para a pesquisa do inconsciente. Tentaremos evidenciar que o equívoco (que aparece nas de sonho, lapso, dito espirituoso), está na articulação da descoberta freudiana com a linguagem.

2.1. A tese lacaniana de que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* não deixa de ser bem óbvia, pois o próprio Lacan indicava de onde buscou tal formulação. Na verdade, poderíamos dizer que esta definição já está em Freud desde suas primeiras teorizações. A própria idéia de formação inconsciente está intimamente relacionada com os processos da ordem da linguagem. São três obras que mais nos interessam de perto, que poderíamos defini-las como uma trilogia de um inconsciente-lingüístico em Freud. São elas: *Die Traumdeutung* (A interpretação dos sonhos), de 1900, *Zur Psychopathologie des Alltagsleben* (Sobre a psicopatologia da vida cotidiana), de 1901, *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten* (Os chistes e sua relação com o inconsciente), do ano de 1905.

O interessante destes textos é que, por mais que trabalhem com formações do inconsciente diferentes, como o simbolismo dos sonhos, o ato-falho (*lapsus linguae*) e o dito espirituoso, os três revelam um mecanismo em comum, o processo de condensação e de deslocamento, que para Lacan (1957), nada mais é do que a lógica do significante, que a

⁷⁴ Carta a Binswanger, 28/5/1911.

⁷⁵ Existem obras excelentes que tratam desta relação entre os dois saberes, dentre elas, recomendamos a de Arrivé (1999).

retórica chamou respectivamente de metáfora e metonímia. Esses textos freudianos colocam em evidência a “ambigüidade” ou o equívoco de uma palavra ou uma frase, até mesmo de um discurso inteiro. Tal ambigüidade estaria no centro da questão do distanciamento que há entre o dito e o dizer, ou, se preferirmos, entre o enunciado e a enunciação.

É na *Interpretação dos sonhos* (1900), mais especificamente no capítulo 7, intitulado o trabalho do sonho, que vemos Freud pela primeira vez definir os termos de condensação e deslocamento. O primeiro refere-se à condensação entre o conteúdo manifesto do sonho com seu conteúdo latente; isto é, um trecho ou uma palavra do sonho (quando relatado) pode apresentar uma série de associações que aparentemente não estavam no sonho, mas que Freud vê ali a única maneira de “ouvir” o material latente. Quanto ao deslocamento, leva-nos para a tese de que o material do sonho não se encontra “centrado”, ou seja, um elemento que nos parece essencial, enquanto manifesto, pode ter pouco valor enquanto idéia latente, assim como o contrário também é válido; então, aquele elemento insignificante do sonho manifesto pode ter um grande valor.

Vamos exemplificar, para vermos de forma mais clara como o sonho trabalha: o primeiro exemplo é de um sonho do próprio Freud⁷⁶ no qual vemos aparecer o significante AUTODIDASKER. Esse neologismo, segundo Freud, encerra um sentido condensado que o remete a um propósito diurno. Em sua análise, o neologismo se decompõe em *autor*, *auto-didata* e *Lasker*. A última palavra, por sua vez, está relacionada com o nome Lassalle. Assim, Freud passa a decifrar o sonho, como quem decifra um hieróglifo, uma série de associações aparece, até chegar ao nome de seu irmão *Alexandre*, o qual era chamado de *Alex*. Segundo Freud, Alex soa como uma transposição do nome *Lasker*. Arrivé (1994) chama-nos a atenção para o fato de que o processo em que (L)ASKER (com o L recuperado) lê-se, por metátese ALEX. Estamos diante do mesmo mecanismo que Saussure encontra nos anagramas. Então, resumindo, Freud nos diz que o neologismo AUTODIDASKER nada mais representava que seu desejo em ver seu irmão construindo uma vida feliz, com uma família.

14)- AUTODIDASKER

Outro exemplo podemos encontrar, nas *Conferências introdutórias sobre a psicanálise* ([1916] 1976), mais especificamente na conferência XV. Freud nos fala de um sonho no qual podemos ver um jogo de palavras:

⁷⁶ Devido à extensão deste relato de sonho, preferimos fazer um resumo, contudo, indicamos ao leitor uma leitura na íntegra para uma compreensão geral do mecanismo de condensação.

com ligeiras variações, referiram acerca de Alexandre Magno. Quando o rei estava sitiando a obstinadamente defendida cidade de Tiro (322 a. C.), sonhou que via um sátiro dançando. Aristandro, o interpretador de sonhos, que se encontrava presente junto com o exército, interpretou o sonho dividindo a palavra ‘*Satyros*’ em σα Τυρος [sa Turos] (tua é Tiro) e, portanto, prometeu que ele iria triunfar sobre a cidade (σά – τύρος = para ti Tiro) (FREUD, 1976, p. 108).

O que temos, com esse sonho, é que os significantes que compõem *sátiro*, *sa* e *tiro* não possuem um sentido em si mesmos, mas que se destaca o significante *tiro*, pois se trata da cidade de *Tiro*, cuja conquista eminente motiva o sonho. Desta forma, a conquista da cidade aparece figurada na imagem de um sátiro.

15)- Sátiro = condensação de Sa (tua) e Tiro (cidade), logo, sátiro = Tiro é tua.

A novidade da ciência do sonho é justamente não ter caído no erro que qualifica todas pesquisas anteriores a Freud, ou seja, de interpretar um sonho como uma imagem. Freud, por sua vez, procede de outro modo. Impressionado com a leitura dos hieróglifos por Jean-François Champollion (1790-1832), ele passa a ler o sonho como um rébus, ou seja, cada imagem deve ser lida por uma sílaba ou uma palavra, que represente a imagem. Dessa forma, o que vemos é que, no centro do sonho, para além da metáfora e da metonímia, o que encontramos é a homonímia e a polissemia, dominando a linguagem onírica.

Em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901), encontramos Freud interessado no que, de forma geral, podemos chamar de *ato-falho*, que envolveria desde esquecimentos de nomes, até equívocos na ação. Mas é o *lapsus linguae* ou equívocos orais que mais nos interessa, não por ser a modalidade de ato-falho mais conhecida, mas por descrever o processo de formação de um equívoco.

No início de sua obra, vemos referências a pesquisas anteriores, as de Meringer e C. Mayer de 1895. Vale a pena notar que um desses autores mencionados por Freud é um filólogo, o que teria contribuído para o estilo da obra, que é fortemente descritiva. Esta é, aliás, a crítica de Freud aos autores. Em contraposição, o texto freudiano é menos descritivo, teorizando mais sobre as causas dos lapsos, tentando encontrar seus mecanismos.

Os dois autores teriam trabalhado com descrições do que chamam de: *intercâmbio* (Milo de Vênus, em vez de Vênus de Milo), *antecipação* (senti um peito,..., digo um peso no peito), *ecos ou posposições* (a casa tem duas salas e quatro quartos – por quatro quartos), *contaminações* (fecha o armário – por fecha o armário e traze-me a chave) e *substituições* (o escultor perdeu o pincel,...digo o cinzel). Dessa forma, Meringer e Mayer construíram uma teoria baseada na importância do valor do som para explicar como ocorrem esses equívocos.

Para eles, o som mais importante de uma palavra se propagava, “contaminando” outras palavras próximas. Freud critica essa idéia, mostrando exemplos de lapsos, que não podem ser explicado apenas com o lingüístico, ele nos diz que é necessário entrar no discurso do lapso, na situação do equívoco ocorrido, para poder inferir alguma idéia quanto ao mecanismo que está em jogo. A hipótese freudiana é de que há sempre uma influência perturbadora por trás de qualquer equívoco. Vejamos alguns exemplos:

16)- Geiz por Geist (avareza por inteligência)

No decorrer de uma análise, Freud diz a uma paciente que esta, por alguma razão, devia ter censurado sua família ou seu pai, e não se lembra disso. Ela não aceita as suspeitas de Freud e prossegue falando:

prosseguiu com a conversa tecendo alguns comentários sobre sua família: “Uma coisa eu tenho que admitir: eles são pessoas fora do comum, todos têm *Geiz* [avareza]... quero dizer, *Geist* [inteligência].” E, essa era, na verdade, a censura que ela recalcaria, desalojando-a da memória. É freqüente a situação em que a idéia que se quer reter é precisamente a que se impõe sob a forma de um lapso da fala (recorde-se o lapso de Meringer)⁷⁷. A única diferença é que, no caso de Meringer, a pessoa queria guardar para si algo que estava em sua consciência, ao passo que minha paciente não sabia o que estava sendo retido, ou, dito de outra maneira, não sabia que estava retendo alguma coisa, nem que coisa era essa (FREUD, 1976, p. 89).

17)- Hause – Hose (casa por calcinha)

Certa vez, encontrei nas Dolomitas, duas damas que estavam vestidas como excursionistas. Acompanhei-as em parte do caminho e conversamos sobre os prazeres, mas também as dificuldades da vida de turista. Uma das damas admitiu que essa maneira de passar o dia acarretava muitos incômodos. “É verdade”, disse ela, “que não é nada agradável andar o dia inteiro sob o sol e ficar com a blusa e a combinação completamente suadas.” Num ponto dessa frase, ela teve de superar uma pequena hesitação. Depois, continuou: “Mas aí, quando se chega a casa (*Hause*) e se pode trocar de roupa...” ; mas em vês da palavra *Hause*, enganou-se e pronunciou: *Hose* (calças) No meu entender, não era necessário nenhum exame para esclarecer esse lapso da fala. É evidente que a intenção dela fora fazer uma enumeração mais completa de suas roupas: blusa, combinação e *Hose* [calcinhas] (FREUD, 1976, p. 90).

Este equívoco não necessita de muita explicação. Freud nos diz que a senhora tivera intenção de enumerar as roupas íntimas, dizendo: blusa, camisa, calças e, para não ser

⁷⁷ No exemplo relatado por Meringer, vemos que um locutor qualificava determinados fatos de *porcarias* (*schweinerein*), em certa situação não querendo empregar esta palavra, pois não era adequada ao momento, diz: “Descobriram-se então *vários* (*vorschein*) fatos...”. Ao tentar pronunciar a palavra *Vorschein*, engana-se e diz: “*vorschewin*”. Mais tarde o locutor confessa a Meringer e Mayer que sua intenção era dizer “porcarias” *Schweinerein*.

inconveniente, preferiu não dizer calças (calcinha). Mas a palavra reprimida acaba por encontrar lugar para se expressar, em outra frase, no lugar de *casa* “*hause*”, aparece “*hose*” *calça*.

18)- *begleiten* (acompanhar) + *beleidigen* (ofender) = gentilmente ofendê-la.

Um jovem dirigiu-se a uma dama na rua com as seguintes palavras: “Senhorita, permita-me que a ‘acom-sulte’ [*‘begleit-digen’*]”. É óbvio que ele pensara em dizer que gostaria de acompanhá-la [*‘begleiten’*], mas temia que sua proposta pudesse insultá-la [*‘beleidigen’*] (FREUD, 1976, p. 93).

Vemos que as intenções do jovem não eram das mais puras, pois *ofendê-la* (insultá-la) carrega um desejo sexual, da qual a moça percebeu e lhe devolveu a resposta “Por quem me toma? Como pode ofender-me (*beleidigen*) desse modo!”.

Para terminar nossos exemplos de *lapsus linguae*, tomemos um clássico de Freud.

19)- *Dekolletiert* (decotada) – *Dekoriert* (decorada)

Um cavaleiro conversando com uma jovem viúva, sobre os preparativos para celebrar a páscoa, diz :

“A senhora viu a exposição [*Auslage*] de hoje na Wertheim? Está totalmente *decotada*” [*dekolletiert*, em vez de *dekoriert*, decorada]. Ele não ousara exprimir sua admiração pelo *decote* da linda senhora e nisso veio à tona o pensamento proibido, transformando a decoração de uma vitrine ou exposição de mercadorias [*Warenauslage*] num *decote*, com a palavra “exposição” [*Auslage*] inconscientemente usada num duplo sentido (FREUD, 1976, p. 96).

A explicação de Freud, para esses lapsos, é de que, em todos os atos-falhos por ele investigados, há uma perturbação, ou seja, vemos claramente, no caso do decotada/decorada, um desejo irrompendo na cadeia falada. Essa perturbação para Freud é causada por uma idéia reprimida, exterior à palavra ou frase, mas que encontra, através do significante, e não do significado, uma expressão. A homonímia e a polissemia são a via régia por onde o significante comanda a significação, representando assim, o desejo de um sujeito. Lacan (1957) dirá, que *um significante representa um sujeito para outro significante*, isso nada mais é do que um axioma dessas teses freudianas.

Em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905), Freud faz um longo estudo sobre o *Witz*⁷⁸, que é a piada, a graça que causa riso em algumas frases. Nesse texto, podemos

⁷⁸ Em alemão, temos *Witz*, em francês *tirada espirituosa*, comumente usada por Lacan, em português pode-se encontrar traduzido como *chiste/piada*.

ver Freud trabalhando com os mecanismos que comandam uma piada, até a elaboração de estudo sobre a função do prazer causado pela piada.

Freud salienta que o Witz possui o mesmo mecanismo de formação dos sonhos. Assim, a piada produz seu efeito jogando com o deslocamento e com a condensação. Um exemplo célebre é o familionário, relatado por Heine⁷⁹.

20)- familionário = familiarmente + milionário.

Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: 'E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual — bastante familionariamente' (FREUD, [1905] 1976, p. 29).

Existe aí uma condensação, com substituições por palavras compostas, ou seja, produzindo-se o termo alemão Famillionär (familiar + millionär). A piada está no fato que Hirsch-Hyacinth é o que chamamos de um pé rapado e que, ao tentar dizer que foi tratado familiarmente por um milionário, produz a palavra chistosa *familionário* (familionariamente).

Outros exemplos da técnica do chiste podem ser vistos, já descritos, no item 1.4 da segunda parte da nossa pesquisa, nos exemplos (11) Rousseau – roux et sot e (12) o vôo (roubo) da água.

2.2. Vimos que, para Freud, o inconsciente está diretamente relacionado com a ambigüidade na qual o desejo sofre uma transformação, e essa ambigüidade resulta em uma materialidade lingüística totalmente regida pela primazia do significante. Tanto o sonho, quanto o lapso, e o Witz, revelam a mesma estrutura, os mecanismos de condensação e deslocamento agindo na produção de uma enunciação, mostrando, na maioria das vezes, uma incongruência com o enunciado esperado. É o hiato entre a enunciação e o enunciado, preenchido pelo trabalho do inconsciente.

Podemos ver que não é apenas a homonímia e a polissemia que aparecem nas formações do inconsciente, uma vez que esse parece operar como uma verdadeira retórica⁸⁰, como nos diz Lacan:

⁷⁹ Não pretendo aqui fazer uma grande exposição desse exemplo, mas vale destacar que ele é muito estudado na psicanálise. Lacan faz uma longa explanação desse dito espirituoso no Seminário 5, *As formações do inconsciente* ([1957-1958] 1998). Ficaremos por ora apenas com o relato de Freud.

⁸⁰ Neste ponto, surgem algumas questões: Até que ponto os primeiros retóricos estiveram sensíveis aos mecanismos ou aos processos de formação da retórica, uma vez que essa já era encontrada nos sonhos? Sob este

A perífrase, o hipérbato, a elipse, a suspensão, a antecipação, a retratação, a denegação, a digressão e a ironia, são as figuras de estilo (as *figurae sententiarum* de Quintiliano), a catacrese, a litotes, a antonomásia e a hipotipose são os tropos cujos termos se impõem à pena como os mais adequados para rotular esses mecanismos. Será possível ver nisso apenas um simples modo de dizer, quando são exatamente essas as figuras que estão em ato na retórica do discurso efetivamente proferido pelo analisado? (LACAN, [1957] 1998, p. 525).

O que tudo isso nos indica é uma mudança da noção de verdade na episteme moderna. A verdade para Freud (mesmo sendo um herdeiro do positivismo), já é outra que aquela da lógica clássica (tese, antítese e síntese), regida pelo racionalismo. Para Freud, a verdade está regida pelo inconsciente, sendo a própria ambigüidade de um tropeço, de um erro, de um lapso, de um esquecimento, de um sonho. Em resumo, poderíamos dizer que, independente do foco de estudo de Freud, ele sempre se depara com uma *falha*, ou, como ele diria, com a *castração*. A grande revolução de sua descoberta está no fato de não suturar essa falha, ou seja, além de ela estar sempre presente, possui sentido, aliás uma “variedade”⁸¹ de sentidos. Segundo Freud, o ato-falho é um discurso bem sucedido, para Lacan a verdade surge da equivocação.

2.3. Ainda em Freud não podemos deixar de mencionar outro texto, o do *Duplo sentido antitético das palavras primitivas* (1910), texto esse que ainda inspira grandes controvérsias, mas que também vem sendo obra de grandes estudos por parte de lingüistas e psicanalistas.

Freud, tal como aparece em uma carta a Ferenczi de 22.10.1909, expressa seu “entusiasmo triunfante” ao ver sua teoria do simbolismo do sonho, na qual os contrários parecem ser ignorados, ser respaldada pela teoria filológica de Karl Abel, em que vemos o sentido antitético nas palavras do egípcio antigo até o latim.

O que chama atenção de Freud, nesse artigo de Abel, é a revelação de que na língua egípcia encontramos “certo número de palavras com dois significados, um dos quais é precisamente a antítese do outro”⁸². Abel observou que, na língua egípcia e na primitiva em geral, havia um grande número de palavras que designavam, ao mesmo tempo, uma coisa e seu oposto, ou seja, o valor de um signo, como a palavra *força*, não podia se formar exceto

aspecto, a retórica poderia ter como base os mecanismos oníricos do inconsciente? A partir dessas questões ainda não pesquisadas, poderíamos supor que os hieróglifos egípcios têm uma origem em uma língua mais antiga, ou seja, no próprio sonho.

⁸¹ Variedade, neologismo lacaniano que pode ser encontrado no seminário 24, que tenta produzir uma nova concepção de verdade, em que a verdade não é mais única, e sim várias. O neologismo é produzido por (verité) verdade + (varité) variedade = variedade.

⁸² FREUD, 1958, p. 108

como o contrário de *fraqueza*, assim a palavra “forte” continha a lembrança simultânea de “fraco”, tal como também aparecem nos pares alto e baixo, dia e noite, claro e escuro.

Desse encontro com a lingüística de sua época, Freud vislumbra a chave para desvendar não apenas o mecanismo do sonho, em que “a conduta do sonho em relação à antítese e à contradição é altamente singular. Da contradição prescinde em absoluto, como se, para ele, não existisse o ‘não’, e reúne numa unidade as antíteses ou as representa com ela”⁸³, no que resulta que um elemento na linguagem onírica pode muito bem ser ele e seu contrário, mas, sobretudo, o paradigma para compreender uma série de fenômenos do inconsciente, tais como a ironia e o chiste.

A ironia, sendo a base do chiste, funciona ou produz seu efeito colocando em jogo o duplo sentido antitético do significante, ou seja, faz-nos ouvir o contrário do que está sendo dito. Vejamos em um exemplo:

21) – existem poetas e poetas...

O que temos é que a duplicação do significante “poetas” nos faz ouvir a potência da produção de significação opostas inerente a todo significante. O mesmo significante pronunciado quase do mesmo modo (pois no segundo significante pode haver uma entonação diferente do primeiro) mostra que o *bom* e o *mau* poeta podem ser designados exatamente pelo mesmo termo.

Tal exemplo que mostra o sentido antitético de um significante é o que hoje, na lingüística, tende a se chamar de *enantiossemia*, em que significantes apresentam conteúdos opostos e mutuamente excludentes. Nesse sentido, vemos que tanto Abel quanto Freud parecem contribuir para se pensar a questão tão delicada da ambigüidade como pertencente ao sistema da linguagem/língua.

A enantiossemia também já fora estudada sob outras nomações, tal como a *cabeça de janus* e *janus bifrontino*, ou *ad’dâd*, em que os gramáticos árabes tentaram resolver o “problema” do semelhante e do contrário. Um exemplo dado por Milner (1987) é da enantiossemia da palavra inglesa *queen*, em que temos:

22) – queen = rainha.
queen = prostituta.

⁸³ FREUD, 1958, p. 107.

Embora rainha não seja o contrário exato de prostituta, o que aparece, nesse exemplo, é a qualidade de “intocabilidade” da primeira que se opõe à condição de objeto sexual da segunda, o mesmo significante aparecendo como uma diferença radical.

Podemos facilmente encontrar, na língua cotidiana, uma tendência pelos pares antitéticos, não precisamos ir longe, na língua portuguesa podemos observar:

23)- bárbaro = admiração.
bárbaro = terrível, horror.

24) – doente = estar doente.
doente = estar apaixonado.

Nos exemplos (23), vemos que a palavra bárbaro carrega o sentido oposto a terrível em uma expressão do tipo “este livro é bárbaro”. Já no exemplo (24) parece ocorrer o mesmo. Em uma expressão do tipo “sou doente por ela”, o sentido do significante está do lado da paixão e não da doença, por mais que, se remontarmos à etiologia do termo, veremos que tanto “doença” quanto “paixão” são proveniente da expressão grega pathos (de afetado).

Freud, sem dúvida, ao trabalhar com os sentidos antitéticos das palavras, antecipa a lógica lacaniana da primazia do significante, revelando que o simbolismo do sonho funciona como *pura diferença* (aliás essa é a definição saussuriana da língua) aparecendo também na ironia e no chiste. É interessante ressaltarmos que a questão dos antitéticos não parece ser apenas um “problema” das línguas antigas, tal como descreve Abel, do egípcio antigo, do sânscrito, do árabe e do latim, mas sim que parece constituir da própria lei da linguagem, pois também é constituinte da homonímia e da polissemia da língua cotidiana.

2.4. A partir dos anos 50, a psicanálise lacaniana, sob o nome de um “retorno à Freud”, visa a restabelecer a verdade do discurso freudiano, que fora se apagando e desviando, seja pelo efeito de resistência da própria cultura, seja pelo trabalho de recalque de seus seguidores ou de suas instituições.

Esse movimento foi balizado por outras teorias e ciências, das quais a lingüística foi a mais importante, sendo a que melhor dispunha de um método estrutural.

Abordar o percurso de Lacan, no tocante aos empréstimos e aos novos usos que esse efetuou aos conceitos lingüísticos, não é simples. Basta lembrarmos dos trabalhos já existentes, dentre os quais, só para citar os mais célebres, os de Michel Arrivé (1994) e (1999) e o de Jean-Claude Milner (1987). Todavia, adotaremos a idéia de paradigma para situar o

pensamento de Lacan, não em dois momentos, o que poderia dar a idéia de progresso, mas sim de um corte, que divide em um antes e um depois, e a baliza é a noção de Real.

Em um primeiro momento, ou primeiro ensino, temos o *Discurso de Roma* (1953), discurso transformado no relatório, *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1956), que possui o valor de manifesto à centralidade da função da linguagem e da fala na psicanálise. Nesse já encontramos os principais conceitos da lingüística estrutural: significante, significado, metáfora e metonímia, fala e língua (parole e langue). A idéia central, de todo o texto, é basicamente revelar o inconsciente como intersubjetivo, não mais como um inconsciente individual. Para Lacan, a linguagem ocupa aí um papel central de mediadora, não só da experiência analítica, mas da própria estrutura do sujeito humano.

Ainda, nesse primeiro momento, temos *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957), texto essencial para a compreensão dos axiomas “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, e “um significante representa um sujeito para outro significante”, momento no qual o inconsciente parece obedecer aos processos da retórica, da metáfora e da metonímia, e o elemento mínimo da estrutura passa a ser o significante⁸⁴. A instância da letra (significante) é tão radical que produz uma revolução na ordem do saber sobre o sujeito. Portanto, a tese central é clara, “penso onde não sou” ou “sou lá onde não julgo pensar”. Nesse sentido, a razão, desde Freud, passa a ser outra que não a de Descartes.

Nesse primeiro momento, o que vemos é que a linguagem é condição do inconsciente, sendo Lacan otimista em relação à lingüística. Amigo de Jakobson, participa de estudos com Benveniste, empreende uma verdadeira leitura de Saussure, não só do CLG, mas também dos Anagramas. Dedicar-se ao chinês e lamenta ter começado um pouco tarde nisto⁸⁵.

O segundo momento do pensamento de Lacan, em relação à lingüística, pode ser visto em *O aturdido* (1973) e no seminário *XX mais, ainda* (1972-1973), nos quais a dimensão do Real não deixa de afetar a língua. É claro que esses momentos não são tão definidos, pois já existe uma mudança considerável desde 64, quando o autor aborda a pulsão, mudando a abordagem com a língua, na qual a estrutura não pode mais ser pensada de forma completa, e sim antinômica e incompleta.

⁸⁴ Para uma melhor compreensão da noção de significante em Lacan, indicamos a leitura de Arrivé (1994).

⁸⁵ Segundo Arrivé (1999, p. 75), a mensagem cifrada com a qual Lacan termina *A instância da letra no inconsciente*, T.t.y.m.u.p.t. 14-26 de maio de 1957. Pode ser lida como “Tu t’y (es) mis um peu tard” [= “você começou com isso um pouco tarde” (N.T.)].

Podemos dizer que ainda persiste a teoria minimalista do significante, de um significante besta⁸⁶, que nada significa, mas que serve de condutor do gozo, caminho para as pulsões. Porém, de outro lado, o Real como impossível afeta a língua e toda sua estrutura, sustentando-a somente como não-Toda. A partir deste momento, Lacan demonstra outra postura diante da lingüística, com isso rompe o debate com certos lingüistas, restando uma única estrutura, a topológica, sendo esta vazada, esburacada pelo Real. Substituindo o lugar do mestre lingüista (Jakobson), surge o escritor (Joyce), instituindo o equívoco como uma verdade da língua, na qual o joke (humor lógico), o lapsus, o equívoco do significante, passam a fazer corpo da *lalangue*. Para esse novo objeto de saber, Lacan designa um novo modo de proceder com a língua: “fazer lingüisteria”.

Se antes a linguagem era condição do inconsciente, nesse segundo momento, o inconsciente é a condição da lingüística. A noção de Real da língua não é compatível ao ideal de ciência que almeja o estruturalismo, pois o buraco na estrutura não permite generalizações e, por isso, a *lalangue* não se presta como definição de uma língua comum, compartilhada pela humanidade. A *lalangue* é sempre a língua singular de um sujeito.

2.5. O Lacan dos anos 70 é um psicanalista voltado para o singular, para o não-compartilhado. Dessa maneira, se anteriormente o que estava em causa era o Outro, como alteridade, como o que é comum entre os homens, passa agora, a partir da abordagem do Real, a uma passagem do Outro ao Um, ao radicalmente único.

Diferente da lingüística na qual o sujeito sempre foi um simples suporte da formalização, a psicanálise, por sua vez, é um campo da linguagem habitada pelo sujeito, trazendo, com isso, o problema de sua aceitação como ciência, visto que não existe ciência habitada pelo sujeito, tornando-a desse modo única⁸⁷.

O último Lacan, ou último ensino, é balizado pelo singular, pelo Um, pelo Real, e pela *Lalangue*. Podemos dizer que, a partir do advento Joyce, a idéia do inconsciente estruturado como uma linguagem viu-se comprometida. A idéia de estrutura e linguagem passou a ser outra, uma vez que o que melhor poderia descrever o inconsciente seria: *l'une-bévue* (um-

⁸⁶ Ao longo do Seminário XX, vemos Lacan definir o significante como “besta”, no sentido de significar qualquer coisa; nesse sentido, dissolve-se a idéia romântica do significante como um tesouro, como uma “grande verdade” a ser revelada. Ele é besta, assim, qualquer morfema, fonema ou até mesmo uma letra poderiam ser o significante mestre.

⁸⁷ A psicanálise nesse sentido não seria uma ciência da natureza e da vida, nem uma ciência social e humana. Só há ciência do universal. A psicanálise, a partir de Lacan, é uma ciência do *pas-tout* (não-Todo), que não é a negação do universal, mas a afirmação do universal que não é Todo universal, ou seja, do universal singular.

equivoco) *feito-saber de lalangue*. Mas, para essa descrição ser compreensiva, teremos que retomar alguns pontos:

No último ensino, segundo Miller (2003), Lacan busca os dados imediatos da psicanálise, ou o que poderia ser um retorno ao essencial de Freud; no entanto, também há um desenlace de Freud. O ponto central, quanto à noção de inconsciente, seria que Freud produziu uma elucubração de saber sobre o inconsciente Real, ou seja, fez teoria. Lacan, a partir de uma prática instaurada por Freud, elabora uma teoria da prática na qual há um desenlace entre o real e o saber. As conseqüências desse último Lacan podem ser inúmeras, mas aqui apenas nos deteremos ao que toca o inconsciente propriamente dito.

Lacan opera com a tradução do *Unbewusste* freudiano, não no nível do significado mas sim do significante, tentando com isso evidenciar, na prática, não apenas um novo conceito para o termo inconsciente, mas sobretudo demonstrar seus próprios mecanismos de formação de sentido. Tal tradução recai primeiramente na idéia errônea que temos de pensar o inconsciente como ausência de consciência, como uma noção negativa que necessita de meta-enunciação, para demonstrar o que não é. Como veremos, a tradução lacaniana positiva o conceito, definindo o que ele é, diferente do termo freudiano. O inconsciente, dessa forma, passou a representar o equívoco na consciência e não a não-consciência.

Não há nada mais difícil de se apreender do que este traço de Um-equivoco (*l'une-bévue*) com o qual traduzi o *Unbewusst* que, em alemão, quer dizer inconsciente. Mas traduzido por *l'une-bévue*, isso quer dizer outra coisa – um obstáculo, um tropeço, um deslizamento de palavra à palavra. É precisamente disso que se trata. Quando nos confundimos da chave para abrir uma porta que precisamente esta chave não abre... Equivocação (*bévue*) é o único sentido que nos serve para esta consciência. A consciência não tem outro suporte senão permitir uma equivocação (*bévue*). (LACAN, 1976-1977, aula 12).

Lacan, a partir do Real da língua, repete a palavra alemã *Unbewusste* várias vezes, até fazer deslizar seu significado e o significante ficar aberto para uma nova significação. Isso nos parece brincadeira, porém evidencia a fragilidade com que o significante aparentemente estaria amarrado ao significado. A expressão que surge é *l'une-bévue*, que dito em francês lembra o *Unbewusste* freudiano, com a diferença que o significado mudou. Literalmente, trata-se de Um-engano, Um-equivoco. Essa tradução do inconsciente é feita no estilo de Joyce, que, segundo Lacan introduziu a “*intradução*”, sendo essa perfeita, pois revela mais que o termo inconsciente, e nesse sentido vai direto ao ponto, pois, como vimos no capítulo anterior, o inconsciente freudiano é o lapso, o chiste, o sonho, enfim, o equívoco.

CAPÍTULO III

O REAL DA LÍNGUA COMO INTEGRAL DOS EQUÍVOCOS

O impossível é o real.
(Jacques Lacan)⁸⁸

A idéia de um impossível da língua não é tão nova como se imagina. Ela já pode ser pensada a partir de Saussure, no enigma revelado nas palavras sob as palavras, ou na escrita literária, na tensão sob a letra, que podemos ver, entre outros, em Joyce. O que parece ser novo é o fato desse impossível ser colocado lado a lado com a possibilidade da língua, ou seja, a língua a todo instante mostra sua regularidade ao preço de abolir qualquer irregularidade. A *lalangue* ou Real da língua é, nesse sentido, uma língua que trabalha com o irregular, fazendo uso do equívoco, da homofonia, da polissemia, para fazer ouvir novos sentidos. Mas o estudo da *lalangue* também aponta para questões radicais quanto à epistemologia do saber lingüístico, quanto ao fazer do lingüista. Dentre as questões mais polêmicas, podemos encontrar a idéia de que a *lalangue* é a língua própria de um sujeito, isso nos coloca no centro do que é singular, do que não se compartilha.

3.1. Na década de 70, como já vimos, o ensino da psicanálise lacaniana passou a ser efetuado com base numa interrogação sobre o Real, havendo, dessa forma, um remanejamento conceitual, tanto na psicanálise quanto nos “empréstimos” das ciências ditas “conjecturais”. Dentre tais remanejamentos, vemos o lugar da lingüística visivelmente deslocado, não mais como um modelo de ideal de ciência, indispensável para o retorno a Freud. No entanto, Lacan restabelece aí um novo debate, questionando-se quanto ao lugar da ciência caso exista a psicanálise.

Se, em 1953, *Função e Campo da Fala e da linguagem em Psicanálise* desempenhou um papel de marco para a história do movimento psicanalítico, delimitando a compreensão do universo simbólico da psique humana, *O aturdido* de 1973, escrito exatamente vinte anos após o primeiro, pode ser visto como uma continuação das implicações entre linguagem e

⁸⁸ *Radiofonia* (1970), p. 431.

inconsciente, porém não mais abordado no plano simbólico e sim no registro do Real. Nesse texto, acompanhado do seminário XX mais ainda...(1972-1973), vemos a noção de Real ser definida como a categoria do *impossível*, contrapondo-se à lógica das categorias aristotélicas do *necessário*, do *contingente* e do *possível*. Portanto, a noção de falta que estabelece um furo, um buraco no universo simbólico que irremediavelmente não pode ser suturado, pode ser, então, elucubrada, teorizada, enquanto *impossível*. É a partir desse registro que a lingüística, com as suas noções de língua e linguagem, passou a sofrer torções em suas definições. Assim, a “uma linguagem” de que fala o psicanalista, nesse momento, só pode ser definida como uma linguagem que comporte o Real, mais precisamente o Real da língua.

Foi precisamente, em 4 de novembro de 1971⁸⁹, que Lacan apresentou, para seus ouvintes a noção de *lalangue*⁹⁰, o que viria a ser, para alguns, um novo conceito psicanalítico, para outros, um novo objeto de saber (estamos pensando em Milner, Foucault, Derrida e Pêcheux); porém para o psicanalista, apenas um novo modo de abordagem da língua.

A aparição do conceito não poderia ser mais genial, nascendo a partir de um semblante de equívoco. Lacan, com a intenção de dizer “vocabulário de filosofia” (de Lalande), comete um lapso, ou seja, o substitui por “vocabulário de psicanálise”. A partir disso, tudo se dispõe, fazendo-nos prestar atenção na “acústica”, “não é um d, é um g”. “Lalande” assim transformase em “lalangue”. Portanto, vemos que a expressão *lalangue* possui um vínculo com a idéia de vocabulário, entretanto, modifica o saber, de filosófico, para um saber do inconsciente na língua.

Segundo Arrivé (1999), a noção de *lalangue*, definida como a “integral dos equívocos”, é também simultaneamente o modelo da estrutura do inconsciente. Um conceito que aparece para resolver um problema em psicanálise, o da “uma linguagem” com o qual o inconsciente é estruturado.

Há uma passagem, em *O aturdido* (1973), que parece resolver este problema, e que, de acordo com Arrivé, é uma das formas mais perfeitas em que o aforismo fora trabalhado:

O inconsciente, por ser ‘estruturado *como uma* linguagem’, isto é, como a *lalangue* que ele habita, está sujeito à equívocidade pela qual cada uma delas se distingue.

⁸⁹ Conferência em Sainte Anne, intitulada *O Saber do psicanalista*, o que viria a ser a primeira aula do Seminário 19 Ou pire [71/72]. Seminário este ainda inédito no Brasil, contudo existem traduções (piratas) e um resumo nos *Outros Escritos* (2003).

⁹⁰ Usaremos essa noção em francês, salvo em citações. Pois como salienta Haroldo de Campos (1989), na tradução alíngua, diferente do francês (La), o equivalente (a) em português, pode confundir-se com o prefixo de negação, como em afasia, apatia, etc. Arrivé (1999), em uma nota, também acrescenta que *lalangue* está intimamente ligada a *lallation* (lalação).

Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. (LACAN, 1973, p. 492).

Vemos que o *como* e *uma*, destacados em itálico, marcam respectivamente, “de que forma” e “através do que” o inconsciente se estrutura. No caso do “como”, trata-se apenas de oposição a “por”, uma vez que não há linguagem que o estructure, apesar desta ser sua condição, ele (inconsciente) não é uma linguagem. Já o *uma* é usado como um artigo indefinido, ou seja, é “uma” entre “várias”. Nesse sentido, trata-se daquela que é não-Toda, afetada pelo Real, da qual a *lalangue* faz semblante:

Recorrer ao *nãotodo*, ao *ahomenosum* [*hommoinsun*], isto é, aos impasses da lógica, é, ao mostrar a saída das ficções da Mundanidade, produzir uma outra *fixão* [*fixion*] do real, ou seja, do impossível que o fixa pela estrutura da linguagem. É também traçar o caminho pelo qual se encontra, em cada discurso, o real com que ele se enrosca, e despachar os mitos de que ele ordinariamente se supre. (LACAN, 1973, p. 480).

Notamos, nessa citação trabalhada pelo equívoco, o quanto o Real se afasta da noção de realidade, pois essa última não é nada mais do que “ficções da Mundanidade”. Assim, temos, que a linguagem, aparece como uma ficção que desconhece a fixão (ficção + fixação) do Real. O advento da *lalangue* parece ser justamente a tentativa de trabalhar a língua enquanto língua ordinária, língua que se fala, e não a língua asséptica, do ideal gramatical.

Na citação supracitada quando Lacan diz que “uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela”, entendemos que somente ascende-se a uma língua através de seu equívoco, ou seja, passamos a estar fora da lingüística, para estarmos no que é singular da língua. Lacan demonstrou isso em vários momentos, repetindo dizeres do tipo: “falo com minha *lalangue*, que é a francesa”, dizendo-nos que, quando falamos, a língua de que falamos é sempre “uma”, que pertence ao fala-ser. Sabemos que há pontos de coincidência com outras línguas, bem como há particularidades, nas quais não se encontra coincidência, sendo justamente essas não-coincidências que a ciência ignora, e o fala-ser nada quer saber.

A bateria significante de *lalíngua* fornece apenas a cifra do sentido. Cada palavra assume nela, conforme o contexto, uma gama enorme e disparatada de sentidos, sentidos cuja heteróclise se atesta com freqüência no dicionário.

Isso não é menos verdadeiro quanto a membros inteiros de frases organizadas. Como esta frase: *les non-dupes errent*⁹¹, da qual me muno este ano. (LACAN, 1973, p. 515).

Em alguns momentos, Lacan compara a *lalangue* ao efeito de cristal da língua (referência a Mallarmé), como um cristal homofônico. De fato, o que vemos é que a homonímia em geral parece ser o movimento do Real que coloca em relação a língua com a *lalangue*, *forma* e *som* em um constante deslizamento. Todavia a *lalangue* parece ir além:

É aí que alíngua, a alíngua em francês, deve me dar ajuda – não, como acontece algumas vezes, me oferecendo um homônimo, do *d'eux* (deles) com o *deux* (dois), do *peut* (pode) com o *peu* (pouco), vejam este *il peut peu* (ele pode pouco) que está mesmo aí é para nos servir para alguma coisa – mas simplesmente me permitindo dizer que a gente *âme* (que a gente alma). Eu *almo*, tu *almas*, ele *alma*. Aí vocês vêem que só nos podemos servir da escrita, mesmo para incluir o *jamais j'âmais* (o *jamais já almais*). (LACAN, 1972-73, p. 113).

Temos que a *lalangue* é uma homonímia generalizada, uma polissemia universal, na qual o equívoco é integral e generalizado por toda língua. A partir dessa hipótese, percebemos que há algumas conseqüências para o estatuto do saber lingüístico em uma ciência, pois, “tudo o que parece, por um semblante de comunicação, é sempre sonho, lapso ou *joke*”⁹². Nesse sentido, para a *lalangue* a comunicação não existe, ela é mais uma deriva imaginária proveniente da ficção da linguagem.

3.2. Jean-Claude Milner, em *O Amor da Língua* (1978[1987]), eleva a noção de *lalangue* a um verdadeiro paradigma para a lingüística contemporânea⁹³, levantando questões inéditas e complexas a respeito da linguagem, da ciência e do Real. O que é a língua se a *lalangue* existe? O que é a lingüística se o inconsciente existe? O que é um lingüista se existe o equívoco?

O Amor da Língua é uma obra que, por mais paradoxal que pareça, é destinada a lingüistas, porém com uma peculiaridade, a de carregar em si a marca de um impossível de dizer tudo, de ficar calado diante da desconstrução que ela provoca. É também um livro

⁹¹ Conforme nota de rodapé em *Televisão* (1973, p. 515), “os não-tolos (não-tapados) erram (são errantes), homófonos em francês, de “os nomes do pai”. *les non-dupes errent*, é o título do seminário 21 [1973/74], belíssimo título trabalhado pelo equívoco, resultando em uma significação subversiva, na qual o erro (equívoco) passa a ser uma qualidade, isto é, para os que não são tapados.

⁹² LACAN, 1973, p. 492.

⁹³ Vemos que a obra *O Amor da Língua* tornou-se um livro de referência para uma série de pensadores franceses, basta lembrarmos as mudanças na AD de Pêcheux, denominada AD-3, e o trabalho sobre a heterogeneidade de Jacqueline Authier-Revuz; ambas só parecem encontrar efetividade a partir do trabalho de Milner.

infinito como o de Borges, levando a vários caminhos a serem percorridos, dependendo do ponto de vista (ou do lugar de escuta) do leitor. Enfim, diria que a obra implica o singular e que a cada recorte que dela fazemos, não a abarcamos em seu todo, justamente por tratar da lógica do não-Todo.

Tentarei, a partir de *O Amor da Língua*, percorrer o que acredito serem algumas teses milnerianas, para tentar compreender o que se passa no equívoco.

Logo de início, temos, no *Antedizer* dito de forma clara, que é possível trabalhar com a língua, pelo que há de idêntico e repetível, mas vemos que é sempre possível também:

sem afastar-se da experiência imediata – fazer valer em toda locução uma dimensão do não-idêntico: é o equívoco e tudo o que o promove, homofonia, homossemias, homografia, tudo o que suporta o duplo sentido e dizer em meias-palavras, incessante tecido de nossas conversações. (MILNER, ([1978]- 1987), p. 13).

Nesse sentido, toda locução (enunciação), quando trabalhada pelo equívoco, é ela mesma e outra. É sempre *langue* e *lalangue*. Segundo o autor, existem procedimentos determinados para se perseguir o equívoco: “se é pelo som que ele se constitui, recorrer ao sentido; se é pela escrita, etc, em uma palavra, apoiar-se nisto: **existem estratos**”⁹⁴.

Tais estratos são denominados como *dados do impossível*, ou seja, segmentos de língua afetado pelo real, como é o caso dos pronomes pessoais, dos performativos, insultos e exclamações. Notamos que, no inventário (não completo) citado por Milner, os dados são de ordem enunciativa, portanto, poderíamos ainda incluir, a citação (Bakhtin), o provérbio, etc.

A língua, para se garantir (enquanto objeto de ciência), deve, em qualquer ponto que a considere, oferecer uma mesma fisionomia, ou uma identidade passível de repetir-se. Mas, como nos diz Milner, essas características são o que os dados mais simples não confirmam, pois sempre, em uma série de lugares homogêneos, levanta-se alguma singularidade heterogênea⁹⁵.

É neste ponto que o autor encontra a *lalangue* para servir de semblante do lugar dos equívocos. Daí a primeira tese, ainda lacaniana, mas estendida por Milner (1987, p. 15): *A lalangue é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco*. Sabemos como chegar aí: desestratificando, confundindo sistematicamente **som** e **sentido**, **menção** e **uso**, **escrita** e **representado**, impedindo que um estrato possa servir de apoio a outro. Esse também é o procedimento que diferencia uma língua das demais, sendo que o que se busca são as suas

⁹⁴ MILNER, 1987, p. 13.

⁹⁵ Esta parece ser a tese inspiradora para a teoria da heterogeneidade de Authier-Revuz (1982/1984).

unidades, visto que esse sempre foi o método tradicional de comparação, no qual todas as línguas são tratadas como iguais, comparando as unidades, imagina-se que é possível transportar a semântica de uma língua à outra. No caso da *lalangue*, o que diferencia uma língua das demais é sua “integral dos equívocos”, ou seja, o equívoco é o próprio de cada língua, e mais, é o singular dentro de cada língua, pois só há equívoco onde há um ser falante (fala-ser).

Assim, uma língua se torna coleção de lugares, todos singulares e heterogêneos. De qualquer lado que a considere, ela é sempre outra para si mesma, incessantemente heterotópica.

A segunda tese, agora milneriana, é de que a língua suporta a *lalangue* enquanto não-Toda, que pode ser enunciada assim: “A língua suporta o Real da alíngua”⁹⁶.

Tal tese pode ser entendida de duas formas: a língua suporta o Real da *lalangue*, mas que nem por isso é dito. O Real irrompe, na homonímia, no lapso, no duplo sentido, etc. Também podemos entendê-la assim: a língua suporta o Real, no sentido de não ceder a esse, ou seja, ali, onde há o Real, a língua faz teoria, tenta circunscrevê-lo, torná-lo possível, tentando dizê-lo. Teorizar o Real é tentar desconhecê-lo, como nos diz Milner, é traduzir a língua em termos de realidade (deriva imaginária), colocá-la na rede do útil, a título de instrumento (de comunicação, de práticas sociais, interpretações hermenêuticas, etc). Em poucas palavras, teorizar o Real da língua é colocá-lo no campo do representável, da fisionomia e da imanência.

Outra tese milneriana pode ser encontrada no capítulo intitulado *Desvios pelas chicanas do todo*: “aquilo que para o ser falante é lugar do impossível, é também lugar de uma proibição”⁹⁷. Podemos interpretá-la como uma incompatibilidade entre a gramática e o equívoco, já que o saber da primeira (que ignora o sujeito da enunciação, do inconsciente) não faz menção aos dados do impossível (homonímia, etc.), pelo contrário, ignora-os, colocando o equívoco como o elemento tabu, como o lugar de interdição, ou seja, na ordem do erro. No entanto, é neste mesmo lugar de interdição que vemos o equívoco estruturar o gramatical, tornando necessário um nome para o Real do equívoco, nem que este seja de “erro gramatical”. Assim, fica garantido o correto, o ideal gramatical que busca o universal. Portanto, é impossível, para a gramática, a noção de singular, de sujeito, de equívoco, todos

⁹⁶ MILNER, 1987, p. 19.

⁹⁷ Ibid., p. 44.

são da ordem do erro, são proibidos de serem enunciados e quando aparecem, são solapados pelo gozo de saber.

O impossível na língua, que o institui enquanto real, escreve-se na cifra da proibição. Instaura-se aí um enigma, pois quem negará que a locução interdita seja também língua?⁹⁸. Assim temos que, por mais que o proibido se coloque para o falasser, esse tende a ser dito mesmo contra a vontade do enunciador, todavia em favor de seu desejo. Lacan chamou isso de *lalangue*, em uma só palavra, para marcar aí o singular do dizer, como uma língua singular de cada sujeito em seu idioma. Tudo não se pode dizer, faltam as palavras. Portanto, o campo da *lalangue* não é um conjunto fechado, não é o Todo, nem o Um-Todo, e sim o conjunto do impossível, ou, como já definimos, o campo da Heteridade.

3.3. Arrivé (1999) nos diz que Lacan não se contenta com a introdução teórica da *lalangue*:

Ele a pratica, ou pratica seu semblante. Se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, alíngua, definida como integral dos equívocos; se, além disso, não há metalinguagem, o único meio de produzir um discurso apto a dizer o inconsciente será dobrar-se a todas as homofonias da alíngua. É o que ele faz, e tanto mais intensamente – quase digo obstinadamente (ARRIVÉ, 1999, p. 159).

Vejamos alguns casos de *lalangue* pronunciadas pelo próprio Lacan.

25)- sun, S1 e essaím (enxame).

Trata-se, segundo Arrivé (1999, p.106), de mostrar, por meio da homofonia, a proliferação do significante S1, que zumba como um enxame.

26)- O dit (dito)

Temos: E'tourdit (aturdido/aturdido), inter-dit,

dit-mension (dimensão do dito)

dit-mansion (morada do dito)

27)- Père

Père-version (versão do pai)

Pèrversion (perversão)

28)- Unbewusste – inconsciente

Une-bévue – Um-engano, Um-equívoco.

29)- Jouis –sens, homófono a jouissance (gozo)

⁹⁸ MILNER, 1987, p. 50.

Temos: “(eu) gozo sentido” ou “ouço sentido” (*j’oui sens*)

30)- LOM (em português corresponde a UOM)

Temos: LOM , homofonia de l’homme.

UOM Kitemum (O homem que tem Um).

31)- Helessecrêbello, (ele se crê belo)⁹⁹.

Percebemos que Lacan trabalhava a língua com a *lalangue*, para fazer ouvir o inconsciente, uma formação de palavras estranhas à semântica, mas da qual obtém-se o sentido desejado. No caso do LOM (UOM), vemos uma clara tentativa de capturar o sintagma “homem” através da letra e, para Lacan, literalmente o LOM é uma nova palavra que serve para designar o homem contemplando seu sentido original proveniente do *humus*. Esse conceito, assim como uma série de novos neologismos, aparecem a partir de 75, ano que Lacan efetua um retorno à leitura de Joyce.

Será que podemos comparar a língua com que Joyce escreveu *Finnegans Wake* com a *lalangue*? Tudo indica que sim, e mais, Joyce nos ensina sobre a *lalangue*, não do ponto de vista do psicanalista, mas do escritor. Joyce não era louco, porque escreveu o que escreveu¹⁰⁰, de certa forma, ele sabia o que estava fazendo, qualquer biografia atesta sua paixão pelas línguas, sua obsessão pela língua perfeita (inspirado por Dante). Além disso, ele possuía uma técnica para produzir novos sentidos na língua. Seria interessante pensarmos se sua técnica não se aproxima a de Lacan com a *lalangue*, ou se é possível, a partir de Joyce, pensarmos em uma técnica da *lalangue*.

Sabemos que, desde as *epifanias*, tal como aborda Millot (1993), a relação de Joyce com a linguagem já era diferente, tratando-se de textos escritos em pedaços de papel como retalhos da língua fora do contexto, fragmentos de conversações pegos no ar, pedaços de discursos extraídos da língua. As epifanias funcionam como “extratos da língua”, não na sua obviedade, pois, retirando-se o contexto, o tempo que marca o início de um diálogo e seu fim, retira-se muito do que é próprio da língua, restando apenas a letra enquanto tal.

Ellmann (1989), ao nos falar do livro noturno de Joyce (*Finnegans Wake*), revela, que para o escritor, a noite requeria e justificava uma linguagem especial. “Estou no fundo do

⁹⁹ Esses são alguns exemplos que proliferam no último ensino de Lacan, que podem ser encontrados, junto a inúmeros outros, no inventário de notas dos *Outros Escritos* (2003, p. 602).

¹⁰⁰ Não pretendo discutir as considerações lacanianas a propósito da loucura ou não de Joyce, que podem ser lidas no seminário 23, *Le Sinthome* [1975/76]. Dele apenas tiro a consequência que me basta, que Joyce não era louco.

inglês”, diz Joyce a um amigo, e a outro: “botei a linguagem para dormir”. Vemos ainda, o conhecimento do escritor acerca do inconsciente, que aparece, nesse trecho de uma carta:

Escrevendo sobre a noite eu realmente não pude, senti que não podia, usar palavras em suas ligações habituais. Usadas dessa maneira elas não expressam como são as coisas à noite, nos diferentes estágios – conscientes, depois semiconscientes, depois inconscientes. Achei que isso não pode ser feito com palavras em suas relações e conexões comuns. Quando a manhã chegar naturalmente tudo ficará claro outra vez. (...) Eu lhes devolverei sua língua inglesa. Não a estou destruindo em definitivo (Joyce apud ELLMANN, 1989 p. 673).

Mas a técnica de Joyce já aparece, sobretudo, em *Ulisses*, na fala de Stephen, porta voz de Joyce, no qual esse enuncia como tratava as palavras; “ele as repetia para si tanto e tanto que no fim elas perdiam para ele a significação imediata e se transformavam em falas admiráveis”¹⁰¹. Essa era a técnica do escritor, repetir as palavras até o sentido se desprender (parece ser a mesma usada por Lacan na tradução do *Unbewusste*), ouvindo toda palavra como se fosse pela primeira vez: “Temos que eliminar as evidências”, diz Stephen-Joyce, com isso querendo dizer, eliminar o sentido aparente, congelado da significação. Lacan conclui, com base em Joyce, que o Real é a expulsão ou a aversão do sentido: “Stephen, ao andar pelas ruas de Dublin, repetia frases anódinas até evacuar as palavras de seu sentido banal e vazio. Em tudo buscava atingir o coração, sede da significação”¹⁰².

Millot (1993) ainda enfatiza que o empreendimento de Joyce culmina na tentativa de construção de uma palavra que dissesse tudo: as cem letras de *Finnegans Wake*, palavra de uma linguagem perfeita e plenitude enigmática de sentido. A técnica de Joyce resulta na obra *Finnegans Wake* (Finnicius Revém (1999), tradução de Donaldo Schüler), um dos livros mais estranhos já escritos, impossível de ler, como disse Borges. Impossível talvez para quem quiser lê-lo, porém não impossível de escutá-lo. Ele soa como música, como neste trecho do capítulo 4 do último volume:

32)- “Dou-me, um rei, dó mi, la dá, dó, la la, si fa la. Dó bro dó, té que o bosque clode em canto em um só som. Não o a dó ras assim? Dou-me a mim só o dó me dou! Não pen sol tal vez no ré sol tado forte bate ou piano age mas não mi a ré baterás a clave. Mi dá sol noro bemol tão si. Tá lá! Belolemente, misticamente”¹⁰³.

¹⁰¹ Joyce apud SOARES.

¹⁰² MILLOT, 1993, p. 146.

¹⁰³ JOYCE, 2003, p. 119.

Assim como em Joyce, podemos encontrar, em Guimarães Rosa, uma aproximação do trabalho do escritor com a letra, com uma “terceira margem da língua”. M.D. Magno, em *Rosa Rosae (77/78)*, concede-nos uma belíssima análise da literatura (literaterra, literapura) de Rosa. Em uma entrevista¹⁰⁴, o escritor revela seu trabalho com a língua, sua paixão pela linguagem e seu método que faz nascer novos sentidos, em que o tempo desgasta a palavra.

Eu escrevo na língua portuguesa, como nós a utilizamos no Brasil, mas, no fundo eu traduzo, enquanto escrevo, de muitas línguas [...] **Assim acontece que eu posso escrever meus livros numa língua própria** [...] Disso deduz-se por sua vez que **eu não tenho de submeter-se à tirania da gramática e dos dicionários** dos outros [...] Eu considero língua como metáfora de sinceridade [...] Não entendo por que se faz tanto barulho com o chamado idioma de Guimarães Rosa. Porque é uma coisa completamente simples [...] Temos de partir do princípio de que o nosso Português brasileiro é mais rico [...] do que o Português que se fala na Europa. Nossa língua tem, além disso, a vantagem de que ela não é ainda totalmente desenvolvida, que não é ainda estática [...] **Há meu método que eu utilizo cada palavra como se ela acabasse de nascer** [...] **É assim pois que nasce minha língua**. E quero frisar que ela foi fundida de elementos que não são minha propriedade privada mas estão à disposição de todos os outros da mesma maneira [...] Meu lema é : **língua e vida são uma coisa só** [...] A língua é a única porta para a eternidade [...] **Minha língua e eu somos um casal de amantes [...] ao qual se recusou até hoje a bênção eclesiástica e científica**. Mas como sertanejo, não ligo para a falta de tais formalidades. Minha amante para mim é mais importante [...] O bem-estar do homem depende da invenção do soro contra a varíola e mordida de cobra, **mas depende também de que ele dê volta à palavra seu sentido original** [...] **Minha língua é a arma com a qual eu defendo a dignidade do homem** [...] Só se pode renovar o mundo renovando-se a língua [...] E o conteúdo mais perigoso torna-se uma função humana quando é exprimido em língua poética, isto é, em língua humana, uma língua criada pelo próprio autor, porque o material lingüístico existente basta ainda para prospectos de publicidade e declaração políticas, mas não basta para a poesia. (Rosa apud MAGNO, 1985, p. 215). (as marcas em negrito são por nossa conta).

Neste trecho da entrevista, notamos uma profundidade exorbitante, condensada numa série de problemas, próximos daqueles já colocados por Lacan, Joyce e Milner. Não podemos deixar de destacar pelo menos duas questões levantadas por Guimarães Rosa: *i*) a de que escreve seus livros com uma *língua própria*, a qual é habitada por um sujeito, não se submetendo à tirania da gramática e do dicionário; *ii*) Sobre seu método, em que podemos novamente ver aí uma técnica, na qual trata toda palavra como se ela acabasse de nascer. O que é isso se não o encontro da língua com a *lalangue*, jogando o som com o sentido, a letra com o representado.

Um belo exemplo de Rosa é o termo Hipotrético, que compõe o texto de mesmo nome em *tutaméia* (terceiras estórias), discutindo o direito que o escritor tem em criar palavras:

¹⁰⁴ Entrevista de Guimarães Rosa concedida a Günter Lorens, em Gênova, Janeiro de 1965.

“Somos todos, neste ponto um tanto ou cento hipotrérico”¹⁰⁵: “Hipotrérico não existe, dizia o ‘indesejável maçante’, e o bom português, no tom já feliz de descoberta disse – o senhor também é hipotrérico... E ficou havendo”¹⁰⁶. O maçante está, de certo modo, correto, hipotrérico não existe, e sim ex-siste, é um novo significante, que faz de Guimarães Rosa um IRREPLEGÍVEL¹⁰⁷.

3.4. Retornemos mais uma vez ao *Amor da Língua* (1987), mais precisamente ao capítulo seis *Uma lingüística desejanse*, no qual Milner tenta demarcar alguns pontos de ancoragem da lingüística de Saussure com o Real da língua.

De onde vem a existência do discernível? Essa é a pergunta que nos leva a uma questão fundamental: de onde temos a idéia de que há a repetição? Questão que deixa a identidade do signo em jogo.

No livro *As palavras sobre as palavras* ([1971]-1985)¹⁰⁸ Saussure nos diz:

[...] a runa Y é um ‘símbolo’. Sua IDENTIDADE [...] consiste nisto: que ela tem a forma Y; ela se lê Z; ela é a oitava letra do alfabeto; ela é misticamente chamada zann, algumas vezes ela é citada como a primeira da palavra.
No fim de algum tempo:...ela é a décima do alfabeto...mas aqui ela já começa a supor uma unidade que ... Onde está agora a identidade? (SAUSSURE, 1985, p. 4).

A identidade está na forma que só é garantida na exclusão de todo em Si, de toda substância (*subiectum, hipokeimenon*). A tese milneriana é de que os anagramas cumprem a função no pensamento de Saussure de um retorno do forcluído; ou seja, o anagrama nega o signo, porque ele admite um em Si, identidade própria (nome), o qual não entra na rede de oposições.

Saussure ao trabalhar os anagramas nos versos Saturninos (bem como, na poesia Védica, Homero, Ovídio, Sêneca, Horácio, Lucrécio e Virgílio), constata dois fenômenos particulares dessa combinação da linguagem: a aliteração e o hipograma (palavra-tema). A aliteração é a repetição tanto das vogais quanto das consoantes, seguindo uma regra de composição tão precisa que anula a possibilidade de coincidência ou sorte. Em uma carta de 1906, Saussure, anuncia sua descoberta: “...é a aliteração que cheguei a obter a chave do

¹⁰⁵ ROSA, 1988, p. 112.

¹⁰⁶ Ibid, p. 114.

¹⁰⁷ Epigrafe do texto Hipotrérico, “Hei que ele é. Do IRREPLEGÍVEL”, o sentido desse termo está em “Glosação em apostilas ao hipotrérico” (Rosa, 1988, p. 115).

¹⁰⁸ Os Anagramas foram reunidos por Jean Starobinski (1971) em *As Palavras sobre as Palavras*: os anagramas de Ferdinand de Saussure (1985).

Saturnino, mais complicada do que parecia”¹⁰⁹. O hipograma (palavras sob as palavras) é uma palavra significativa que se repete anagramaticamente, em todos os versos e, que nomeia, ou, em alguns casos antecipa o sentido do texto. A questão que se coloca é que os fonemas anagramáticos são “escolhidos” a partir de um nome, o que passa a dar sentido narrativo ao verso. Nesse sentido, os nomes não são aleatórios, e o que suporta sua causa, segundo Milner, é um Saber. Diante esse saber, irrefutável aos olhos de Saussure, só restou o abandono da pesquisa, pois nem filologia nem teoria do signo o explicam:

Uma vez definidos, os anagramas aparecem, indubitáveis, em todo lugar: fora do verso saturnino, em todos os tipos de versos latinos, em qualquer data, e mesmo em versos modernos, cujo autor, consultado, negligenciou a resposta. A partir daí, Saussure estava diante de um real incontornável, mas a filologia nada podia fazer com ele: não havia mais princípios não necessários, mas uma propriedade sempre localizável no texto – não mais o saber obliterado de especialistas desaparecidos, mas o saber inconsciente da própria língua. (MILNER, 1987, p. 55).

A dúvida de Saussure consistia em saber: quem escreve esse texto dentro do texto? Os autores desses textos tinham consciência deste fenômeno, ou será obra do acaso? Será que, além de um texto dentro do texto existiria também um autor dentro do autor? Esse é o saber do qual Saussure não obteve resposta. Starobinski provavelmente concordaria com Milner, que Saussure teria colocado o problema do anagrama restrito nas alternativas: “efeito do acaso” e “procedimento consciente”. Será que não poderíamos dispensar tanto o acaso quanto a consciência.

Entretanto, como nos indica Milner, o importante está no fato de que o anagrama nega o signo lingüístico, tornando-se o retorno do forcluído.

São 4 pontos escolhidos por Milner para defender a tese acima, irei apenas enumerá-las: 1º) O anagrama não é diferencial, possui uma identidade que lhe é própria, um em Si; 2º) O anagrama não é contingente nem arbitrário, ou seja, impõe uma necessidade aos fonemas; 3º) O anagrama funciona como um sentido e não como um significado, rompe com o dualismo, funciona como coisa do mundo e não como elemento da língua; e 4º) O anagrama supõe o terceiro excluído, é enquanto diferença dos elementos explícitos do texto que o nome agramatizado é o princípio organizador do texto. Tais “propriedades” do anagrama atestam que ele não é um *signo* e sim um *nome*, que não tem nada de ilusório. “Muito pelo contrário,

¹⁰⁹ STAROBINSKI, 1985, p. 7.

eles tocam em um real: o da homofonia”¹¹⁰, tal como já descrevemos no capítulo 1, no item 1.3.

Antes de concluirmos este ponto de nossa pesquisa, que visa a articular o anagrama com o Real da língua, vejamos alguns exemplos comumente citados:

33)- *Iracema*, anagrama de *América*.

34)- *Roma*, anagrama de *amor*.

35)- *Clint Eastwood*, anagrama de *Old West action* (ação do velho Oeste).

Poderíamos ainda mencionar exemplos de palíndromos. Espécies de anagramas que podem ser lidos de trás para frente:

36)- Socorram-me, subi no ônibus em Marrocos.

37)- Seco de Raiva, coloco no colo caviar e doces.

O mais interessante dos palíndromos foi criado há 200 anos a.C pelo escravo romano Loreius. É uma espécie de quadrado mágico, que pode ser lido na horizontal, na vertical, de baixo para cima e girando os olhos ao redor do quadrado.

38)-

S	A	T	O	R
A	R	E	P	O
T	E	N	E	T
O	P	E	R	A
R	O	T	A	S

A frase, “Sator arepo tenet opera rotas”, possui dois sentidos: “O lavrador mantém cuidadosamente a charrua nos sulcos” e/ou “o lavrador sustém cuidadosamente o mundo em suas órbitas”.

Para concluir gostaríamos de ressaltar que Saussure já previa o problema dos anagramas em termos de um saber subjetivo, “o ponto onde a língua faz nó com a lalange”¹¹¹, em outras palavras, Saussure realmente questionou-se quanto à “autoria” do anagrama, se o mesmo era fruto de uma técnica, ou obra de uma poesia exotérica/esotérica. É nesse sentido que Lacan afirmou que Saussure aguardava o discurso psicanalítico para que a questão do saber fosse colocada de outra forma:

Um sonho, isso não introduz a nenhuma experiência insondável, a nenhuma mística, isso se lê do que dele se diz, e que se poderá ir mais longe ao tomar seus

¹¹⁰ MILNER, 1987, p. 56.

¹¹¹ Ibid., p. 59.

equivocos no sentido mais anagramático do termo. É nesse ponto da linguagem que um Saussure se coloca a questão de saber se nos versos saturninos, onde ele encontrava as mais estranhas pontuações da escrita, isto era intencional ou não. É aí que Saussure espera por Freud. E é aí que se renova a questão do saber (LACAN, 72/73, p. 129).

3.5. Até agora, o que temos é que se chega à *lalangue* por via negativa, através do não-*Todo* da língua. Porém ela aparece como uma espécie de “núcleo” Real da língua, que diferencia uma língua das demais, e está presente em toda língua, ao menos nas que são faladas por alguém. Como então pensar a língua e a linguagem a partir da *lalangue*?

Começemos com duas citações contundentes do Seminário 20 - mais, ainda (1972-73): “A linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua. É uma elucubração de saber sobre alíngua. Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com a alíngua. E o que sabe fazer com a alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem”¹¹². E: “Só que, uma coisa é clara, a linguagem é apenas aquilo que o discurso científico elabora para dar conta do que chamo alíngua”¹¹³.

Essas citações devem ser acompanhadas do que Miller (2003) chama de operadores do último ensino de Lacan, dentre outros, aquele que separa o Saber do Real, ou seja, *elucubração de saber* de um lado e *Real fora do sentido* de outro. Portanto, o que se especulou, com o nome de linguagem, não é mais que uma elucubração sobre o Real da língua. Lacan, desde muito cedo (o que se agrava no último ensino), desconfia do discurso científico, porque a ciência, para manter sua eficiência (como causa), exclui de seu campo o sujeito ou, quando tenta incluí-lo, o faz através de um semblante, como é o caso do corpo (organismo), de um ser/alma pensante (de Aristóteles a Descartes), ou de um elemento genético (DNA, a redução máxima de um sujeito a uma pura álgebra). Não estamos negando a existência e a eficiência desses semblantes, só estamos dizendo que isso não é o sujeito. O sujeito parece sempre escapar a toda definição que não se pretenda falha. Enfim, poderíamos dizer que só há ciência onde não existe sujeito, ou que, o sujeito escapa a toda tentativa de universalização da ciência.

Da mesma forma que o inconsciente freudiano é uma elucubração de saber sobre o inconsciente Real, a linguagem pode ser pensada como uma elucubração de saber sobre a *lalangue*. Quem não desconfia que de tudo que dizemos sobre a linguagem, não há aí somente

¹¹² LACAN, 1972-1973, p. 190.

¹¹³ Ibid., p. 188.

o hipotético, servindo-nos principalmente como um espelho¹¹⁴, que mantém nossa bela imagem de um Todo.

Será que podemos pensar em outro fundamento para a linguagem, que não a do espelho, do semelhante? Milner acredita que sim, e Lacan, antes dele: “Alíngua serve para coisa inteiramente diferente da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a ocupação de cada um de nós, alíngua dita materna, e não por nada dita assim”¹¹⁵. Entendo essas palavras, da seguinte forma: a linguagem marca a deriva imaginária do Todo, ela necessita ser universal, já a *lalangue* que não serve para comunicar, é a língua de cada um de nós, ou seja, dos não-todos (não-tolos), toda-meia, tutaméia.

Alíngua nos afeta primeiro em tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar.

É nisto que o inconsciente, no que eu o suporto como uma cifra, só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação as que a sustenta, isto é alíngua. Alíngua é o que me permitiu, há pouco, fazer de meu S2 uma questão, e perguntar; será mesmo *dos*, deles, *dois*, que se trata na linguagem? (LACAN, 72/73, p. 190).

Lacan é surpreendente em seu jogo homofônico (*deux/d'eux*), colocando-nos a interrogação: Será *dos*, deles, *dois*, que se trata na linguagem? A resposta pode ser dupla: um sim, na medida que a linguagem é trabalhada pela homofonia, e um não, no sentido que deles dois implica comunicação.

Nos resta ainda pensar sobre a língua. Sabemos que essa não é de uma consistência imaginária, e sim uma teoria que sofreu restrições do discurso da ciência. A língua é uma teoria necessária, até mesmo para sustentar o mínimo do contrato (comunicação) entre os falantes, e mais, a língua é o que permite que haja *lalangue*, pois toda possibilidade de haver um equívoco sempre possível sustenta-se enquanto falta (Real) de uma estrutura que pretende ser plena, total.

Enfim, caberiam ainda as inquietantes interrogações de Milner, modificadas por nós: O que é uma ciência da linguagem se o Real da língua for considerado? Caso o lingüista se depare com o equívoco (*lalangue*), pode continuar sendo um lingüista, visto que seu desejo está na causa da ciência que ele pratica?

¹¹⁴ MILNER, 1987, p. 16.

¹¹⁵ LACAN, 1972-1973, p. 88.

CAPÍTULO 4

UMA TOPOLOGIA DO EQUÍVOCO

É a estrutura mesma da língua que aqui se encontra, posta sobre sua função, e os objetos topológicos fornecem os meios de formalizá-la.

(Jeanne Granon-Lafont)

Ao trabalharmos com o equívoco na língua, encontramos uma série de dificuldades, dentre elas, uma em especial é tão evidente que, na maioria das vezes, esquecemos que essa dificuldade existe. Trata-se da imagem da língua, da imagem que supomos melhor descrever o que é a língua. A geometria clássica, no âmbito das ciências, foi responsável, de certa forma, por fabricar imagens idealizadas, belas aos olhos de quem a vê. Todavia, com o avanço de um ramo da matemática, a topologia passou a revelar figuras menos idealizadas, mas não menos concretas, de superfícies que demonstram a existência de outros espaços onde um objeto pode ser descrito. Assim, o que tentaremos é demonstrar, utilizando-se de alguns elementos da topologia, que a língua, por sustentar-se em uma geometria, acaba por se conduzir de acordo com tal imagem, produzindo dicotomias que nada mais são do que a idéia de um dentro e fora.

4.1. Em 1735, Leonhard Euler [1707-1783] dedicou-se a resolver um problema matemático que ficou denominado “o problema das pontes de Königsberg”¹¹⁶, que tratava de estabelecer uma rede (grafo), representando o rio e as pontes de sua cidade, interessando-se somente pela forma, como os vértices e as arestas estavam ligados entre si. A resolução desse problema exigiu uma nova solução para velhos problemas da geometria. Euler passara a aplicar o ramo da matemática, já definida por Leibniz, em 1678, como a *analysis situs* (estudo do lugar), dessa forma a topologia como uma ciência para uma nova geometria aguardava seu nascimento.

¹¹⁶ Cf. anexo A.

A topologia geral ou, como é chamada pelos topólogos, “geometria da folha de borracha”, é o estudo das propriedades de uma figura ou objetos que não sofrem alterações quando suas superfícies são alongadas, esticadas, dobradas (isso sem rasgá-las), diferenciando-se da geometria clássica euclidiana, que, ao trabalhar com objetos ideais como a esfera, o cilindro e o cone, apresenta propriedades rígidas e fixas.

Em um rápido histórico, temos que elementos de topologia já podem ser encontrados em Descartes (por volta de 1639), em seu estudo sobre o poliedro, antecipando o famoso teorema de Euler, $V - A + F = 2$, que só tornou-se público em 1951. Outro momento importante, para a topologia ingressar enquanto ciência, encontramos nas investigações de Augustus Möbius [1790-1868], que, em 1861, investiga a estrutura de uma figura que posteriormente levaria seu nome: a banda de Möbius¹¹⁷. É a partir dessa estrutura que “as superfícies uniláteras são criadas e, de certa forma, elas vão devorar, tomando sob suas leis, segmentos inteiros da matemática”¹¹⁸. Segundo Granon-Lafont, em 1874, Felix Klein (garrafa de Klein)¹¹⁹ e Schläfli estabelecem que: “o espaço da geometria projetiva é moebiano”, o que equivale a dizer que, após o surgimento da topologia de Möbius, a geometria de Euclides se torna um caso particular dessa nova teoria. Ainda, neste breve histórico, destaca-se o nome de Johann Listing [1808-1882], o qual publica *Vorstudien zur Topologie* em (1847)¹²⁰, sendo que uma parte dessa obra é dedicada ao estudo dos “nós”. Hoje se questiona se o nó faz parte da topologia, ou se é um outro ramo da matemática. Listing, ao estudar o nó, definiu-o como: um elo fechado em um espaço tridimensional, ou seja, o nó só tem valor topológico desde que não tenha pontas soltas. Para finalizar, citemos uma referência a Bourbaki¹²¹, o grande matemático dos estruturalistas:

Assim, quando em 1948, Bourbaki formula de novo sob a noção de estrutura o conjunto das descobertas matemáticas, ele enumera três ou, mais exatamente, duas, às quais se junta um terceiro grupo: a estrutura de ordem, a estrutura de grupo e as

¹¹⁷ O nome de Möbius pode ser encontrado em trabalhos de topologia como Moebius, e sua banda, dependendo do autor, pode chamar-se de cinta, faixa ou fita. Nós usaremos o termo banda de Möbius.

¹¹⁸ GRANON-LAFONT, 1990, p. 7.

¹¹⁹ A garrafa de Klein é uma estrutura que serve-nos para pensar no especular ao não-especular, basicamente ela está associada ao toro, pois sua principal característica é evidenciar um espaço de continuidade entre o interior e o exterior. Cf. imagem em anexo B.

¹²⁰ Tanto Listing quanto Möbius, foram alunos de outro matemático de renome, Friedrich Karl Gauss [1777-1855]. Gauss, além de matemático, foi astrônomo, criando novos métodos para o cálculo das órbitas dos planetas, mas seu nome hoje é reconhecido através da famosa “curva de Gauss”, um gráfico em forma de sino, que representa a distribuição de uma série de fatos.

¹²¹ Na realidade, Nicolas Bourbaki é um nome fictício criado pelos matemáticos, Henri Cartan, Elie Cartan, Claude Chevalley, Jean Delsart e Jean Dieu. Nome esse que representa a autoria de uma obra matemática de 35 volumes, dedicada ao estudo da Álgebra, Análise, Geometria e Topologia, a partir de métodos axiomáticos.

estruturas topológicas, a propósito das quais adiciona em nota ‘que elas escapam dos limites da *épura*’ (GRANON-LAFONT, 1990, p. 8).

Disso tudo resulta que a topologia estuda o espaço e suas propriedades; seu interesse não são propriamente as “figuras”, visto que seu último desenvolvimento tenta suprimir ao máximo as imagens, em prol de uma algebrização. O que a topologia objetiva é a relação de um objeto em um espaço e as propriedades que estruturam tal objeto: “Não se trata, como na Geometria euclidiana clássica, ou mesmo na de Lobatchevsky, ou de Riemann, de construir um sistema de cálculos e notações que permitam situar os deslocamentos de um objeto no espaço. Trata-se de descrever, levando-se em conta a invariância do objeto, o próprio espaço”¹²². Granon-Lafont complementa isso dizendo que é preciso ter consciência dessa mudança de perspectiva, principalmente para podermos abordar a topologia lacaniana.

Como sabemos, os estudos matemáticos de Lacan datam desde 1951, quando juntamente com Benveniste (lingüista), Guilbaud (matemático) e Lévi-Strauss (antropólogo), reuniu-se em torno da possibilidade de articulação entre a matemática e as ciências humanas¹²³. Aos poucos, as figuras topológicas vão surgindo na obra de Lacan, no início apenas como metáforas, como ilustrações; já no último ensino há uma outra tomada da topologia, servindo para sustentar a transmissão de um saber, permitindo representar aquilo de que é impossível falar. Daquilo que não se pode falar, deve-se mostrar¹²⁴.

Quanto mais a topologia se impõe ao discurso psicanalítico, percebemos que essa atinge diretamente a idéia de estrutura, particularmente, a do Real. Este momento do ensino lacaniano é o mais complexo, não só pela entrada da matemática, mas porque aí existe uma renovação do saber, tal como podemos ver no *O aturdido* (1973), cujas conseqüências da topologia implicam até mesmo repensar alguns postulados de ordem filosófica; “Acaso, topologia, não és o passo, o *não-espaço* [*n’ espace*] a que nos leva o discurso matemático, e que exige uma revisão da estética de Kant?”¹²⁵. O que Lacan está nos dizendo é que, a partir da topologia, a estética transcendental de Immanuel Kant [1724-1808] não se sustenta. Assim, não há o *a priori* antes da experiência. Kant fundamenta sua estética com bases na geometria

¹²² GRANON-LAFONT, 1990, p. 12.

¹²³ ROUDINESCO, 1995, p. 528.

¹²⁴ Segundo Milner (1996, p. 136-139), a prática da “mostração” de Lacan através da topologia e do semidizer, viria a ser uma resposta à última tese do *Tractatus* de Wittgenstein: Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se guardar silêncio.

¹²⁵ LACAN, 1973, p. 473.

clássica, estabelecendo com isso que o espaço e o tempo são construções *a priori*, necessárias e universais.

Essa diz-mensão de um impossível, que, incidentalmente, chega a compreender o impasse propriamente lógico, é, num outro texto, aquilo que chamamos estrutura. A estrutura é o real que vem à luz na linguagem. Obviamente, não tem nenhuma relação com a ‘boa forma’. (LACAN, 1973, p. 477).

É a idéia de estrutura que está em causa, diríamos de uma estrutura que não é transcendental, mas que é construída não a partir de figuras “belas”, e sim de figuras “estranhas” ao nosso ideal estético. A estrutura aparece assim furada, dobrada, amarrada com nós, etc.

Com isso ‘realizando a topologia’, não saio da fantasia, mesmo ao explicá-la, mas, colhendo em flor da matemática essa topologia – por ela se inscreve num discurso que é o mais esvaziado de sentido que há, por prescindir de toda e qualquer metáfora, por ser metonimicamente de ab-senso -, confirmo que é a partir do discurso em que se funda a realidade da fantasia que aquilo que há de real nessa realidade se acha inscrito. (LACAN, 1973, p. 478).

A topologia é um discurso que “mostra”. Por ser esvaziado de sentido não é uma elucubração de saber; as figuras não são metáforas, também não são imagens idealizadas, como as que encontramos na natureza (círculo, esfera), são objetos que servem para resolver problemas da cultura, como é o caso da demanda e do desejo (toro) em psicanálise. Nesse sentido, para Lacan, a topologia passou a ser um discurso que poderia fundamentar o discurso do analista, não como uma teoria, mas como uma prática (de atar, cortar, dobrar), ou seja, de “que haja cortes do discurso tais que modifiquem a estrutura que ele acolhe originalmente”¹²⁶.

Topologia passou a ser sinônimo de estrutura: “A topologia não foi feita para nos guiar na estrutura. Ela é a estrutura. Ela é estrutura como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem [...] A estrutura é o esférico encerrado na articulação linguageira, na medida em que nele se apreende um efeito de sujeito”¹²⁷.

Temos, como conseqüência desse dizer, uma implicação não apenas para se pensar o inconsciente, mas a própria estrutura da linguagem. É a topologia que também permitiu a Lacan passar do *Unbewusste* ao *l’um-bévue*. Dessa forma, segundo Miller (2003), exceto pela negação, muito pouco diferenciamos o inconsciente do consciente, as duas estruturas estão

¹²⁶ LACAN, 1973, p. 479.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 485.

sob uma banda de Möbius, o que aparentemente achamos ser dois é apenas um ou, quando achamos encontrar um, logo temos o outro. Logo Lacan falará que o inconsciente é “a debilidade do mental”, ou seja, é aquilo que não anda bem na consciência, o tropeço, a falha. A estrutura topológica do inconsciente nos afasta da metáfora da “cebola”, na qual haveria camadas a serem reveladas, afasta-nos da idéia que temos do dentro e do fora, o inconsciente não está dentro (do cérebro, do sujeito, etc.) nem fora (no Outro, na língua, no social, etc.), e sim no corte que separa, que cria um dentro e um fora.

Se a estrutura topológica é isomorfa à estrutura do inconsciente, e esse, como já vimos, é “estruturado” como uma linguagem, será que é cabível uma interrogação do tipo: Quanto a *lalangue* e a língua, seriam elas estruturas topológicas? Não sabemos. Todavia tomaremos essa interrogação como hipotética, para daí interrogar uma certa imagem da língua, aquela que prefigura no discurso lingüístico.

A partir de Lacan, existe essa topologia para não-topólogos, ou seja, diferente da matemática propriamente dita. Disso decorre duas questões; *i*) que no mínimo Lacan colaborou para a vulgarização dessa ciência, tirando algumas conseqüências para a psicanálise, e *ii*) no máximo, estamos diante de algo muito sério, no sentido que radicalmente ficam abaladas as crenças que o homem possui da imagem de si e de sua relação com os objetos.

4.2. A língua, enquanto objeto de uma ciência, não pode deixar de fazer imagem, afinal, está determinada em um espaço, o qual, virtual ou não, forma uma certa consistência, uma materialidade, podendo essa, inclusive, ser capturada por um ouvido ou gravador e reproduzida (escrita ou sonoramente), tornando inegável a existência de um suporte material da língua. Também é inegável que existe um imaginário (especulações) que fazemos sobre a língua, estando esse no centro da fantasia de tentarmos dominar, adestrar, enfim, tratar a língua como um objeto de amor. É quase impossível não fazer imagem da língua, ela pode ser “redondinha”, “quadrada”, “circular”, etc. Saussure, ao produzir seu discurso sobre o signo lingüístico, contempla-nos com uma imagem da língua como uma folha de papel. O que tentamos dizer, com isso, é que, desde que exista língua, é impossível não fazer uma imagem dessa, acreditando-se que tal imagem é a mais verdadeira. Há ainda outro problema, pois, ao fazermos uma imagem da língua, estamos fazendo também a própria língua, uma vez que, a

partir da imagem que construímos, moldaremos as dimensões que representam a estrutura da língua.

É certo que há uma diferença do ponto de vista do lingüista que toma a língua como objeto de estudo, do ponto de vista do ser falante, que se ocupa da língua para as mais variadas finalidades (comunicação, sedução, poder, etc). Do lado do lingüista, Milner (1987) nos ajuda a pensar, dizendo-nos que, para uma língua ser objeto científico, ela deve dar provas de sua representação, com o objetivo de constituir uma classe, na qual ela é idêntica a si, e isotópica (mesmo lugar). Esse parece ser o desvio da língua na sua tentativa de se colocar como objeto da ciência. Poderíamos fazer uma analogia com o discurso freudiano sobre o estatuto da ciência no *Mal-estar da civilização* (1930), no qual temos que a aposta do homem na (da) ciência é mais uma tentativa frustrada de remediar o mal-estar, uma vez que a ciência ocuparia um lugar de destino das pulsões, o qual retornaria para o próprio ego; em outras palavras, na ciência depositamos todo nosso idealismo, nosso amor narcísico. Daí nossa relação estreita com a bela forma, com a estética kantiana, que trabalha com objetos ideais. No limite, vamos nos deparar com a verdade de que as imagens, que até então produzimos, são da mesma espécie das de Deus (vejam bem, o quanto a ciência é vizinha da religião), que criou o homem tal como sua semelhança, é a criação do espelho. A partir disso, estamos sempre tentando nos reconhecer, embora, algumas vezes, não encontremos nossa “bela imagem” refletida em um espelho.

Não estamos falando de outra coisa senão do antropomorfismo da realidade fantasiada no (do) homem. A lingüística, enquanto ciência, não parece estar fora desse antropomorfismo. Analisemos dois momentos distintos, um com Saussure e outro com Chomsky. Saussure estabelece uma teoria sobre a língua, e não uma teoria sobre o falante de tal língua, o que acabaria sendo uma teoria sobre a singularidade (por exemplo, sobre a língua de João). Sabemos que, na teoria saussuriana, não há João e não há ninguém, existe apenas o sujeito da ciência esvaziado de toda e qualquer qualidade sensível. Por sua vez, esse sujeito da ciência saussuriano não deixou de produzir uma certa ontologia da língua, na qual podemos ver nitidamente um homem, ou um ser de linguagem; ou seja, é a idéia de um ser sógnico que a teoria saussuriana inaugura. Já com Chomsky, o sujeito da ciência recebe uma injunção, um

retorno Real do forcluído, existe uma ontologia do cérebro/mente lingüística. Daí a deriva: se todos possuem cérebro, logo podemos falar em uma gramática universal.¹²⁸

Mas o que realmente nos interessa, para além dessas especulações, são suas conseqüências que apontam para uma tese: *Toda língua sustenta-se em uma imagem geométrica*. É fácil ver aí onde queremos chegar, na antítese: *Uma língua não-Toda é topológica*.

O que podemos entender como uma imagem geométrica da língua? Ferreira (1999) nos dá uma contribuição a esta questão, falando-nos em “metáforas geométricas da língua”. Basicamente trata-se de uma retomada do texto de Gadet *La Double faille* (1978), levantando algumas considerações da geometria da língua que podemos encontrar de Saussure a Chomsky. A representação da língua que aparece nesses autores é circular, ou seja, a língua é trabalhada sob um prisma de círculos concêntricos, onde podemos facilmente encontrar um núcleo, uma borda ou margem, e um exterior ao núcleo (figura 1). Essa metáfora circular, pode também ser estendida a uma esfera, ou seja, para fazermos um círculo (circunferência) necessitamos de um ponto fixo (núcleo) e de um outro equidistante (periférico), em uma esfera se dá o mesmo processo, porém num espaço tridimensional, seu lugar geométrico é representado pelos pontos que equidistam de um ponto fixado nesse espaço.

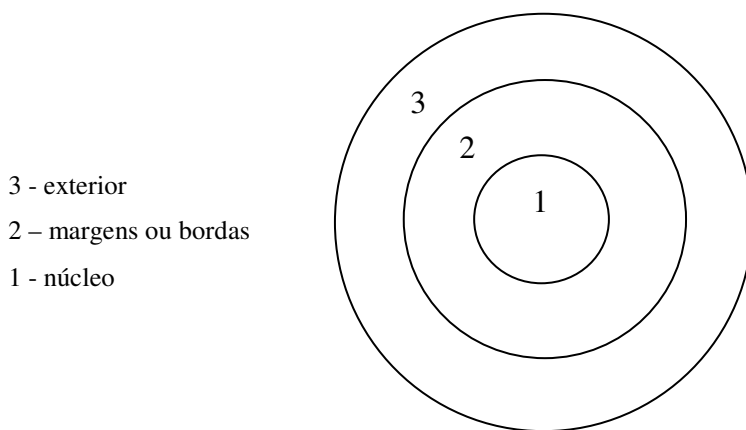


Figura 1: metáfora geométrica da língua

Essa é a imagem da língua dos gerativistas e de “certos analistas de discurso”, salienta Ferreira (1999). Para os sintaticistas gerativistas, o que interessa está no núcleo do círculo,

¹²⁸ Peço que o leitor relativize estas considerações sobre Chomsky, pois sua teoria sobre a mente lingüística deve ser muito mais do que isso de que falo. Apenas, tento salientar que existe aí uma ancoragem orgânica da teoria sobre a língua.

que também é o lugar do que é o “próprio da língua”. Na borda (periferia), estariam “os problemas” que resistem à descrição sintática; e por fim teríamos o exterior, o extralingüístico, ou seja, o discurso (é onde encontramos os elementos forcluídos, o sujeito, o sentido, a enunciação, a ideologia, etc). Vemos que essa metáfora do círculo é criada a partir da idéia que existe um dentro e um fora da língua, pois tentar incluir o excluído ainda é trabalhar com núcleo e periferia. Vemos que a idéia de um dentro/fora é uma idéia sedimentada, que está na base de nossas construções e romper com essa idéia significa, entre outras coisas, deparar-se com o estranho-familiar (*Unheimliche*), quando falta uma imagem modelo.

Saussure, quando define o conceito de língua como um sistema, opera com uma distinção espacial entre elementos internos e externos. Porém, seu interesse situa-se no interior da língua (em seu núcleo). Os *elementos externos*, que dizem da geografia, dos dialetos, enfim da fala individual, “não afeta o organismo interno do idioma”¹²⁹. Essa distinção aparece no exemplo da comparação da língua com o jogo de xadrez (o que é uma imagem ilustrativa). Nesse, os elementos externos estariam na origem do jogo, nos jogadores, nas peças e no tabuleiro (tamanho, cor, material) e os *elementos internos* seriam as leis que regem o funcionamento do jogo. Essa ilustração revela a língua como um puro sistema ordenado, não interessando o falante ou o jogador (Saussure, nesse sentido, é cartesiano, retirando as qualidades sensíveis do falante, resta apenas um “eu falo”, um sujeito universal dotado de língua).

Outra metáfora geométrica é a da “folha de papel”, que podemos encontrar no CLG, mais propriamente no capítulo destinado ao valor lingüístico, no qual vemos também a imagem do “reino flutuante”:

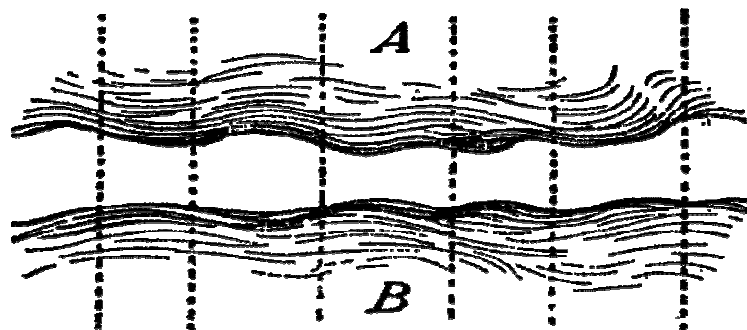


Figura 2: reino flutuante.

¹²⁹ SAUSSURE, 1993, p. 30.

A nebulosa **A** é a das “idéias confusas”, ou pensamentos, “significado” diria Lacan. A nebulosa **B**, não menos indeterminada, é a dos sons, “significante” diria Lacan. A imagem de uma folha de papel aparece aí como um complemento, sendo o verso e o anverso correspondentes às duas faces do signo, aos pontos **A** e **B**. As retas pontilhadas verticais, que recortam as duas nebulosas, delimitam os signos¹³⁰.

Topologicamente, o modelo da folha de papel introduz a distinção de um avesso e um direito, pois a própria folha é aí a barra do algoritmo que separa o significante do significado. A folha de papel é uma superfície contínua, é necessário estabelecer aí um recorte (Saussure nos fala em cortar a folha) para obtermos as dimensões da folha, um recorte arbitrário.

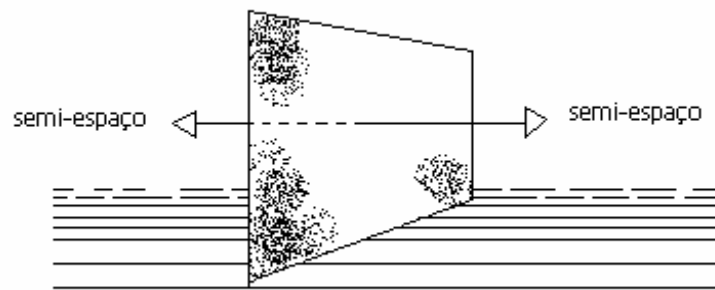


Figura 3: folha de papel

Uma folha de papel é uma superfície euclidiana infinita. Essa, que vemos na figura 3, é um segmento finito (sua espessura não é considerada), que divide o espaço em dois semi-espacos. Segundo Magno (1986, p.36), “para se passar de um semi-espaco para o outro, temos de agredir, violentar a superfície, furando-a”. Nesse sentido, a folha de papel saussuriana divide o espaço em dois semi-espacos, um do significante e outro do significado (isso reforça a idéia da barra). Estando significante e significado em espacos diferentes, sua relação só pode ser arbitrária.

Mas agora podemos tentar fazer uma outra visualização sobre essa geometria Saussuriana. Continuamos com a folha, mas agora a fechando sobre si mesma. Com isso, o

¹³⁰ Para uma melhor compreensão desse esquema do “reino flutuante”, indicamos a leitura de Arrivé (1999: 54) e Settineri (2002: 290). Interessa-nos aqui apenas seu valor de imagem metafórica.

que obteremos é um cilindro ou uma banda euclidiana, que também é infinita. Mas ao estabelecermos um recorte, temos a figura representada abaixo.

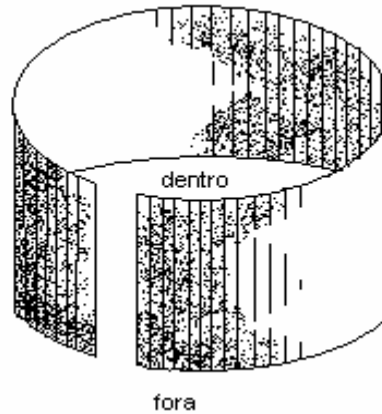


Figura 4: cilindro ou “banda euclidiana”

Esta superfície cilíndrica também divide o espaço, porém agora em um dentro e um fora; não podemos passar de fora para dentro nem de dentro para fora sem agredir a figura, sem furá-la. Para passar, é necessário que se estabeleça um traço, um furo. Além de um dentro e fora, a banda euclidiana é bilátera, possui duas margens e seus pontos são orientáveis.

Nesse sentido temos que o círculo, a esfera e o cilindro são os três registros de imagens clássicas que servem como “metáforas geométricas da língua”, de onde rapidamente podemos ver algumas conseqüências de suas propriedades:

- dentro e fora;
- elementos internos e externos;
- centro e periferia;
- núcleo e bordas;
- gramatical e agramatical;
- correto e incorreto;

4.3. Augustus Möbius [1790-1868], ao se dedicar ao estudo topológico das superfícies, define uma transformação topológica como a transformação de uma figura em que suas propriedades permanecem invariantes, ou seja, altera-se a forma de uma superfície sem mudar suas propriedades. São três as suas principais transformações: esticar ou alargar, encolher e entornar (mergulhar) toda ou parte da superfície. Essa geometria da folha de borracha levou

Möbius e Listing à descoberta de que existem superfícies de um só lado. Eles descobriram as propriedades do que hoje chamamos de banda de Möbius.

Para obtermos um modelo da banda de Möbius, basta fazer uma torção de 180° em uma banda comum, em seguida colamos suas extremidades, conforme vemos na figura abaixo:

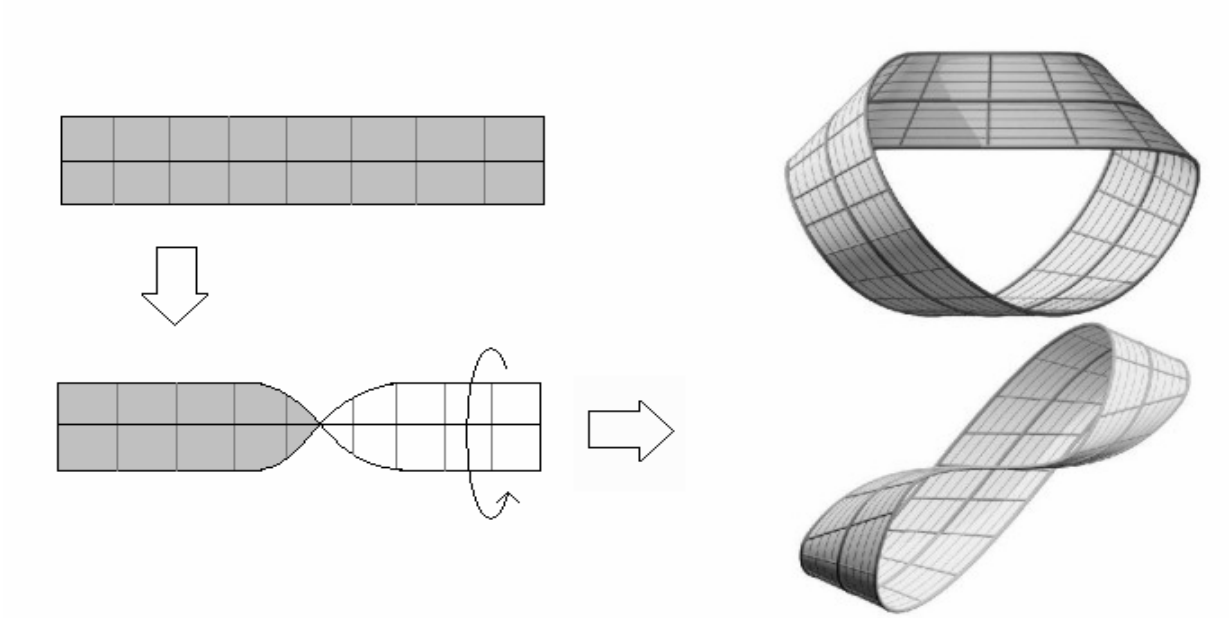


Figura 5: Construção de um modelo de banda de Möbius.

Esta é uma superfície da qual Euclides não pode dar conta. Não há como acompanhar euclidianamente esta superfície¹³¹. Notamos que estamos diante de uma superfície “estranha” (*Unheimliche*). Ao tentarmos pintar apenas um dos lados, chegamos à conclusão que pintamos aquilo que pensávamos ser os “dois lados” da figura.

Diferente de uma banda comum, que tem duas faces, a banda de Möbius tem uma só. Se percorrermos com o dedo sobre a superfície, veremos que não há dois lados e sim que o direito e o avesso estão contidos um no outro. A banda de Möbius também não é orientável, “quer dizer, vamos orientando o ponto sempre para a direita e, ao chegarmos ao final, notamos que ao longo do percurso a orientação se deu para a esquerda. Em suma a banda de Möbius não é orientável, a orientação sobre ela é impossível”¹³². Ela também possui apenas

¹³¹ MAGNO, 1986, p. 39.

¹³² Ibid., p. 41.

uma margem, não havendo uma margem esquerda e direita. Resumidamente, temos esta comparação:

Banda simples / euclidiana:

- bilátera (duas faces);
- duas margens;
- duas bordas em cada margem;
- orientável;
- pode-se colorir cada face com uma cor.

Banda de Möbius:

- unilátera (uma face);
- uma margem;
- uma borda;
- não orientável;
- só podemos colorir continuamente com uma cor.

A banda de Möbius pode muito bem ser a captura em forma de imagem do Um. Todas suas propriedades repetem o Um. Ela é unilátera, o que quer dizer que não divide o espaço como uma banda simples. Não há dentro e fora, o que significa que alguma coisa (exemplo das formigas caminhando sobre a banda)¹³³ está sempre dentro e fora ao mesmo tempo, ou melhor, não está nem dentro nem fora.

A língua pensada sobre essa dimensão não apresentará um núcleo e uma periferia, um interno e um externo, aí caberiam muito mais as categorias apresentadas por Milner (1987), de possível e impossível: “Ao invés, portanto, de discutir-se o interno versus externo, analisa-se pela ótica milneriana, o todo e o não-todo da língua que lhe é constitutivo”¹³⁴. O dentro e o fora trabalham com questões excludentes, já o possível e o impossível desfazem com a idéia de núcleo. O impossível está do mesmo lado do possível em uma banda de Möbius, que também pode ser pensado como o “furo” na esfera da língua, um furo no saber da língua.

O Toro (figura nº 6) é uma figura topológica que mais se aproxima da idéia que fazemos de uma estrutura furada, uma estrutura não euclidiana, na qual, mesmo furada, suas propriedades se mantêm:

O toro oferece uma boa representação desse grupo relacional em que o centro e o exterior são um só e mesmo espaço. A superfície do toro envolve um espaço interior e o destaca do exterior ao preço de um centro que resta também exterior. Um toro se

¹³³ CF. anexo C.

¹³⁴ FERREIRA, 1999.

define como uma superfície sem margem, sendo, neste sentido, equivalente à esfera, mas seu centro é vazio. (Granon-Lafont, 1990, p. 45).

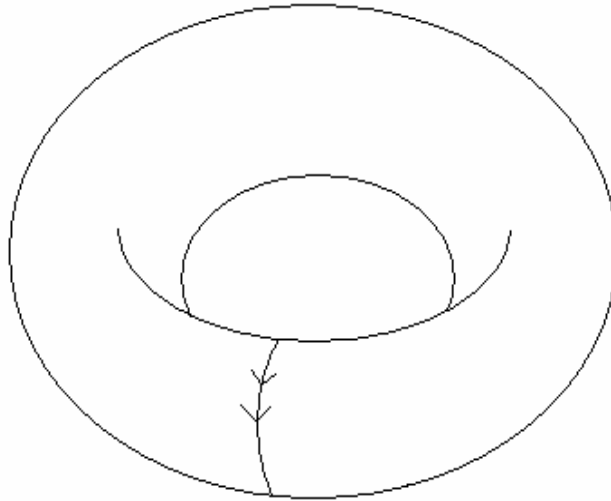


Figura nº 6: Toro

Temos uma imagem em que o exterior está no interior, ou o interior no exterior; ela compromete muito a imagem que fazemos do que é intralingüístico e extralingüístico. Authier-Revuz, em *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)* (1990), não nos deixa esquecer que a descoberta freudiana faz uma ruptura com o “eu” do *cogito* cartesiano. A partir de Freud, não há centro para o sujeito (assim como também não há para a língua), esse foi deslocado de sua concepção de um interior diante da exterioridade do mundo. Estamos diante de uma topologia, em que o sujeito passa a ocupar “um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito”¹³⁵. Lacan, por volta de 1953, já nos alertava para a questão da estrutura do sujeito ser torica (isto é, tendo como modelo a estrutura do toro).

4.4. Tentaremos agora levantar algumas hipóteses quanto à diz-mensão do espaço/ tempo do equívoco. Primeiramente, cabe uma justificativa. Nossa pesquisa tende a pensar o equívoco do lado do impossível da língua, da língua como não-toda, ou seja, não do lado do agramatical, que está na periferia da língua como fenômeno de ambigüidade. Pensar o

¹³⁵ AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29.

equivoco como não-Todo, como Real da língua, é trabalhar “dentro” da língua, com elementos que parecem estar “fora” dela, mas que, na verdade, constituem sua estrutura. O que queremos dizer, com isso, é que o *espaço* do equivoco é o mesmo de qualquer locução, ele não está fora, como nas imagens dos círculos concêntricos. Para ficar mais claro, peguemos uma locução qualquer, no caso um homônimo clássico, mas que poderia ser uma locução qualquer, desde, é claro que o recorte equivocante já estivesse sido operado.

Vamos pensar na enunciação da palavra *manga*. Alguns gramáticos dizem que estamos diante de uma homonímia, outros de uma polissemia. Na verdade, o que temos é uma palavra que somente o contexto de sua enunciação possibilita saber seu sentido, se estamos falando de uma manga (fruta), uma manga (camisa), ou uma manga (mangueira). Assim, o sentido da manga está fora do que materialmente é fornecido pela palavra manga. Se o que dá sentido à palavra está fora, notemos que estamos ainda no espaço da geometria euclidiana, que cria as dicotomias, os pares, do tipo língua e fala, enunciado e enunciação, correto e incorreto, verdadeiro e falso.

Agora, o que acontece caso mergulharmos a locução *manga* (antes de qualquer determinação) em uma banda de Möbius, que é unilátera? Aqui só podemos ainda fazer conjecturas. A palavra passa a ter as propriedades da banda, ou seja, estando sob a banda (como as formigas), ela está em um espaço diferente, em uma dimensão diferente. Ela não será orientável, pois, está aparentemente de um lado, mas logo estará no outro, que, por sua vez, é o mesmo. Assim, a locução manga já rompe com a idéia de frente e verso, dentro e fora, em cima e embaixo. Por se tratar de uma homonímia total (mesmo som e escrita), em seu único espaço, ela é, ao mesmo tempo, fruta, roupa e mangueira, seu sentido dependerá do recorte. Essa topologia pode muito bem servir de imagem para a polissemia universal, da qual nos fala Mannoni (1973). O sentido, isto é, o um sentido dependerá do número de voltas sobre a banda, ou seja, sai de um ponto, encontra-se com ela mesma, só que do outro lado (este é o paradoxo, pois, como já sabemos, não há o outro lado) e depois volta ao ponto de partida. Logo, temos uma subversão total da idéia que as partes fazem o todo; localmente é possível separar uma parte que é bilátera, mas, no todo da banda, o bilátero desaparece.

Esse número de voltas sobre a banda é também o corte sobre ela. Se cortarmos a banda de Möbius em seu sentido longitudinal, perceberemos que ela não se transforma em duas bandas, mas novamente em uma; só que sem suas propriedades, ela transforma-se em uma banda comum (só que maior). Essa noção de corte nos é fundamental para pensarmos no

sentido da palavra *manga*, já que é o corte que separa a manga em fruta, camisa, mangueira, cada corte dando um sentido diferente e isolando-o do outro, ou seja, criando significados para um único significante. O corte então é o que separa. Podemos muito bem encontrar, nessa idéia de corte da banda de Möbius, o ato analítico, tal como Lacan o define, como criador de um novo sentido, ou ver aí, o que Authier-Revuz nos diz, sendo a própria negociação do sujeito com seu dizer, uma negociação entre o fantasma de coincidência (banda simples), com o fato de não-coincidência enunciativa (banda de Möbius).

Quem opera o corte? O sujeito não poderia ser, pois não estamos mais trabalhamos com o paradigma cartesiano. Quem produz o corte é o *tempo*. Dimensão, aliás, pouquíssima estudada em matéria de língua (com exceção de Benveniste). O tempo do corte é também o tempo do sentido. Dessa maneira, por incrível que pareça, a permanência do sentido é uma ilusão, o sentido é da ordem do não durável, ou seja, não é um saber *a priori*, só podendo ser pensado como durável se o encerrarmos em um cilindro, onde ele possa ser orientável, passando várias vezes sobre ele mesmo (este é o principio da repetição e identidade):

Apenas um acontecimento temporal diferencia o avesso e o direito, uma vez que eles estão separados pelo tempo que se leva para fazer uma volta suplementar. A dicotomia entre as noções de avesso e direito não comparece senão ao preço da intervenção de uma nova dimensão como a do tempo. O tempo, como um contínuo, é que faz a diferença entre as duas faces. Se não há mais duas medidas para a superfície, mas somente uma margem, o tempo então se impõe para dar conta da banda (GRANON-LAFONT, 1990, p. 26).

Nossa hipótese, quanto ao tempo do equívoco, é que ele é de não-duração, isso porque existe o Real. Os equívocos são como fogos de artifício, que iluminam para logo se apagar. Vemos aí o impossível ligado à proibição, - pois nos corrigimos a todo instante -, é a gramática servindo como um superego, fonte de toda vergonha, da culpa que temos com a língua, de não falarmos a língua perfeita. Dizer que o equívoco não dura é dizer que ele, ao menos em um período de tempo, existe, ou seja, nada na materialidade da língua nos impede de cometê-lo, mas é uma existência que se *eteriza*, na sombra de um simples erro.

Em relação ao tempo do equívoco, estamos sempre adiantados ou atrasados, quase sempre na antecipação. Assim, pretendemos saber o que o outro espera de nossa enunciação, para que não se produzam encontros inesperados. No entanto, essa antecipação é o que justamente falha na nossa relação com o outro da enunciação, com o Outro da língua. Como já antecipamos em outro momento, o equívoco é o resto que se desprende da relação de

alteridade que mantemos com a língua. Essa relação de alteridade é como se fosse uma orientação na e da língua, demarcando os lugares possíveis, os lugares de troca. Agora, suportar o tempo de não-duração do equívoco implica conforme nos diz Milner (1987), uma ética, uma ética com a língua (talvez como a de Joyce e Rosa); é uma responsabilidade do sujeito quando o Outro não se faz presente S (~~A~~). Uma responsabilidade diante do mal-estar da língua, o que Freud chamou de a carência do homem, seu desamparo.

4.5. Para concluir, não podemos deixar de levantar algumas conseqüências. A primeira diz respeito à estrutura, porque, se Lacan está certo quanto ao fato de a estrutura ser topológica, temos que a estrutura de um objeto, em um espaço, passa por uma subversão, uma subversão do plano projetivo euclidiano. Segundo Freud, sofremos os efeitos de uma ferida narcísica, aquela de Copérnico (heliocentrismo), sendo que, caso formos a fundo nessa estória, iremos ver que a verdadeira ferida reside na teoria de Kepler, na teoria de um universo *elíptico*. O universo elíptico é totalmente diferente do universo circular (esférico)¹³⁶. O universo é topológico, é o que desde Kepler sustenta a astronomia. Isso tudo modifica sensivelmente nossas relações com um objeto, com o espaço, pois as idéias antigas, de um dentro e fora, etc, não nos revelam muito mais que as dimensões de uma fantasia.

Como já indicamos, Lacan, desde *O relatório de Roma* (1953), esteve inclinado a pensar o homem (sujeito) como um toro (figura nº 6), a figura topológica não como uma metáfora do sujeito, entretanto como sua própria estrutura.

Romper os limites da *épura*¹³⁷ de uma geometria da língua é o que tentamos fazer ao trabalharmos com topologia. Assim, vemos que as noções comumente empregadas, para pensar uma lingüística interna de uma externa, assim como tudo que daí se desenha como dentro e fora, núcleo, bordas, periferia, podem muito bem ser pensados em outro plano, um plano “emborrachado”, elástico, em que o que conta é a indecisão do que está dentro e fora, etc. Ficamos, na verdade, dando voltas, até que um recorte se imponha.

Assim, passamos de uma dimensão (euclidiana) para uma diz-mensão (möbiana), na qual o dizer é outra coisa que não o dito, em que a enunciação é muito mais que seu simples enunciado. O enunciado é o tempo do corte; já a enunciação seria uma menção ao dizer, ou uma mansão do dizer, uma diz-mensão do fala-ser.

¹³⁶ Recomendamos, para uma leitura mais aprofundada, o livro de Alexandre Koyré, *Do mundo fechado ao universo infinito* (1961).

¹³⁷ *Épura*, desenho que representa as projeções de uma figura de três dimensões.

Essa nova dimensão, a dimensão do dizer, é o que nos permite pensar em uma enunciação que comporte o Um-equívoco, para marcar aí a singularidade de um fazer/dizer.

CAPÍTULO 5

UM-EQUÍVOCO NA ENUNCIÇÃO: SENTIDO E HETERIDADE

No começo era o trocadilho.
(Samuel Beckett)

Se a topologia nos ajudou a pensar em outro espaço para uma imagem da língua, também podemos encontrar uma consequência quanto à estrutura da enunciação. Na medida em que seu funcionamento obedece a uma dialética do Outro ao Um, ou da alteridade à heteridade, temos aí uma estrutura que comporta um furo. Pensar, então, em um sujeito do equívoco, leva-nos a retomar a questão do sujeito da enunciação, esse não podendo ser mais pensado como um sujeito sem falhas. Paralelamente ao trabalho da enunciação, vemos o dizer afastar-se do dito, o dizer equivocante apontando sempre para o singular de um dito. Por fim, chegamos a uma ética, difícil de suportar, pois, a partir do fato equivocante: dizer o “erro” é bem dizer.

5.1. Como já vimos no capítulo 2 da primeira parte de nossa pesquisa, a enunciação da qual nos referimos é aquela trabalhada por Authier-Revuz, ou seja, uma idéia de enunciação proveniente das teorias de Benveniste e de Bakhtin. No que toca à particularidade de nosso objeto – Um-equívoco- é importante salientar que, para Benveniste (e com isso sua teoria), a homonímia nunca deixou de ser apenas uma questão de discurso, um problema de estilística, não podendo, ou não devendo, ser pensada enquanto constituinte de uma estrutura¹³⁸. Quanto à enunciação em Bakhtin (dialogismo), a proposta de uma segunda ciência da linguagem parece admitir o equívoco como um de seus objetos, pois o equívoco parece guardar as mesmas características do grupo que compõe a enunciação, tal como a “variedade”, a “diferença” e a “alteridade”.

¹³⁸ Essa conclusão pode-se ver em Arrivé (1999), ao trabalhar *O sentido oposto das palavras primitivas...e das outras*. Arrivé faz ali uma crítica dura ao pensamento de Benveniste, que parece ser “um inimigo resoluto da homonímia”. É que, para Arrivé, e antes dele, para Lacan, Benveniste teria feito pouco caso do texto freudiano sobre “os sentidos opostos das palavras primitivas”, dando uma resposta insatisfatória, ao pedido de Lacan, de ele (o lingüista), fazer um comentário sobre o texto. Benveniste na verdade, apenas estabelece críticas às teorias de Abel, o que, sabendo ou não, também atingia o texto de Freud, e, com isso, complicava a relação possível entre o inconsciente e a linguagem. Todavia, como salienta Arrivé, o texto de Freud hoje é uma passagem obrigatória para quem se interessa pela relação entre psicanálise e lingüística.

Os dois autores não deixam de estar corretos, visto que Benveniste está na ordem da estrutura da língua e não da *lalangue*. Sua teoria da enunciação é uma teoria que transforma a língua em discurso, ou o “mundo semiótico” no “mundo semântico”, através de um aparelho que é a própria estrutura da linguagem. Bakhtin parece ir além, porque critica, desde cedo, a idéia de estrutura, sua metalingüística absorve o diferente à estrutura. Podemos, então, dizer que o Um-equívoco, tal como estamos trabalhando, aponta para uma mudança na estrutura, por dois motivos; *i*) pelo caráter constitutivo da noção de falta (falha) topologicamente pensado como um furo¹³⁹; *ii*) a estrutura, mesmo levando em conta a alteridade, não admite a singularidade (isso por desconhecer o furo que estrutura a enunciação).

É nesse sentido que pretendemos pensar a enunciação, como uma estrutura “furada”, ou seja, atada com um nó ao real da língua.

Para isso, é necessário admitir que, em algum lugar a língua falte, que em algum ponto de suas escritas, como nos diz Milner, ela seja não-Toda. Pode ser a simples existência de uma homonímia, na mínima enunciação de uma homofonia, ou na polissemia de um dito espirituoso, enfim, a língua é afetada por um Real, que a transforma em equívoco, “a alíngua como lugar dos equívocos”. Admitir um Real da língua é dizer que ela está sujeita a um equívoco generalizado, que existem equívocos e que são materialmente possíveis de descrições (impossíveis apenas no âmbito da língua, visto que ela deve ser Toda). O equívoco aparece assim como um dado do impossível, na qual sua enunciação difere sensivelmente de seu enunciado. Aliás, é isso que define um equívoco, uma ambigüidade, uma tapeação, algo diferente do que se esperava que fosse.

O que nos interessa é apenas isso, que o equívoco existe para um Real, ex-siste para a língua, é sempre possível, desde que se dê um mínimo direito à existência, tal como podemos ver no exemplo abaixo:

39)- Uma moça, ao se referir a um grupo de pessoas, sobre as roupas (horríveis) que estavam no mostruário de uma loja, diz: - Basta ir lá na loja e ver aquele *monstruário*. (pausa, seguida de risos dos interlocutores).

Temos aí a materialidade do que chamamos de Um-equívoco. O enunciado equivocante, produto de uma enunciação em que o “autor” é traído, ou seja, revelando outra coisa que não

¹³⁹ É importante advertir o leitor quanto a uma diferença entre falta e furo. A falta quer dizer de uma ausência que se inscreveu em algum lugar, onde é possível a permutação. Está na base para pensar o simbólico de Lévi-Strauss e de Lacan. Já o furo comporta o desaparecimento da ordem dos lugares, é proveniente do (A/\bar{A}), onde não há uma falta no Outro, mas no lugar do Outro, desaparecendo a combinatória, o furo é a base do Real, diz do resto, da expulsão do sentido.

sua intenção consciente, é um equívoco do qual poderíamos dizer que obteve um “êxito”. Os risos dos interlocutores, segundo a enunciativa, não foram de chacota, mas sim de consentimento. Assim, os risos atestaram um entendimento do equívoco, todos entenderam que *monstruário* referia-se à amostra de roupas horrorosas. Porém, o consentimento do equívoco não move em nada seu lugar, visto que a intenção era monstruário, palavra, expressão, signo, admitido por todos, já *monstruário*, singular da “autora”, prontamente desapareceu.

Uma das questões que se segue é quanto ao sentido. O que é o sentido se *monstruário* é materialmente possível na língua?

5.2. Não pretendemos fazer aqui uma análise enunciativa nem psicanalítica de *monstruário*, apenas tentaremos conjecturar o que este Um-equívoco nos ajuda a pensar em uma enunciação que comporte o Real da língua. A primeira conjectura diz respeito à idéia que fazemos do que é sentido.

Normalmente, quando se trabalha com enunciação, o sentido é formalizado em um axioma clássico “o sentido depende da enunciação”¹⁴⁰. Uma interpretação particular desse axioma, que é a nossa, tende a pensar que a enunciação trabalhada dessa forma só leva em conta o sentido que é imaginarizado sobre o simbólico, ou seja, a enunciação não poderia levar em conta o equívoco, pois é a exclusão do sentido. Volto à questão de que é a idéia de estrutura (eminentemente simbólica) que está na base desse axioma. Agora, os dados não permitem que essa seja a verdade única, uma vez que o Um-equívoco pode ser enunciado. È o caso de – *monstruário* – em que vemos que, assim como o sentido, o equívoco depende de uma enunciação, só que seu sentido não é outro senão o duplo, o duplo sentido, o meio-dito, o Um sentido (sentido novo, como *monstruário*).

A questão, então, talvez seja pensar em que ou quem atribui sentido ao equívoco. Haveria um sujeito do equívoco? Em caso afirmativo, acreditamos tratar-se do famoso sujeito da enunciação, desde que se saiba do que se trata, ou seja, “não enquanto que ele subsiste como ponto ao qual todo enunciado deve ser relacionado, ao contrário enquanto que em toda enunciação ele desaparece: não uma permanência sem dimensão, mas a dimensão de um desfalecimento”¹⁴¹. O que Milner parece nos dizer é que a enunciação não deve tratar o sujeito em uma dicotomia – um sujeito da enunciação e outro do enunciado – visto que trata-

¹⁴⁰ Para um melhor desdobramento desse axioma, recomendamos o texto de Possenti (2001).

¹⁴¹ MILNER, 1987, p. 74.

se sempre de um mesmo sujeito. O que diferencia é que, quando supomos o sujeito de um enunciado, ele desaparece, evanesce da enunciação. O sentido, assim pensado, não pode ser aquele do lado do enunciado, o que seria pensar em um sujeito cartesiano, um sujeito criador de seu dizer e de seu sentido. Já no lado da enunciação, o sujeito não é senhor, desconhece até mesmo o sentido a ser fixado, é um sujeito que desaparece por trás de seu dito. O sentido não é o enunciado (daí o erro da interpretação hermenêutica), não é imanente, nem profundo, nem literal, é, ao contrário, evanescente, se *eteriza* tal como o equívoco.

Basta pensarmos no nosso *monstruário* e perceberemos que não se trata de nenhum sentido imanente, literalmente *monstruário* não existe (por isso, dizemos que ele ex-siste), não o encontramos em nenhum lugar (não prefigura em nenhum dicionário), no entanto, na enunciação (exemplo 39), ele é pleno de sentido. É interessante ressaltar que a “autora” não necessitou explicar-se (coisa que fazemos com nossa fala, mesmo a dita sem falhas), não foi necessária uma meta-enunciação, o que significa que a enunciação equivocante foi uma “bela” enunciação, ou seja, foi bem dita. *Monstruário* poderia muito bem ser um significante suplementar, tal como vemos no argumento de Miller (2003): “Não é um significante do discurso universal, nem do discurso do inconsciente, mas sim um significante suplementar, um significante novo. Um significante inventado que não é do Outro, e que, portanto, é do Um”¹⁴².

Dessa forma o sentido de Um-equívoco, o que não basta para que ele deixe de sê-lo, dá-se à revelia de um sujeito suposto criador. É a própria diferença que a língua permite de colocar, lado a lado, dois significantes *monstro* + *monstruário* = *monstruário*, que não se confundem, podendo o recorte de sentido capturar a intenção subjacente ao dizer.

5.3. Essa enunciação que toca o Real da língua também é uma enunciação do singular. É aí que a noção de heteridade nos ajuda a pensar naquilo que singulariza um dizer, tornando o equívoco na ordem do Um, do Um-equívoco, sempre singular e diferente.

A enunciação de *monstruário* é a própria passagem do Outro ao Um. O que queremos dizer é que, se a enunciação não tivesse tocado nenhum Real, ela teria encontrado um respaldo no Outro lacaniano, ou no superdestinatário bakhtiniano, mas algo ali irrompeu, produzindo um significante novo, um S (*Á*), um significante ex-sistente à língua. Enquanto que *monstruário*, esse sim é um significante no Outro, pertence a Todos.

¹⁴² MILLER, 2003, p. 11.

Falávamos a pouco em “autoria” da enunciação, pois bem, é disso que parece tratar-se nesse caso. *Monstruário* é irremediavelmente obra de uma autoria sobre a língua (do qual o sujeito desconhece seu mecanismo), mas uma autoria de um sujeito que logo se apaga. Se estamos fazendo uso deste novo significante (a título de exemplo) isso não significa que ele esteja sendo compartilhado, pois, assim como as risadas, que somente atestam o recorte de sentido, ele não permite que o Um-equívoco se compartilhe. Aliás, o próprio do Um é ser único, ele representa apenas aquele que o profere, não servindo para comunicar, desaparece como resto. É interessante lembrarmos que um significante só “vive” (usando uma expressão de Bakhtin) em uma cultura, na medida que circula. Logo, mesmo nada significando, sua existência depende da circulação (tese lacaniana da “carta Roubada”).

Nossa conjectura é que *monstruário* nasce do que se partilha, ou seja, da enunciação, como um jogo significante, para logo, em um segundo momento, desprende-se do campo do Outro, virando um resto que recai somente para aquele que o proferiu, o sujeito da enunciação, tornando-se assim um significante singular. Também é onde se dá o movimento de negociação do sujeito com a língua, negociação com a heterogeneidade, como nos diz Authier-Revuz, negociação de um Real de não-coincidência com um imaginário de coincidência. Pois temos que logo depois da enunciação equivocante a autora pensou: “Está certo?, monstruário?,..., ou monstruário?”

Entretanto, gostaria de me deter neste momento anterior ao evanescimento, no ponto onde alcançamos o singular. O que a idéia de singular pode significar para a lingüística? Mesmo uma teoria que leve em conta a heterogeneidade vai até a propriedade constitutiva da alteridade, é a idéia de língua atravessada pelo Outro, mas que muito pouco nos fala sobre o singular. Será impossível pensar em singularidade em matéria de língua? Se for, estamos no caminho certo, já que temos as ferramentas para pensar o impossível?

As respostas a essas perguntas já datam de no mínimo um quarto de século, e Milner as responde em *O Amor da Língua* (1987). A resposta pode ser resumida no tratamento da língua com o não-Todo, de onde formulemos outra pergunta, que não deixa de ser a mesma: porque não existe uma lingüística do singular? Milner nos responde:

A lingüística, em resumo, na sua relação ao dizer, **demand**a o Todo [...] A gramática e a lingüística emitem proposições universalizantes sobre a língua [...] um uso incessantemente lícito do operador universal em qualquer ponto das proposições emitidas sobre a língua[...] que seja o todo das classes de palavras, o da regra, ou, no mínimo, o do suporte supostamente universal da língua: o sujeito falante. (MILNER, 1987, p. 45).

O que obtemos, como resposta à nossa pergunta, é o que todo mundo sabe, porém que poucos desconfiam da legitimidade desse saber: não existe uma lingüística do singular, pela única razão que ela sustenta-se do universal, seja pela suposta garantia de cientificidade, pela sua carência, que faz apelo à gramática, ou por suportar sua língua em um sujeito suposto universal. A lingüística, desse modo, antes de qualquer proferimento, deve resguardar a garantia de sua universalidade (de onde vem seu lugar na universidade?). O sujeito suposto falante, é um e todos ao mesmo tempo, é semblante da humanidade. Dessa forma, temos que o operador universal *Todo* não só é lícito como é necessário. Mas, conforme nos diz Milner, e Lacan antes dele, o operador *Todo* só sustenta-se, a partir de outro que o nega, que é o *não-Todo*.

O não-Todo funciona na lingüística como o lugar da proibição, como o interdito (um Édipo lingüístico), como aquilo que não se pode dizer, ele (não-Todo) não pode existir, mas também não pode não existir, deve ficar na margem, na periferia (aliás como Édipo ficou), para nos lembrar que existe, no entanto que não pode ser falado. Assim, é o não-Todo que sustenta a idéia de um *Todo*. É nisso que a *lalangue* é o não-Todo do *Todo* da língua, que a *lalangue* é a língua singular que permite que possa ser dito, por exemplo, em português, *monstruário*. Já a língua da gramática visa ao universal, por isso toda gramática ser universal, pois não está interessada no singular.

Há, sem dúvida, singularidades admitidas, mas ao preço de servir a *Todos*, como é o caso dos dêiticos, em que “eu” representa somente aquele que fala eu. É fácil ver aí que a idéia de singular se perde na chicana do *Todo*: “Assim o Heteros absoluto que insiste no real escreve-se na disparidade das escritas do *Todo* e imagina-se na partição em metades das representações oriundas do corpo”¹⁴³. Este é o ponto no qual mais uma vez Milner está sempre à nossa frente, antecipando-nos ao falar do *heteros absoluto*, sendo que partimos de uma deriva, não para pensar a partição entre o lado “homem” e o lado “mulher” (quantificadores da sexuação), mas, para tomar esse heteros, como aquilo que não permite que de dois possa se fazer Um, ou que de Um + Um teríamos Dois, o heteros vem a demarcar que o Um deve ser contado como sendo único e que não se adiciona a outro, é sempre ((1) + (1) + (1) ...), que jamais formarão uma classe, ou um conjunto. A heteridade é essa lógica do não-Todo, do que é sempre Um.

¹⁴³ MILNER, 1987, p. 50.

Assim o *monstruário* é a heteridade na/da língua, aquilo mesmo que é singular do falar, os risos agora ganham outra conotação. Eles parecem atestar este gozo do Um, em que um sujeito realmente disse algo, produzindo um estado de graça contagiante. Ou seja, esse dizer do Um pode ser dito, entretanto com o preço do esquecimento (que é o caso do *monstruário*), o de passar por louco (Joyce), de ser realmente louco (Schreber), de ser criador (Guimarães Rosa), ou de apenas tentar transmiti-lo (Lacan).

5.4. Um dizer equivocado tradicionalmente sempre foi tido como um dizer errado, é dessa tradição que nos afastamos, ao pensarmos que o dizer equivocado se aproxima hoje do que podemos chamar de um *bem dizer*. Poderíamos, junto com Corrêa (1998), dizer que há duas formas de *errar*:

Pode-se errar em total etinerância, em absoluta errância, ao sabor das pulsões, em circuitos fatais, sem retorno...Ou pode-se errar com a possibilidade de “iterare” e sem “itinerare”, isto é, com a possibilidade de repetir o percurso, de desfazer o desvio do erro, de reencontrar os significantes perdidos, e portanto, de refazer a trama significante, podendo corrigir a rota e encontrar, não o objeto do desejo (pois este não existe) mas a tensão constante que deve sustentar a busca contínua da luz do sol que, esta sim, não erra, mas aquece e é boa (pelo menos quando faz frio) mesmo sem saber o que ela é. (CORRÊA, 1998, p. 35).

Se bem entendi esta passagem do autor sendo que ela trabalha de forma poética o errar, teríamos uma primeira forma de errar, que é a da errância, ou seja, é a de Schreber, mas que também é a de todos nós que, ao errarmos, simplesmente o abolimos, tentando apagar, disfarçar, negociar com o erro, ficando dessa forma na errância. A outra forma de errar seria um poder experimentar o erro, como o poeta, o analisante, dizer o erro admitindo o dito e ver o que daí surge. É o estranho do sentido (*Unheimliche*). Esse dizer errado é o que até agora chamamos de Um-equívoco, um equívoco que coloca em jogo a possibilidade de surgir sentido da onde menos esperamos, não são cartas marcadas, por isso mesmo ser tão difícil ver que, a partir de uma falha (falha de um “eu”intencional), algo de muito preciso é dito.

Authier-Revuz (1998) também nos ajuda a pensar “nesse dizer da falta”, falando-nos em um dizer preenchido pelo equívoco, que comumente aparece na forma metaenunciativa de um: “é o caso de dizer”. Para a autora, o bem dizer está relacionado ao querer dizer (um dizer intencional). No entanto, esse bem dizer é falso, pois não há adesão do enunciador em relação ao seu dizer, ou seja, ali, onde se coloca o bem dizer, esse pode, a qualquer momento, devido

ao jogo do “acaso”, receber um outro sentido, inesperado, em forma de equívoco (polissemia, homonímia, trocadilho), aparecendo uma surpresa bem-vinda:

Longe de tomar sua fonte na *visada* de um enunciador atento em bem nomear, o que coloca em cena esta forma metaenunciativa do bem dizer – cujo lugar sobre a cadeia vem, sublinhar-se, de modo sistemático, *após* a ocorrência do elemento sobre o qual ela incide – é um enunciador *que reúne* – com jovialidade – um *dito* melhor que seu querer dizer, enunciador ‘realizado’ pelo que, em suas palavras, escapa-lhe, dizendo melhor o que ele não sabia dizer. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 77).

Esta é a segunda forma de errar de que falávamos, em que o mal dizer (dizer errado) ultrapassa o bem dizer do dito, ou, como dizia Lacan (1973, p. 452), “o dizer se demonstra por escapar do dito”.

É preciso errar... diríamos para não ser tolo (os não tolos erram), lembrando, mais uma vez, que o dizer do lingüista encontra, na psicanálise, um único saber, que atravessa toda sua obra, “enunciar que, em matéria de língua, a ciência possa faltar”¹⁴⁴.

Talvez aí o lingüista possa encontrar, no coração de suas descrições, esse sujeito que fala uma língua que é não-Toda, que não é toda correta, possa encontrar (e não é preciso ir longe) a falha de onde nasce sua verdade. Esse dia será o momento do “lingüista na língua”, o que implicará, conforme Milner, uma ética. Uma ética do singular.

¹⁴⁴ MILNER, 1987, p. 8.

CONCLUSÃO

Ao término dessa pesquisa, pudemos compreender o que nos conduziu a empreendê-la: poder pensar alguns segmentos da língua, na qual a lei da identidade e do repetível aparece comprometida diante a insistência da própria língua em admitir o Um-equívoco. Doravante, afastamo-nos da idéia tradicional de equívoco que buscou relacioná-lo a irregularidades, não apenas do sistema lingüístico, mas também de tudo que o colocaria como sendo causa ou produto de fatores externos ao lingüístico. Nesse sentido, primeiramente, foi-nos necessário estabelecer um campo para se pensar o equívoco na língua/linguagem, o qual pudesse revelar alguma dimensão disso “que não anda bem quando falamos”.

As linhas diretrizes que estabelecem a dimensão (diz-mensão) do equívoco são provenientes de duas ordens do saber em nossa cultura. De um lado a lingüística, com os estudos enunciativos, por apontar para uma heterogeneidade da língua, que estabelece como fundamento, de qualquer enunciação, não só um sujeito implicado em sua fala, mas também um “Outro”, que, por ser destinatário, recebe e interfere na produção de um sentido. De outro lado, a psicanálise freudo-laciana, por demarcar um campo que denominamos sendo o da heteridade, ou seja, um campo que nos possibilita pensar naquilo que é singular em uma dada ciência. Dessa forma, tentamos através do encontro desses dois saberes conjecturar o que poderia ser uma enunciação do singular, isto é, uma enunciação tomada a partir do Um-equívoco como um elemento singular na língua.

Não tivemos como preocupação maior estabelecer o possível ou não dessa relação entre linguagem e inconsciente ou lingüística e psicanálise, pois acreditamos que a língua/linguagem nunca esteve divorciada da própria noção de inconsciente em Freud, assim como já nas palavras sob as palavras de Saussure, mesmo que de forma implícita, pudemos encontrar um inconsciente.

Gostaríamos de indicar alguns pontos de nossa pesquisa que julgamos serem essenciais, para a compreensão da idéia de Um-equívoco como um elemento singular.

Inicialmente, nos trabalhos de Authier-Revuz, encontramos uma não-coincidência ou heterogeneidade que nos é fundamental, aquela das palavras com elas mesmas, ou seja, no próprio sistema da língua podemos encontrar não-coincidências que nos indicam que uma

palavra pode ser ela e outra ao mesmo tempo. Esse é o plano onde ocorrem as homonímias, as polissemias, o duplo sentido, etc. Igualmente, vimos ser necessária a não-coincidência entre os interlocutores, ou seja, uma não-simetria entre o enunciador e o destinatário. Essa não-coincidência é o que nos conduziu a abordar a teoria enunciativa.

Notamos que, tanto para dialogismo de Bakhtin, quanto para o aparelho enunciativo de Benveniste (respeitando suas particularidades), a idéia do “Outro” parece ser fundamental. É o que nossa tese estendida desses dois autores tentou mostrar: que toda enunciação depende da alteridade. Julgamos que é a partir da alteridade da língua e do outro em relação ao sujeito que podemos extrair alguma idéia sobre o singular.

A alteridade aparece, nesses dois autores, em um duplo movimento: a) de ser a garantia contra um autismo da língua, ou seja, é o próprio “endereçamento” que encontramos como o elemento *a priori* da condição de enunciação; b) de ser uma espécie de resguardo para todo sentido, o lugar de onde recebemos a confirmação que valida o sentido e que permite que uma enunciação possa ser compartilhada.

Todavia, diante do equívoco, não pudemos deixar de nos surpreender com o fato de que esta mesma alteridade constitutiva também pode faltar em seu lugar, não como uma falta radical, mas como uma falta local de um significante. Daí ser necessária, para nossa investigação, a formulação lacaniana de $S(\bar{A})$, que nos conduziu a pensar naquilo que resta quando falta um significante no lugar do Outro.

A forma que encontramos, para estabelecer esse processo da alteridade, na produção de Um-equívoco, deu-se através de uma dialética, mais exatamente, uma passagem do Outro ao Um. O Outro denotando a alteridade, o que se compartilha, já o Um representando o diferente de Si e do Outro. Essa relação do Um com o diferente (heteros), é a própria instância onde acreditamos situar-se o singular. E, para essa abertura do diferente, forjamos, na esteira lacaniana, um novo modo de proceder, isto é, a heteridade.

Dessa forma, todo equívoco passa a ser trabalhado como Um-equívoco, o Um acoplado servindo-nos para o diferenciar dos demais, não permitindo, com isso, a idéia de classe ou conjunto para Todos os equívocos. Ele se comporta como sendo sempre $((1) + (1) + (1) \dots)$. Não fazendo parte do universal, o equívoco, como um “dado do impossível”, é semblante do que é singular em uma dada enunciação.

Em um segundo momento, tentamos estabelecer a diz-mensão do Um-equívoco, na medida em que esta parece romper com as dimensões clássicas de espaço e tempo. Em outras

palavras, a idéia de singular na ciência, ao nosso ver, altera com a imagem da língua em um espaço, bem como com a idéia de duração (temporal) que fazemos de um dizer.

A topologia, ao romper com o espaço projetivo euclidiano, ajudou-nos a repensar a língua, em particular o equívoco, em um espaço de continuidade onde não vemos produções de pares dicotômicos, onde não existe um dentro e um fora, um intra e extralingüístico. A topologia möbiana, enquanto uma insistência do Um, não só rompe com o binarismo do modelo geométrico da língua, mas também nos permite pensar o que há de exterior no interior da língua e vice-versa.

Uma vez que o espaço de Um-equívoco é outro, pois implica o inconsciente freudiano, o tempo, por sua vez, também passa a ser redimensionado. Nesse sentido, o que melhor define o tempo de Um-equívoco é o tempo de não-duração do Real, isto é, um tempo que escapa a apreensão cronológica, já que tende a evanescer, a se eterizar. Todo equívoco tende a desaparecer, não por força de um ideal de uma língua sem falhas, mas porque ele não dura o suficiente para circular e entrar na órbita da língua. Assim, não circulando, não encontra dessa forma o Outro, ficando como um significante ex-sistente à garantia do Outro. Destarte, o Um-equívoco se dissolve como éter no universo da língua, eteriza-se, bem como, o sujeito de sua enunciação.

Ao tratarmos o singular, o espaço e o tempo inerentes a essa diz-mensão do dizer equivocante, foi-nos necessário mobilizar o operador lógico não-Todo. Essa lógica, proveniente do último ensino lacaniano, é, como vimos, a possibilidade de acesso ao impossível da língua, ao Real da língua.

A *lalangue*, sendo o não-Todo do Todo da língua, comporta-se como uma homonímia generalizada ou, se quisermos, como uma polissemia própria ao significante, que nos faz ouvir o diferente do sentido ali onde julgamos haver o mesmo do sentido. É a lógica do não-Todo, que nos possibilita a tradução do *Unbewusste* freudiano ao *l'une-bévue* lacaniano, fazendo-nos ouvir, a partir da homofonia, um inconsciente enquanto positividade de uma materialidade enunciativa, isto é, enquanto Um-equívoco sempre possível.

Entretanto, o não-Todo do Todo da língua não deixa de implicar algumas conseqüências quanto ao proceder científico. Consideramos que a questão mais fundamental é a que diz respeito ao singular, pois leva-nos direto à questão: pode o elemento singular dar lugar a algum modo de conhecimento? Uma vez que a ciência, em geral, e a lingüística, em particular, trabalham com o Todo, com aquilo que é universal, o particular é apenas uma

deriva do que é universal. É nesse sentido que interrogamos, no decorrer de nossa pesquisa, a possibilidade do singular, em perguntas como: o que é a lingüística, caso o Um-equívoco exista? O que é a língua se existe o singular?

Talvez estejamos vivendo no momento oportuno para levantar tais questões, pois a idéia de um mundo globalizado acabou, sem saber, germinando outra idéia, a de poder pensar o que é singular quando o que parece contar é só o universal. O singular pode muito bem estar naquilo que não desejamos que seja comum a Todos.

Em suma, acreditamos que este germe do singular esteja na origem de nossa pesquisa, levando-nos a pensar naquilo que tropeça, que não anda bem quando falamos, revelando-nos uma língua não-Toda, falha em relação ao ideal comunicacional. O Um-equívoco, ensinando-nos que, uma palavra dita ao acaso (ato falho), ou de forma intencional (Witz), pode muito bem ser ela e outra ao mesmo tempo. Para terminar, poderíamos parafrasear Lacan, para deixar que o Outro fale do Um: “revolução ou não, algum sujeito às vezes muda a língua”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARRIVÉ, Michel. *Linguística e psicanálise : Freud, Saussure, Hjelmslev e os outros*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente : Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARNAULD e LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para a abordagem do Outro no discurso*. Tradução: Alberto Oliveira. D.R.L.A.V, n. 26, Paris: Centro de Pesquisa da Universidade de Paris VIII, 1982. Mimeografado.

_____. (1984). Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____. Hétérogénéités et ruptures. Quelques repères dans le champ énonciatif. In: PARRET, H. (Org.) *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, p. 159-151, 1991.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo : HUCITEC, 1997.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

_____. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo : UNESP/HUCITEC, 1993.

_____. (1929) *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BRAIT, Beth. (Org.) Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes, 2001.

BENVENISTE, Emile. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. (1969) Semiologia da língua. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. (1970) O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CAMPOS, Haroldo de. *O Afreudisiaco Lacan na Galáxia de Lalíngua (Freud, Lacan a Escritura)*. São Paulo, 1989. Disponível em: <<http://afreudite.ulusofona.pt/O%20afreudisiaco%20Lacan%20na%20Gal%C3%A1xia%20de%20Lal%C3%ADngua.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2005.

CLARK, K; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CORRÊA, Ivan. Do Tropos Preciso. Correio da APPOA- Psicanálise e Topologia. Porto Alegre, n 64, dez.1998.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ELLMANN, Richard. *James Joyce*. Tradução: Lya Luft. São Paulo: Globo, 1989.

FERREIRA, Maria C. L. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do *dentro/fora* da língua. *Linguagem e Ensino*, UCPEL, Pelotas: EDUCAT, n.1, v.2, 1999.

_____. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

FLORES, Valdir. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. *Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução*. Letras de Hoje, PUCRS, Porto Alegre: EDIPUCRS, n.4, v.36, 2001.

FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos. Tradução: Dr. Odilon Gallotti. *Obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. v.2 e 3.

_____. (1901) Psicopatologia da vida cotidiana. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.6.

_____. (1905) Os chistes e sua relação com o inconsciente. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.8.

_____. (1909) Notas sobre um caso de neurose obsessiva. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.10.

_____. (1910) O duplo sentido antitético das palavras primitivas. Tradução: Dr. Isaac Izacksohn. *Obras completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. v. 7.

_____. (1916-1917) Conferencias introdutórias sobre psicanálise. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.15.

- _____. (1930) Mal-estar na civilização. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.21.
- GADET, Françoise. *La double faille. Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.
- GRANON-LAFONT, Jeanne. *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- JOYCE, James. *Finnicius Revém*. Tradução: Donald Schüler. São Paulo: Atelier Editorial, V.5, 2003.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Lisboa: Gradiva, 1961.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- LACAN, Jacques.(1953) Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1953-1954) *O Seminário – Livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1957-1958) *O Seminário – Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1970) Radiofonia. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1971-1972)... Ou pior. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1973) O Aturdido. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1972-1973) *O Seminário – Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. (1974) Televisão. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1975) Talvez em Vincennes...*Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1976-1977) *O Seminário – Livro 24: L’insu que sait de l’une-bévue s’aile à mourre*. Versão pirata em espanhol.

_____. (1979) *Joyce, o Sintoma. Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAROUSSE. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LOPES, Edward. *A identidade e a diferença*. São Paulo, Edusp, 1997.

MAGNO. MD. (1979) *O pato lógico*. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.

_____. (1977/78) *Rosa Rosae: Leitura das Primeiras Estórias de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Aoutra, 1985.

MANNONI, O. *Chaves para o imaginário*. São Paulo: Vozes, 1973.

MILLER, Jacques-Alan. O último ensino de Lacan. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, São Paulo, n.35, p. 6-24, 2003.

MILLOT, Catherine. Epifanias: retraturas de Joyce. *Revista da Letra Freudiana*, Rio de Janeiro: Letra Freudiana, v.12, n 13, p. 144-150, 1993.

MILNER, Jean-Claude. (1978) *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. *A Obra Clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo : HUCITEC, 1987.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. *O falar da linguagem* (série linguagem). São Paulo: LOVISE, 1996.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do Português*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

PLATÃO. *Diálogos vol. VIII Parmênides-Filebo*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Pará: Companhia Editora Americana, 1974.

POSSENTI, S. O que significa “o sentido depende da enunciação”? *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes, 2001.

QUINET, Antonio. *A Heteridade de Lacan*. Rio de Janeiro. 2001. Disponível: <<http://www.gradiva.com.br/heter.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2004.

ROSA, Guimarães. Guimarães Rosa. *Literatura Comentada*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esbozo de una vida, historia de um sistema de pensamiento*. Barcelona: Anagrama, 1995.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Atual Editora, 1997.

STAROBINSKI, Jean. As palavras sob as palavras. *Os Pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1993.

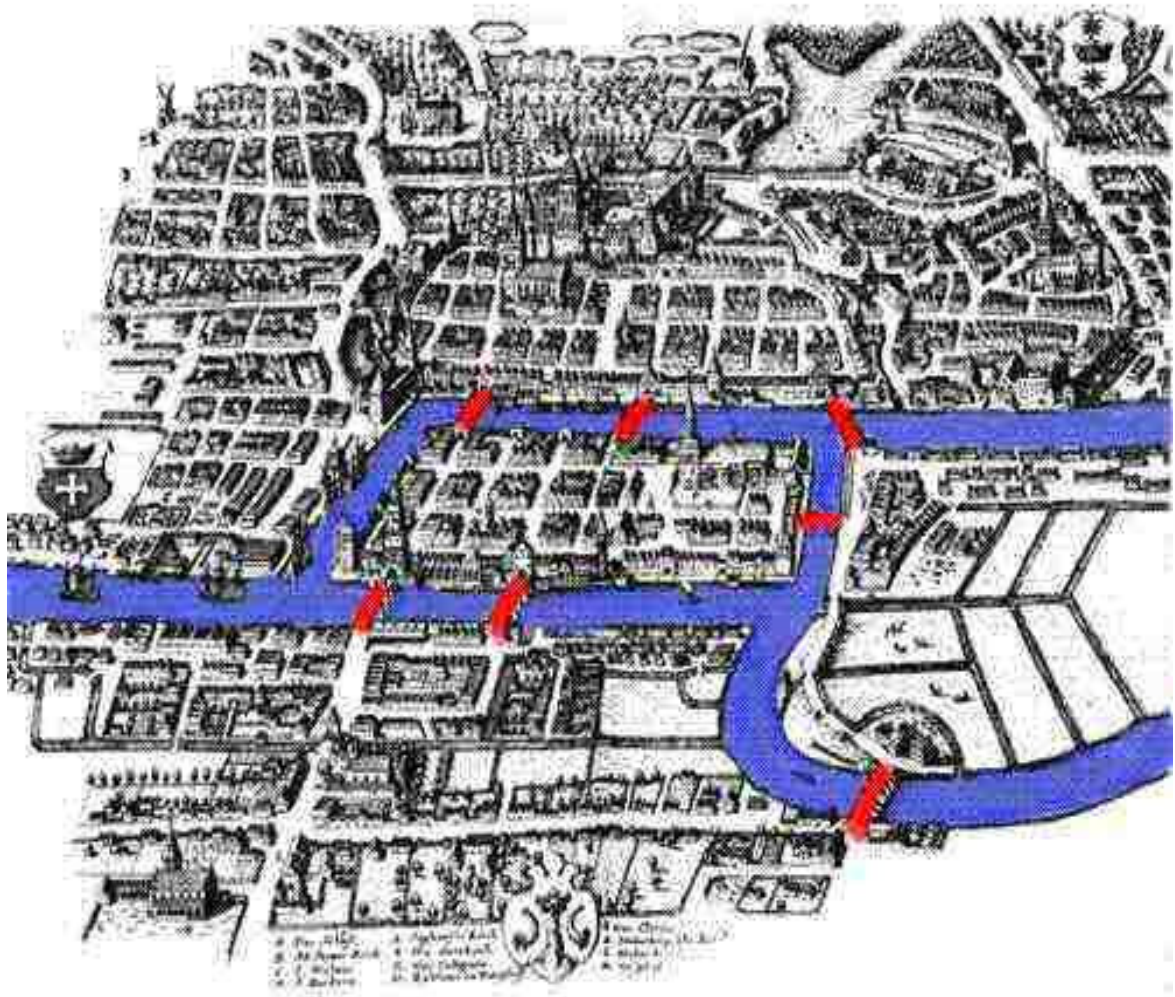
SETTINERI, Francisco Franke. Quando falar é tratar: O funcionamento da linguagem na interpretação psicanalítica. (Orgs.) Margareth Schäffer; Valdir Flores; Leci Barbisan. *Aventuras do Sentido: Psicanálise e Lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SOARES, Socorro. *Uma Questão: O chiste e o sentido em James Joyce*. Disponível em: <<http://users.hotlink.com.br/rs/Joyce4/>>. Acesso em: 22 dez. 2004.

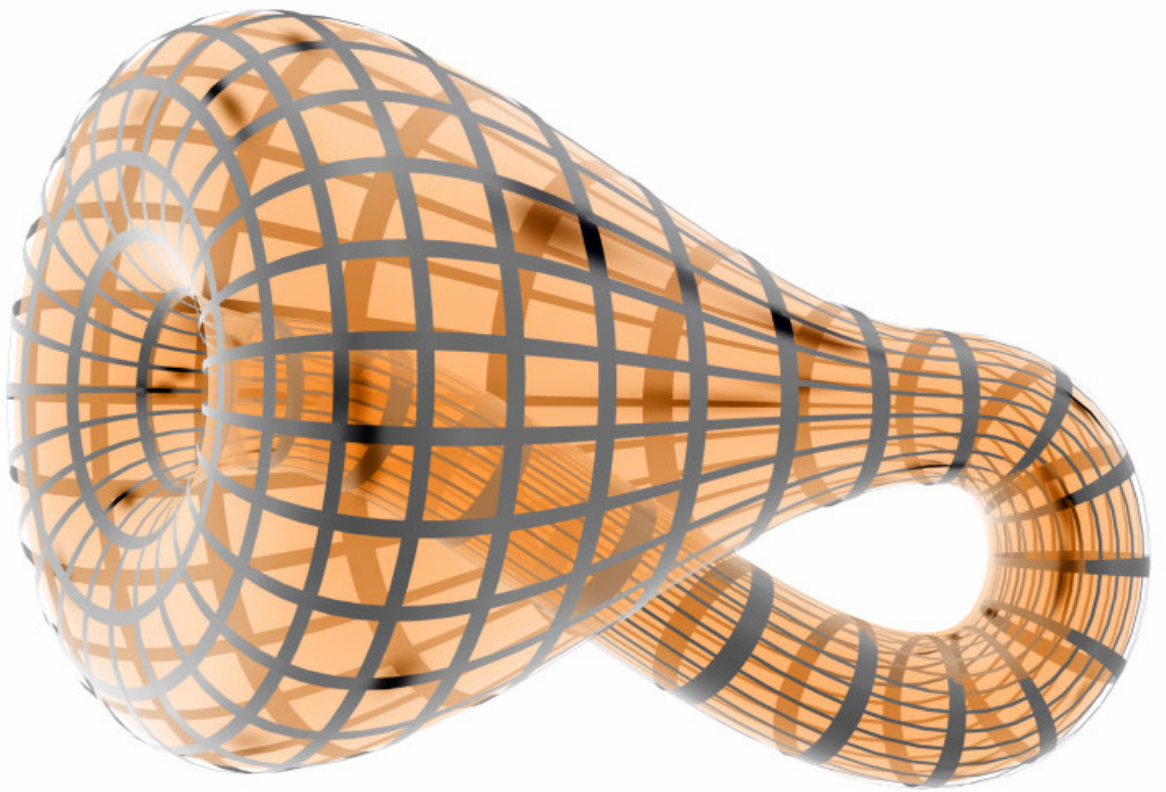
TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ANEXOS

ANEXO A- O problema das pontes de Königsberg.



ANEXO B – Garrafa de Klein.



ANEXO C – Banda de Möbius desenhada por M.C. Escher.



ANEXO C.1 – Banda de Möbius desenhada por M.C. Escher.

